

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 28, DE 21 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO DE 1989

NCz\$ 1,50

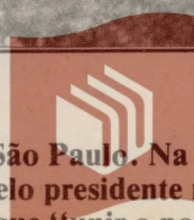
Grande comício da frente em SP empolga o povo

Alberto William



No maior comício da atual campanha eleitoral, a Frente Brasil Popular dá uma demonstração de força e mostra ser a única capaz de mobilizar as amplas massas na luta por um Brasil democrático, independente e progressista. Leia nas páginas 7, 8 e 9 reportagem completa sobre o ato que levou mais de 50 mil pessoas à Praça da

Sé em São Paulo. Na página 5, publicamos importante artigo assinado pelo presidente nacional do PCB, João Amalris, defendendo que "unir o povo é tarefa essencial das correntes progressistas". Ainda neste número mais um encarte "A campanha em marcha".



CDM

Centro de Documentação e Memória

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Arquivo: Rosane Montiel
Administração e Assinaturas: Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São

Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas Capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS —

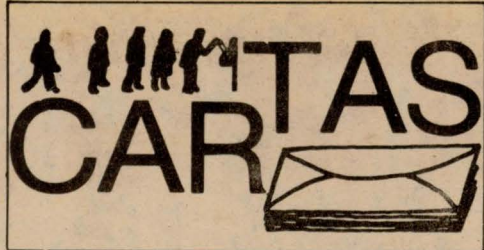
Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus;

BAHIA — R. Junqueira Ayres, 262, CEP 40115, fone: (071) 321-6622, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRI-

TO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARAÍBA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1.817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PER-

NAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (068) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 333, 16º andar, sala 1.608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antonio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Wilians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia Editora Jorués. Fone: 815-4999.



Pela volta da seção "Vida Operária"

Não vejo motivo para o sumiço da coluna Vida Operária da "Classe", até porque ela desapareceu sem explicação; e embora desconfie da priorização à cobertura da campanha presidencial, tal critério não oferece justificativa suficiente.

Por si só, a própria natureza do jornal já garante a obrigatoriedade de uma coluna daquele jaez, tal como se afigurou. Ela possui a característica de ser a crônica da vida operária, o acompanhamento de incertezas e angústias, de modo cru porém vivo, tal como a vida se anuncia. Sua leitura constitui ponto de equilíbrio no jornal, na medida em que põe fim ao risco da austeridade aditorial: bom para o leitor, bom para o jornal.

Também não pode ser o apêndice da grande reportagem de campo, mesmo que em torno do episódio operário; este, por ser grande matéria, deve merecer destaque na chamada de capa, mas nunca tornando Vida Operária um mero anexo ou box; se assim for a coluna não terá vida própria. Nem liberdade de buscar sua matéria-prima no drama do funcionário público, por exemplo, e mesmo no dilema camponês. É bem verdade que, por sua flexibilidade, seu material também pode ser colhido do grande episódio operário, mas a partir de uma outra vertente. Vida Operária deve ser autônoma, com traços e vinheta próprios; deve flagrar o operário com virtudes e defeitos, em casa, na oficina, no boteco, com suas crenças e preconceitos.

Por outro lado, sua existência não é acontecimento fortuito na imprensa popular. É bom lembrar de fato semelhante no antigo jornal "Movimento", onde havia a página "Cenas Brasileiras". E sua confecção pressupõe a saudável mistura de jornalismo e literatura, o que propicia inclusive a conquista do leitor cativo.

E por último, a página dedicada a Prosa e Verso não pode se apoiar tão somente em cima dos clássicos. É preciso descobrir uma maneira de espicaçar o talento local, fustigá-lo com chamadas na própria página do tipo: "A partir de agora, esta página está aberta, etc..." Ou mesmo promo-

ções com cartazes e folders, distribuídos nas sucursais, sindicatos, associações, centros, que começariam com convites do tipo: "se você se acha com algum talento literário, escreva para Prosa e Verso", etc... (Marco Aurélio Albertim, colaborador da Classe em Recife-PE)

Resposta: A Classe reconhece na prática a correção das críticas contra a ausência de Vida Operária. A coluna volta a ser publicada a partir deste número. Também acolhemos, como sugestão, as idéias acerca das mudanças em Prosa e Verso.

Múlti holandesa burla Constituição

Apelamos a este jornal para denunciar as arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores e a discriminação ilegal de dirigentes sindicais praticadas pela Cobafi, multinacional do ramo têxtil instalada no Polo Petroquímico de Camaçari.

Dirigida atualmente pela multinacional holandesa Akzo, que controla 90% de seu capital, a Cobafi obteve, desde que fundada, lucratividade crescente, tendo auferido em 88 lucro líquido de 2,7 bilhões de cruzados, além de investir outros Cz\$ 15,8 bilhões na compra de ouro. Apesar de ser uma das mais lucrativas empresas do Pólo, e de ter ocupado no ano passado o 8º lugar entre as 200 maiores empresass da Bahia, os salários praticados pela Cobafi equivalem em média a 1/3 do que é pago pelo setor petroquímico. Tão grave quanto isto, no entanto, são os ataques à organização dos trabalhadores.

A Cobafi nunca aceitou nem respeitou a organização sindical. Nem mesmo a liberdade e autonomia sindical asseguradas pela nova Constituição serviram para barrar suas práticas repressivas. Cotidianamente os dirigentes do Sinditêxtil que compõem o quadro eletivo da empresa são perseguidos, sofrendo punições que vão desde advertências e suspensões a tentativas de demissão por justa causa, pelo simples fato de estarem no exercício de suas atribuições sindicais. Centenas de trabalhadores são punidos, alguns com a perda do emprego, por participarem de assembléias ou qualquer outra manifestação em defesa dos seus interesses. Os veículos do sindicato e dos dirigentes sindicais são os únicos que não têm acesso ao pátio de estacionamento externo da empresa. Os dirigentes sindicais, mesmo os que não são seus funcionários, só têm acesso às suas dependências após autorização das chefias, ainda que seja apenas para ir ao setor pessoal ou ao posto ban-

cário, sendo ainda escoltados por seguranças. As vezes são obrigados a aguardar autorização de entrada durante horas a fio.

Em março deste ano, mês em que a multinacional Akzo passou a controlar definitivamente a Cobafi, o patronato impôs, sob ameaça de demissão, que todos os chefes, supervisores, encarregados e secretárias se desassociassem do Sinditêxtil, sem explicar motivos; as cartas de desistência desses funcionários chegam diariamente via correio e são padronizadas, diga-se de passagem datilografadas em máquinas de escrever elétricas.

Tal comportamento constitui crime odioso contra a organização sindical e agressão violenta à liberdade plena de cidadania dos indivíduos. É um flagrante desrespeito à Constituição, que considera crime qualquer tipo de discriminação e assegura a liberdade sindical. (A diretoria do Sinditêxtil, BA)

Vitória na luta pelo direito à moradia

Na madrugada de 5 de agosto, no município de Campinas (SP), 31 famílias que viviam sob a amargura de pagar mensalmente alugueis extorsivos ou de viver em casa de parentes ocuparam uma área de aproximadamente 6 mil metros quadrados, sob a direção do Modemp (Movimento de Defesa da Moradia Popular), tendo à frente o dirigente do PCdoB Sérgio Benassi e a companheira Jandira Brunelli, que é também uma das ocupantes.

Trata-se de uma área pertencente à Prefeitura, onde há poucos anos havia uma valeta que serviu para as indústrias como "lixão", e era vasculhada por populares, o que a transformava em verdadeiro "garimpo" da mendicância.

A prefeitura desativou o "lixão", cobriu tudo com terra e abandonou. Daí a ocupação por estas famílias, a maioria já sofrendo ações de despejo por não conseguirem renovar os alugueis, diante dos altíssimos preços exigidos pelos proprietários.

Os ocupantes iniciaram imediatamente contatos com a Prefeitura, através de uma comissão de negociação. A princípio a ação das autoridades foi omissa, com a chefe da Superintendência de Urbanização de Favelas, Kátia Marchessi, procurando apresentar o problema como algo a ser resolvido entre os ocupantes e os moradores dos bairros vizinhos.

Diante da insistência dos líderes do movimento, no entanto, ficou acertado que a Prefeitura fará ao menos o levantamento da área, bem como a pesquisa do solo em virtude de sua função passada, a fim de verificar sua consistência.

A ocupação da nova área coincide com uma outra vitória do Modemp, que vai se firmando como movimento conseqüente de luta pela moradia. No dia 17 de agosto o superintendente da Caixa Econômica Federal em Campinas comunicou a Sérgio Benassi, dirigente do movimento, que a instituição concorreu em lotear, urbanizar e construir casas e apartamentos em uma área de 1,5 milhão de metros quadrados ocupada sob a liderança do movimento em março do ano passado. A decisão representa vitória inquestionável de 6 mil famílias, que enfrentaram durante mais de um ano pressões políticas e policiais constantes para que abandonassem a área, que se tornou a possibilidade de viverem em condições dignas, pagando prestações compatíveis com os rendimentos salariais.

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 9,00

Assinatura semestral: NCz\$ 18,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



EDITORIAL

O engodo das elites e a verdade do povo

Com o início da propaganda gratuita no rádio e na televisão a campanha sucessória entra numa nova fase, em que todos se apresentam ao eleitorado na busca do voto.

Depois de assistir a alguns programas, o grande público sente a sensação, ao ouvir a mensagem dos candidatos das elites, de estar diante da mesma peroração, do engodo, expresso em promessas vazias e no enunciado de falsas prioridades. Collor, Maluf, Ulysses, Afif, Brizola, Covas, Freire, protagonizam, com fartos recursos, um show de demagogia, cinismo, hipocrisia e mediocridade.

Pensam que o povo acredita que Collor é o salvador da pátria, que Ulysses não é governo, que Brizola, Covas e Freire têm algo a ver com a esquerda? Ou que Maluf de repente se regenerou e vai mandar prender corruptos? Decididamente não!

O povo vai a duras penas fazendo seu aprendizado, elevou a consciência política na luta contra a ditadura e na oposição enérgica ao governo Sarney. Em greves, manifestações de rua e batalhas cotidianas vai formulando seu programa de ação, reivindicações econômicas e tomando consciência da necessidade de fazer valer um novo projeto de conteúdo nacional, democrático, popular, progressista.

Esse novo projeto tomou forma na sucessão presidencial no programa da Frente Brasil Popular e nas candidaturas de Lula e Bisol. Programa que no horário gratuito é levado ao conhecimento de milhões de brasileiros, que nele sentem a concretização de suas mais sentidas aspirações. No rádio e na televisão a Frente Brasil Popular se destaca pela franqueza com que se dirige à grande massa, pela sinceridade das propostas e por suscitar, sem dema-

gogia, o debate sobre os temas mais candentes da vida nacional.

Outro momento importante que os últimos dias assinalam é o início das grandes jornadas de massas, cujo marco foi o grande comício realizado dia 17 de setembro em São Paulo — a maior manifestação popular desde a campanha das **Diretas-Já**. É um fato que extropola os limites do Estado de São Paulo, expressando a força nacional da Frente Brasil Popular. Mais uma vez ficou patente que essa coligação de esquerda, formada em torno das candidaturas de Lula e Bisol, é a única capaz de despertar as energias do povo e mobilizá-lo em ações de envergadura. Um contraste enorme com as armas dos candidatos das classes dominantes — o poder econômico e as maquinacões da imprensa e da mídia eletrônica, combinadas com os institutos de pesquisa manipuladores da opinião pública. A desvantagem financeira dos partidos da Frente Brasil Popular só poderá ser compensada com o empenho de cada cidadão democrata e progressista deste país, capaz de atos de abnegação e de contribuir com seu esforço e parcos recursos para o crescimento da campanha.

Por isso, os ativistas da Frente Brasil Popular devem, nas poucas semanas que restam até o dia do pleito, intensificar a campanha em todos os níveis. Não descansar um só minuto no desmascaramento dos demagogos, na denúncia dos males que afligem a nação, pelos quais são todos eles responsáveis. Persistir na busca do voto popular, realizar mais e mais atos de massas, organizar os comitês da frente na vastidão do território nacional, enfim, construir uma grande jornada cívica de libertação nacional, é o caminho a trilhar nesta reta final da campanha.

PCdoB na Frente Brasil Popular

Haroldo Lima*

O PCdoB está demonstrando decisão na campanha da frente. Decisão que precisa aumentar, especialmente nessa etapa em que os programas de rádio e TV expõem melhor os perfis das candidaturas, ensejando novo posicionamento do eleitorado. A tática do corpo-a-corpo é fundamental para "amarar" a opinião do eleitor, calçando, no particular, as conquistas obtidas no geral. No corpo-a-corpo a militância do PCdoB tem papel extraordinário a cumprir.

Ao empenhar-se com decisão na campanha da Frente Brasil Popular o PCdoB deve estar atento para cuidados essenciais que precisa ter. O Partido não pode se diluir na campanha, nem correr o risco de ficar ou parecer caudatário de aliados. Isto enfraqueceria a campanha como um todo, que deixaria de expressar, em toda a sua potencialidade, a diversidade que lhe é inerente e o entusiasmo de uma força importante. Por outro lado, lutando por objetivos de longo alcance, o PCdoB persegue sempre a meta de se fortalecer no curso das campanhas concretas.

No que respeita aos cuidados especiais com o crescimento do Partido na presente campanha três aspectos merecem realce.

Primeiro, a utilização das nossas marcas e símbolos. A sigla do Partido deve ser sempre grafada por

nós, seja ao lado do nome da frente, ao lado da sigla dos outros partidos, ou sozinha. Na jornada eleitoral em curso, como os nomes dos candidatos a presidente e a vice não são de nosso partido, a nossa legenda precisa ser bem evidenciada para que nossa presença seja notada.

Segundo, o discurso da campanha. É claro que esse só pode ser o da frente, consubstanciado nos 13 pontos. Mas cada força dá seu acento específico, enfatizando aspectos determinados, o que diversifica e enriquece a campanha como conjunto. Na Frente Brasil Popular o que se espera do PCdoB é realce especial em questões tais como: a dívida externa, a posição face ao capital estrangeiro, a questão da Amazônia, das estatais, da liberdade política e a propaganda geral do socialismo.

Terceiro, a construção orgânica do Partido. Se o Partido não cresce, não aumenta sua influência, não organiza comitês em diversos novos municípios e não amplia suas bases, ele estaciona e, estacionado, retrocede em seguida. O PCdoB em hipótese alguma pode perder a marca do partido ousado, audaz, que busca se enraizar cada vez mais junto às massas populares. O Partido precisa crescer e recrutar sempre novos militantes.

*líder da bancada na Câmara dos Deputados e membro da direção nacional

Depois da Sé

Aldo Rebelo*

O comício realizado pela Frente Brasil Popular no último dia 17 de setembro na Praça da Sé, em São Paulo, estabelece uma situação nova na disputa para a Presidência da República. No maior centro industrial e operário do País a coligação de esquerda mostra sua pujança e exibe o fôlego de que dispõe para enfrentar o momento mais crucial da batalha eleitoral.

A Praça da Sé é uma velha companhia dos trabalhadores e do povo e testemunha secular de suas lutas. Na década de 30, dali foram escorraçados os integralistas que tentavam fazer uma ocupação simbólica da Praça; no primeiro de maio de 1968 trabalhadores e estudantes botaram para correr o governador Abreu Sodré que fazia demagogia no local; ali realizou-se parte da memorável jornada pelas diretas, em 1984; seu gigantesco quadrilátero de cimento prenunciou a virada dos Partidos do Povo no comício final de Luiza Erundina, em seis de novembro de 1988.

O fato de ter acontecido em São Paulo e dadas as condições das últimas campanhas (ninguém faz comício), a concentração da Sé deverá repercutir amplamente. Em primeiro lugar, na Frente Brasil Po-

popular, enchendo de ânimo seus militantes e simpatizantes, mas deverá repercutir também junto ao bloco conservador. O registro do acontecimento por parte dos grandes meios de comunicação inclui a preocupação com a força emergente da Frente Brasil Popular. Como pedra caída no meio do lago, o comício da Sé avançará em ondas, do centro para as margens, e o Brasil inteiro terminará por ser atingido por sua força.

No ano passado, a súbita virada de Erundina na reta final da eleição paulistana foi decisiva para os resultados alcançados pela esquerda em todo o país, de Manaus a Porto Alegre. A opinião do eleitorado, numa eleição nacional, é formada a partir das grandes concentrações populacionais e dos centros politicamente mais avançados. Jamais o eleitorado dos grotões definirá o rumo dos eleitores dos grandes centros urbanos, mas certamente os grandes centros urbanos têm tudo para influenciar o eleitor mais atrasado do interior do país. Em São Paulo o grande exército político reunido na praça retemperou seu espírito de combate e testou sua própria força, agora pronta para empurrar para a vitória a

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

*Vereador do PCdoB em São Paulo e membro da direção nacional

O movimento comunitário é setor-chave na campanha

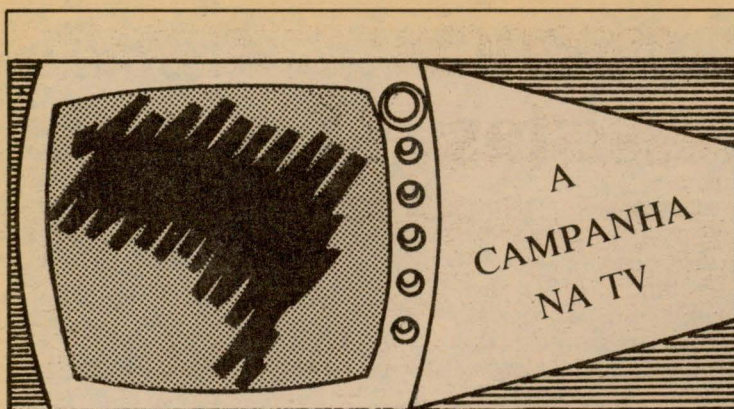
A Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam) promoverá, dia 14 de outubro, das 10 às 14 horas um debate via Embratel com os candidatos à Presidência da República. As imagens serão geradas no Rio de Janeiro pela TV Executiva, num circuito criado pela Conam que pode ser acompanhado por milhares de entidades de moradores espalhadas pelo país. Neste artigo, o autor chama a atenção para a importância dos bairros populares para a campanha da Frente Brasil Popular e lança uma proposta de organização para o movimento comunitário que complementa e reforça a atuação dos comitês populares.

mães, com o objetivo fundamental de informar e discutir com a população as propostas, as candidaturas, enfim, os interesses em jogo na sucessão, pode constituir uma alternativa concreta de abordagem da sucessão presidencial. As populações dos bairros estão ávidas e carentes de informação e, ao mesmo tempo, ainda afastadas da campanha presidencial, atuando como meros espectadores do marketing eleitoral. De igual modo estão suas lideranças e entidades. Um movimento criativo e amplo, algo assim como um "Alerta bairros", pode despertar o povo a participar da luta sucessória. Através desse movimento, será possível realizar uma grande maratona de visitas aos bairros, promover debates e distribuir notas e cartilhas explicativas, discutir o programa da Frente Brasil Popular nos seus aspectos gerais e naqueles que interessam mais especificamente aos bairros, tais como reforma agrária e urbana, transportes, saneamento, habitação, o papel das organizações de moradores e sua relação com as esferas de governo etc.

A idéia de um movimento com essas características deve, obviamente, respeitar na sua aplicabilidade, as particularidades de cada realidade. A essência dessa proposição está em oferecer uma alternativa de abordagem imediata e de reversão do quadro atual. Registramos, por exemplo, a grande iniciativa da atual diretoria da Conam, de realizar em 14 de outubro, um debate nacional com os candidatos à Presidência, em circuito integrado pela Embratel, voltado especificamente para o movimento de bairros.

Associar o trabalho de reconstrução do movimento comunitário com as eleições presidenciais é o caminho mais acertado para romper com o assistencialismo e o clientelismo, combater a desmobilização e o desânimo impregnados nas entidades de moradores, possibilitando uma nova perspectiva de ação política para essa frente de luta e contribuindo para o sucesso da frente das esquerdas em 15 de novembro. Não há, nesta proposta, conflito com o funcionamento dos comitês populares, que continuarão organizando a militância para a campanha. O que se pretende é ampliar a participação de setores que não estão engajados pelos comitês, portanto um trabalho de natureza mais abrangente.

* da direção regional do PCdoB na Bahia e diretor executivo da Federação Baiana de Associações de Moradores



Propostas claras e firmes

Plínio Lins*

A primeira semana de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão já permite que se tenha uma idéia de como os candidatos pretendem se apresentar pelos próximos sessenta dias ao grande público. Lá estão, para o Brasil inteiro ver e ouvir, as idéias — ou a falta delas — com que os 22 candidatos saem à cata dos 82 milhões de votos que estão em jogo.

Não é preciso ser especialista em comunicação televisiva para perceber, à primeira vista, que no meio de uma verdadeira salada em que se misturam notórios serviços da ditadura subitamente convertidos em paladinos da democracia, aliados de Sarney querendo passar-se por oposicionistas, pretendentes a heróis ou personagens de dramalhões melosos — no meio disso tudo o exiguo espaço de cinco minutos da Frente Brasil Popular consegue mostrar criatividade e propostas capazes de separar nitidamente a candidatura popular das candidaturas das classes dominantes.

Utilizando de forma inventiva diversos símbolos do "padrão global" de larga penetração popular, a propaganda de Lula tem feito paródias com fundo sentido crítico, e a partir daí, denuncia a distância entre o Brasil das elites e o Brasil do povo. Transmite sinceridade, dando nome aos bois, e apresenta aquilo que o eleitor tem interesse em conhecer: propostas claras e firmes.

O que se vê nos demais candidatos, principalmente naqueles mais facilmente identificados com o sistema dominante? Artifícios diversos para encobrir a falta de credibilidade ou a falta mesmo do que propor à população.

Collor de Mello, por exemplo, insiste em projetar a imagem do "moralizador", já desgastada pelas diversas denúncias que contra ele se acumulam — mas ainda não desmascarado o suficiente no rádio e na televisão. Suas peças de propaganda sustentam-se na clássica imagem do

messianismo-macheza-patriamada, de nítida coloração fascistizante e vazio de conteúdo, embora produzido com tudo que existe de melhor nos recursos da tevê.

Maluf repete as "novelinhas" do ano passado, e chega à beira do ridículo ao se declarar um contestador de tudo que aí está. Tudo no seu programa projeta artificialismo, deixa a imagem de um candidato espertalhão — e também sem propostas que mereçam um mínimo de crédito.

Ulysses Guimarães tem o maior espaço de tempo e o tem usado para pôr à prova a capacidade dos telespectadores em resistir ao tédio. Esforça-se, até com certo estoicismo, para desvencilhar-se de sua ligação com o governo Sarney, mas não consegue; Sarney não deixa.

Covas apela para o sentimentalismo. Seu programa visa mais atingir a emoção do que a razão das pessoas. Tem resvalado para o piegas e isso acaba dando errado em dois lados: decepciona seu público-alvo e não alcança outras faixas de telespectadores.

Brizola se sustenta naquilo em que é mais hábil: os ataques aos adversários que estejam ao seu alcance e o reforço de um pretense carisma que hoje já não seduz tanto. Nada de propostas que mexam fundo na estrutura do país. Nada, igualmente, sobre seus acenos aos militares e setores da direita.

Afif e Aureliano igualmente se esforçam para parecer candidatos distantes do sistema dominante. O primeiro com alguma habilidade, o segundo mais preocupado com erros de português do que propriamente com a campanha, já perdida.

No mais, é a vala comum da mediocridade.

O programa eleitoral de Lula ainda deverá, certamente, contribuir para politizar com mais ênfase a campanha, separar os campos que disputam a eleição. Aí, sim, o horário de tevê e rádio terá a utilidade plena que o público espera.

*da equipe de articulistas

Ney Campelo*

Dentre as áreas fundamentais para o esforço de campanha eleitoral da Frente Brasil Popular destacam-se os bairros e os conjuntos habitacionais. O movimento comunitário conquistou nos últimos meses alguns avanços importantes no plano da organização e da orientação política, a exemplo da vitória das forças mais avançadas no último congresso da Conam. Mas ainda são avanços tímidos. Persistem concepções equivocadas de que o trabalho comunitário não revela perspectiva política ou mesmo eleitoral; confunde-se a difícil realidade objetiva de reconstrução do movimento de moradores, debilitado nos últimos anos da "Nova República" pelas investidas e projetos assistencialistas do governo Sarney, com uma visão subjetivamente pessimista que favorece a desmobilização da militância. Isto se torna mais prejudicial numa conjuntura de disputa política acirrada da envergadura das eleições presidenciais.

Presenciamos nesta campanha a repetição da velha tática da direita, hoje privilegiando a

candidatura de Collor de Mello, de penetrar nas comunidades de bairros, seja através da mídia, seja através do aliciamento direto na compra do voto, propagandeando a mentira e a farsa, pintadas (colloridas!) como o "novo" e o "avanço".

A exploração da ignorância e da miséria é uma das armas preferenciais da campanha da direita e os bairros, notadamente os populares, que concentram ponderável parcela do eleitorado, seu principal alvo.

A Frente Brasil Popular precisa, portanto, descobrir o potencial político e eleitoral existente nos bairros e conjuntos habitacionais e transformar a fragilidade da desinformação e do engodo em força de consciência e organização que resulte no voto livre e progressista. Nesse sentido, é indispensável encontrar os meios práticos e criativos, capazes de apontar uma perspectiva nova para a campanha nesse setor.

O lançamento de um movimento voltado especificamente para a campanha nos bairros, capaz de reunir lideranças e entidades de moradores, grupos de jovens e clubes de

Carlos Rodrigues



"Alerta bairros" desenvolve o potencial político dos bairros

Unir o povo — tarefa essencial das correntes progressistas

João Amazonas*

A união das forças que constituem o espectro popular da sociedade brasileira, tendo por base um programa avançado, é o problema essencial da atualidade política. Já o era no passado. Presentemente, com mais forte razão. As classes conservadoras e reacionárias, aliadas ao capital estrangeiro, fortaleceram seu sistema de domínio sobre a maioria da população, em especial da que trabalha e produz. O país passou vinte e um anos sob ditadura militar. Os generais arbitrários saíram aparentemente da cena, continuam nos postos-chaves. Aprovou-se nova Carta Magna. Quase nada mudou depois disto. O governo e o regime caminham sempre mais para a direita.

Os trabalhadores e o povo em geral têm lutado contra esse estado de coisas, e alcançado certos êxitos. Contudo, as lutas estão aquém das exigências do momento que vivemos. As greves, embora numerosas, não conseguiram impedir a queda incessante do valor real dos salários. A pressão camponesa pela terra aumentou, porém o latifúndio se mantém intocável; os lavradores são assassinados e os assassinos ficam impunes. As ações estudantis pela escola pública e a melhoria do sistema educacional expandiram-se, entretanto multiplicam-se as escolas particulares, privadas, e piora a qualidade do ensino. Os patriotas reclamam a defesa da soberania nacional e o não-pagamento da dívida externa, no entanto o país torna-se cada vez mais dependente e prossegue a entrega de bilhões de dólares aos banqueiros internacionais.

É evidente que se faz necessário elevar o nível das lutas e dar-lhes caráter político consequente para transformar radicalmente a fisionomia desoladora que apresenta o país. Não bastam, ainda que muito valiosas, as disputas em torno de reivindicações econômicas, ou os reclamos por alguma melhora das condições de existência. Impõe-se a contestação política do governo e da dominação das classes retrógradas. Enquanto o poder estiver nas mãos dos grandes empresários sócios do imperialismo, dos latifundiários aburguesados, dos banqueiros — sustentados pelos militares que tutelam a nação — será inevitável a concentração das riquezas em poucas mãos e a degradação das condições de vida da imensa massa da população, bem como o aviltamento da soberania nacional.



No ato de 13 de maio em São Bernardo o povo foi à praça saudar a unidade das forças progressistas

Aguinaldo Zordenoni/Fóton



A convenção do PCdoB que selou a unidade com os partidos da Frente Brasil Popular

O Brasil precisa mudar de rumo. E o problema fundamental é a união do povo sob uma direção firme, decidida a impulsionar a combatividade das massas e a imprimir às lutas a marca emancipacionista.

Grande êxito nesse sentido foi a criação da Frente Brasil Popular. Agrupando três partidos de esquerda, formulou um programa de 13 pontos que condensa soluções adequadas à superação da crise crônica em que se encontra o

país. São pontos altos desse programa a conquista de um governo democrático popular, de esquerda, distinto do governo das classes dominantes; o não-pagamento da dívida externa que expressa o sentimento antiimperialista da maioria da nação; a reforma agrária antilatifundiária; o fim da tutela militar sobre a sociedade civil.

A Frente Brasil Popular pretende ser um movimento polí-

tico de união do povo com objetivos libertadores. Surgiu em função da campanha sucessória da Presidência da República. Isto lhe permite abordar de imediato a questão do poder em termos eleitorais. Mas não pode ser encarada unicamente sob esse prisma. Não é fácil conquistar o governo por meios semelhantes aos que acontecer, maiores serão as exigências de mobilização e ações populares para levar adiante as tarefas que se pro-

põe. Seus fins extrapolam a disputa do voto. Visa organizar e conscientizar as massas trabalhadoras e populares a fim de estabelecer uma nova sociedade no Brasil, com liberdade, progresso e justiça social.

Ainda é cedo para afirmar que a Frente Brasil Popular se consolidará em definitivo e jogará o papel que lhe cabe. Os partidos que a compõem, embora de esquerda, têm concepções diferentes sobre importantes aspectos do movimento. Concordam — e isto é um grande feito — com o programa dos 13 pontos e a estruturação da Frente Brasil Popular. Dispõem-se a lutar unidos pela vitória do seu candidato à Presidência da República. Mas alguns setores desses partidos carecem ainda de correta compreensão da política de frente-única. Colocam interesses partidistas acima dos interesses maiores da união do povo. Incentivam divergências internas prejudiciais à unidade de ação. Manifestam preconceitos anti-comunistas. Ou pouco contri-

buem para mobilizar e organizar as massas.

Mas é imprescindível que a Frente Brasil Popular se consolide e atinja seus fins. Pode-se dizer que isso constitui uma necessidade histórica. Portanto, há que vencer os obstáculos e as incompreensões, esforçar-se por transformar o embrião de unidade que surge em poderoso instrumento de luta política e social. O sentimento de unidade é forte entre as massas. Apoiar-se nesse sentimento ajuda a remover dificuldades e a avançar no aprimoramento da unidade de pensamento e de ação.

Incontestavelmente, a Frente Brasil Popular progride. Em tão curto período, obteve razoável desempenho. Comanda uma das maiores batalhas eleitorais já realizadas no país. As candidaturas de Lula e Bisol ganham espaço em amplos recantos da pátria, mobilizam grandes massas em comícios, passeatas e debates públicos. Centenas de comitês da Frente Brasil Popular instalaram-se em quase todos os Estados. Está à vista a vitória nas urnas de 15 de novembro.

O Partido Comunista do Brasil, fiel ao seu programa revolucionário, empenha-se junto com os demais partidos na construção da frente e em defesa da unidade popular. Tem consciência que a consolidação da Frente Brasil Popular abre largas perspectivas ao povo brasileiro. Há melhores tempos para o nosso povo.

*presidente nacional do PCdoB

Manobra collorista no Senado impede aprovação de lei eleitoral

Mário Simões*

Uma manobra articulada pela bancada collorista no Senado, e tolerada por outras lideranças conservadoras daquela casa, impediu no último dia 19 que fossem transformados em lei dispositivos capazes de assegurar igualdade de condições aos candidatos à Presidência da República no acesso aos meios de comunicação eletrônicos.

Numa sessão tumultuada, a Câmara havia aprovado na véspera, por 239 votos a favor e 36 contra (12 abstenções) o projeto de lei que defendia novas normas para as eleições de 15 de novembro próximo. A chamada grande imprensa teima em não apresentar ao público o verdadeiro conteúdo do projeto de lei e insiste na tecla monocórdia da cédula eleitoral.

É preciso desmistificar as informações incompletas que estão sendo vendidas como verdadeiras. O formato da cédula eleitoral foi definido em conjunto por todos os líderes e todas as sugestões do líder do PRN, o ex-“progressista” Renan Calheiros, foram acolhidas pelo Colégio de Líderes. A forma mista foi a encontrada para incorporar as vantagens dos dois modelos — o de marcar “x” e o em branco que foi sugestão do próprio Tribunal Superior Eleitoral. É mentira falar em prejuízos para o eleitor com mudanças das regras do jogo, pois ele não havia ainda sido informado sobre as tais regras. O projeto de lei possibilita ainda, ao TSE, fazer uma cédula especial para os analfabetos, com o retrato dos candidatos.

Novas regras

O fundamental do projeto que não é esclarecido pelos jornais e televisões, entretan-

to, são as regras para os debates eleitorais e para a realização de pesquisas.

O projeto define que as TVs poderão realizar debates fora do horário gratuito, desde que não seja imediatamente depois dele e que conte com a presença de todos os candidatos (em duas ou uma etapa). Os debates serão analisados por uma comissão de representantes de cada um dos candidatos, que deverá definir as regras para sua realização. Fica, também, definido um debate, nos dias 4 e 5 de novembro, no horário gratuito de rádio e TV, com a participação de todos os candidatos.

Outra medida que não agrada aos setores das classes dominantes que têm interesse em influenciar a seu favor as eleições são as regras para a realização de pesquisas eleitorais. O projeto garante a cada candidato a indicação de um representante para acompanhar todo o processo de pesquisa, seja a elaboração dos questionários, a escolha do universo a ser pesquisado, a tabulação dos dados, e a divulgação dos resultados.

Um ponto que foi explicitado e causou polêmica diz respeito à definição do tempo de um minuto para cada candidato nos noticiários normais de televisão. Quem tem dúvidas sobre a justeza da medida basta assistir ao Jornal Nacional, da TV Globo, sobre a própria legislação eleitoral e ver a faciosidade com que o assunto é tratado. Só aparece falando sobre o assunto o principal ator da emissora, Collor de Mello. No dia 18 foi um escândalo a cobertura do assunto. Apareceu Collor fazendo demagogia e dizendo-se defensor dos analfabetos que, segundo ele, seriam prejudicados pela cédula mista. Depois, foi a vez do dublê de jornalista e fun-

cionário-fantasma do Banco do Brasil, Alexandre Garcia, aparecer também falando contra o projeto de lei. Ao final foram ouvidos três senadores, José Fogaça, Humberto Lucena e João Meneses — todos se manifestando contrários a pontos específicos do projeto. No total foram pouco mais de três minutos dedicados à matéria — um tempo fabuloso em televisão.

Cerco político

A cobertura que a chamada grande imprensa dá ao projeto eleitoral faz parte, na verdade, do conjunto do cerco político e ideológico que as classes dominantes procuram fazer para garantir que seus candidatos preferidos cheguem ao segundo turno. Quanto maior for a influência do poder econômico maiores são as chances de conquistar esse objetivo.

A cantilena de mudança das regras à última hora das eleições também faz parte desta estratégia. Quem mudou as regras, a rigor, foi o TSE, que permitiu, ao analisar mandado de segurança de Maluf, que os candidatos aparecessem em qualquer programa de televisão.

A aprovação do projeto de lei na Câmara dos Deputados não foi suficiente contudo, para sua consagração. A banca do PRN no Senado, somada aos trânsfugas que apoiam Collor às escondidas, evitou a votação em regime de urgência do projeto. Mesmo aprovada a urgência ele terá que ser votado. Se sofrer alguma emenda, o projeto deverá ser novamente votado na Câmara. Depois de aprovado existe ainda a possibilidade de veto pelo presidente José Sarney. Nesse caso, o projeto volta novamente à Câmara que poderá ou não derrubar o veto presidencial.

* Correspondente em Brasília

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

As mentiras da “Folha” sobre o comício ofendem o bom-senso

Mário Simões

A Frente Brasil Popular realizou, segundo o “Jornal do Brasil” e várias opiniões isentas, o maior comício até o momento nesta campanha. Estranhamente, o jornal “Folha de S. Paulo” garantiu, segundo estudo e pesquisas mirabolantes executadas pelo “Data-folha” — o mesmo que constatou que Lula estava em quinto lugar em pesquisa realizada em dez capitais brasileiras — que havia 19.300 pessoas no comício.

Para fundamentar sua posição, a “Folha” escuda-se no “cientificismo” que considera que parcelas da Praça de Sé tinham densidade baixa, média e alta de pessoas. Que a “Folha” com seus âbacos, esquadros e compassos achasse o número menor de participantes no comício é fácil de entender. Entretanto, divulgar o número que é a metade do publicado e aceito pelo “Jornal do Brasil”, e até menos do que 1/3 das avaliações mais otimistas, coloca a “Folha”, na verdade, ao lado da polícia. A PM de S. Paulo afirmou que havia 6.000 pessoas no comício.

A posição da “Folha” fica muito clara quando a primeira página do caderno “Diretas/89” é dedicada aos empresários paulistas e suas propostas de combate à inflação. Não há, também, nenhuma chamada para a matéria do comício na primeira página do caderno. Na primeira página do jornal a chamada para o comício da frente é feita com uma foto-legenda na parte de baixo da folha do jornal. Mais destaque teve o candidato Collor na edição do dia seguinte (terça-feira 19/09), por ter participado de um ciclo de debates na Universidade de Brasília, para onde todos os candidatos estão convidados.

A “Folha”, na verdade, apesar de seu discurso de “respeito ao leitor”, e todas as suas concessões ao marketing para capturar leitores (o maior exemplo foi a cobertura da campanha das diretas onde roubou diversos leitores do “Jornal do Brasil”, que havia malufado), tem limites claros nos seus compromissos com as elites dirigentes, afinal seus anunciantes e financiadores.

A Fundação Maurício de Godoy pesquisas

Foi na mesma “Folha de

S. Paulo” na edição de sábado, dia 16/09, que o jornalista Jânio de Freitas publicou matéria desmascarando parcela da chamada grande imprensa e a forma como divulga as pesquisas eleitorais.

Ele analisou a pesquisa do Instituto Gallup, divulgada nos jornais “O Globo” e “O Estado de S. Paulo” no dia anterior. O destaque da pesquisa, explicou, foi a queda de Collor: o único que caiu em todos os níveis sócio-econômicos, em todas as regiões e em todas as capitais. Ele foi também o único que teve aumentado o seu índice de rejeição pelo eleitoral. Ao cair de 45,5% para 41,1% Collor; na verdade, perdeu 9,67% de sua massa de simpatizantes. De cada 100 eleitores, ressaltou, ele perdeu 10.

Essa realidade, entretanto, foi desconhecida pelos jornais. “O Globo” deu como manchete, “Gallup: Lula e Afif mudaram de posição”. Lula, continua a argumentar o jornalista, passando de 4,8% para 6,5%, teve um crescimento de 35,41%. Para cada 100 eleitores que já contava, Lula passou a ter 135. Afif, entretanto, passou de 4,5% para 4,8% ou seja, um mísero crescimento de 0,3% — aumentou seis pessoas em cada 100 que já possuía. Por que dar manchete de que Afif melhorou de posição? Brizola, por exemplo, pela variação de seus percentuais, teve um crescimento de 12 preferentes a cada 100 que já possuía. “O Estado de S. Paulo” garantiu, na manchete, que “Collor caiu pouco”. Os Mesquitas consideraram, portanto, 10% uma queda pequena.

O artigo mostra o tratamento que a grande imprensa dá às questões eleitorais. Mesmo a “Folha”, que publicou a matéria de Jânio de Freitas não fica atrás. A pesquisa da “Data-folha” divulgada em 19 de setembro foi realizada em 10 capitais brasileiras. Lula, pasmem, ficou em quinto lugar atrás de Paulo Maluf e Covas, e ao lado de Afif. Por que uma pesquisa somente em capitais que não tem parâmetros com as pesquisas anteriores nacionais? Assim não é possível comparar dados ou ascensão dos candidatos.

*interino



Lula Marques

A maioria da Câmara impôs uma derrota ao poder econômico

O maior comício da campanha

“Já participei de muitos comícios, desde o tempo da campanha das Diretas, mas nunca vi tanta emoção, entusiasmo e esperança”. A frase, que trouxe o sentimento de uma entre milhares de ativistas engajadas durante toda a semana na mobilização do povo para a Praça da Sé, é de Elinéa Gonçalves, do comitê da Frente Brasil Popular no bairro proletário do Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo. Essa foi também a impressão de Geraldinho, militante comunista, organizador da Frente na região operária da Zona Oeste, que trouxe consigo uma delegação de dezenas de pessoas, na sua maioria colegas de fábrica. Segundo ele, “agora a campanha pegou, os operários mostram a sua adesão na prática, a militância veio aqui demonstrar sua animação e ninguém a segura mais”.

Desde as 14hs. do domingo, dia 17 de set., a Praça da Sé, marco zero da capital paulista, mudou a sua paisagem cotidiana para assumir a aparência dos dias de festa e de luta. E ficou lotada com gente simples e disposta a gastar suas escassas horas de lazer de uma tarde fria e úmida para, multiplicada por dezenas de milhares de pessoas, realizar o maior comício da atual campanha eleitoral.

Mais de 50 mil pessoas se comprimiram no retângulo em frente à Catedral enfeitado com bandeiras e faixas dos partidos da Frente Brasil Popular, entidades de jovens, mulheres, sindicais, estudantes e comunitárias para saudar os líderes e candidatos da coligação de esquerda que mostrou força política, capacidade de organização e mobilização para chegar vitoriosa no maior embate, político dos últimos 30 anos da história do país.

O presidente do diretório regional do Partido Comunista do Brasil, Olival Freire Jr., acha que “a partir do grande comício do dia 17 a militância passa a considerar mais plausível essa possibilidade de vitória”. Isto, segundo Olival, pôde ser constatado já nos dois dias seguintes ao comício, quando se observou que “a atuação dos ativistas passou a ser de nível mais elevado nas panfletagens, portas de fábricas, organizações de comitês e outras atividades”.

Um dos traços principais do comício da Praça da Sé foi a participação intensa da militância dos partidos da Frente Brasil Popular. PCdoB, PT e PSB se empenharam, tensionaram suas forças para realizar a grande manifestação. Ao lado disso observou-se uma forte adesão espontânea do povo de São Paulo, que afluiu em massa à Sé.



Amazonas: Vejo concretizado nesta praça meu sonho de 50 anos, a unidade popular

Pepe | Fôton



Mais de 50 mil pessoas, na maior manifestação desde a campanha das Diretas

Mas, sem sombra de dúvida, merece destaque a participação da militância comunista, expressa na mobilização e arregimentação do povo, na presença na praça durante todo o comício, no belo visual composto por uma multidão de bandeiras vermelhas com a foice e o martelo e nos discursos dos ora-

Paulo Torraca | Fôton

dores do Partido — o vereador por São Paulo, Aldo Rebelo, o deputado federal goiano, Aldo Arantes e o presidente nacional do Partido, João Amazonas, este entusiasticamente saudado pela multidão e anunciado pelo orador oficial como “uma das maiores lideranças políticas do país, um dirigente comunista que dedica há 50 anos sua vida à luta do povo brasileiro”.

Amazonas, que não escondeu a emoção, disse: “O que vemos aqui é a união do povo brasileiro — operários, camponeses, donas de casa, intelectuais progressistas, estudantes, jovens e mulheres”. Segundo ele, esta união “é o único meio de afastar da direção do Estado a corja que explora a nossa gente”.

No palanque da Sé desfilarão, além dos dirigentes comunistas, outros importantes líderes da coligação Frente Brasil Popular, representantes de entidades de massas e artistas: os candidatos a presidente e vice-presidente da República, Lula e Bisol, a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, o pre-

sidente nacional do PSB, senador Jamil Hadad, o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Eduardo Suplicy, o prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, as atrizes Esther Góes e Lélia Abramo, o cantor Tom Zé e o presidente da UBES, Manoel Rangel.

O comício da Frente Brasil Popular foi marcado por muita animação, participação da massa e teve momentos emocionantes, com o espoucar de fogos de artifício quando foram anunciadas as presenças de Lula e João Amazonas, a execução do Hino Nacional e do hino da Internacional Comunista, cantado no final pela multidão em clima de apoteose.

No discurso de encerramento do grande comício, já entrando pela noite e sob chuva, sem que o povo arredasse pé da praça, o candidato da Frente Brasil Popular criticou duramente os candidatos das classes dominantes e os da falsa esquerda. Disse que Collor de Mello faz demagogia quando afirma que caça marajás “porque tem marajás trabalhando para ele em Brasília”. Lula criticou também Afif Domingos, Ulysses Guimarães, Maluf, Brizola, Covas e Roberto Freire.

O candidato da Frente Brasil Popular analisou a dureza da batalha eleitoral e considerou que “as classes dominantes são implacáveis, não nos pedoam, fazem a guerra ideológica contra nós e não aceitam que conquistemos a Presidência da República, têm medo disso”. E tocou no sentimento do povo ao pregar “pena de morte para os trombadões de Brasília” e anunciar que “a Frente Brasil Popular vai fazer uma revolução neste país”.

O comício da Frente Brasil Popular do dia 17 foi um grande acontecimento não só nos marcos do Estado de São Paulo, mas a nível nacional. Apesar da má vontade de certos órgãos da imprensa, expressa em noticiários distorcidos como o da “Folha de São Paulo”, houve veículos, como o “Jornal do Brasil”, que admitiram em manchete: “Lula faz em São Paulo o maior comício da campanha”. Nenhum candidato conseguiu até agora um tamanho grau de adesão e mobilização popular, com o entusiasmo e a empolgação que se verificaram na Sé.

Assim, o dia 17 marcou o início de uma nova etapa na campanha, a da realização de grandes atos de massas, o que pode e deve se repetir em todas as grandes concentrações urbanas do país. Isto não só imprime novo ritmo e ânimo à campanha, como responsabiliza ainda mais a militância e os dirigentes da Frente Brasil Popular, que devem vencer nas ruas, com estilo combativo, os poderosos instrumentos dos candidatos das classes dominantes e enfrentar vitoriosamente as duras provas que a batalha eleitoral coloca nas próximas semanas.

Aguiinaldo Zordenoni | Fôton



Os trabalhadores compareceram com suas reivindicações



O povo expressou entusiasmo e esperança

“A Sé deu a arrancada em direção à vitória da FBP”

“O comício da virada”. Esta foi a impressão geral sobre a concentração promovida pela FBP na Sé. A Classe Operária ouviu artistas, políticos e outras personalidades sobre o evento e a campanha de Lula. Eis suas opiniões:

Tom Zé (cantor e compositor) — “Pela irmandade natural que tenho com as pessoas que acompanham Lula, com os partidos da Frente Brasil Popular, o apoio a Lula é uma coisa natural. Também pelo fato de Lula representar essa idade incorruptível que o ser humano passa entre os 13 e os 19 anos”.

Lélia Abramo (atriz) — “O povo amadureceu e tem consciência do que quer e do que faz. Por isso vai marchar com Lula e a Frente Brasil Popular”.

Augusto Boal (ator e diretor de teatro) — “Pela primeira vez na história existe a possibilidade real de o povo eleger alguém que é povo. É por isso que estou fazendo o possível para ajudar a eleger o Lula. Do seu governo espero em primeiro lugar o não pagamento da dívida externa, que é uma forma moderna de escravidão. A Frente Brasil Popular deve

Kleber Dias



Ester Góes

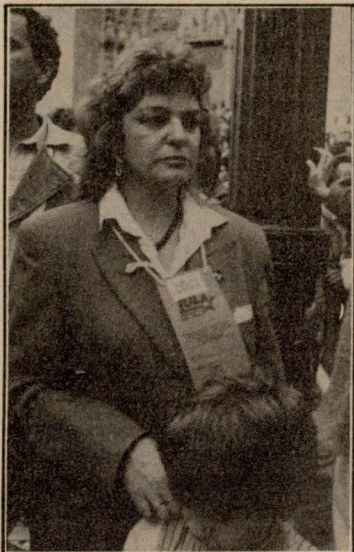
assumir a liderança de uma nova campanha abolicionista. Acho que a Frente Brasil Popular é o prenúncio de uma unidade maior das forças progressistas para promover mudanças radicais no Brasil”.

Mariza Letícia da Silva (esposa do Lula) — “Acho que a campanha está ótima, daqui para a frente vai ficar melhor e acredito que nós venceremos. O comício mexeu comigo, estou muito emocionada. Vendo tanta gente não dá para acreditar nas pesquisas. Na minha opinião o Lula com certeza vai para o segundo turno e será eleito presidente. O Brasil vai mudar e para melhor, tenho certeza absoluta”.

Ester Góes (atriz) — “Está demonstrado que este é o comício da virada. A campanha pegou fogo. Temos o melhor candidato, o Lula, e ele vai para o segundo turno.”

José Dirceu (deputado estadual — PT-SP) — “Este é o comício da virada. Agora vamos para a vitória. O comício mostra a força popular que a Frente Brasil Popular tem”.

Jacó Bittar (prefeito de Kleber Dias



Mariza, esposa de Lula

Campinas-SP) — “Este é o momento da virada. Falo por experiência própria, pelo clima de emoção que sinto. Vejo a militância se entusiasmar com a mensagem da Frente Brasil Popular, do PT, do PCdoB e do PSB. Quando a militância é conquistada e se entusiasma ninguém a segura”.

Eduardo Suplicy (presidente da Câmara Municipal de São Paulo) — “Estamos vivendo uma virada extraordinária. O povo percebeu e vai acompanhar o Lula e o Bisol com entusiasmo. Nosso sonho está perto de ser realizado”.

Ricardo Zaratini (membro do PCB) — “Apóio o Lula porque sua candidatura propiciou a formação da Frente Brasil Popular que é o início da acumulação de forças para promover as transformações radicais de que o Brasil necessita. É uma posição divergente à do partido a que pertencço. Há vários companheiros que também pensam assim.”

Marilena Chauí (Secretária de Cultura da Prefeitura de São Paulo) — “Agora é ganhar, ganhar já. A campanha da Frente Brasil Popular está perfeita, é extremamente unitária, uma frente mesmo.”

Aldo Arantes (Deputado Federal do PCdoB — GO) — “Esse comício vai ter um efeito muito grande, é uma virada. Essa campanha representa um fato novo na política brasileira: a esquerda se une. A verdadeira esquerda está na Fren-

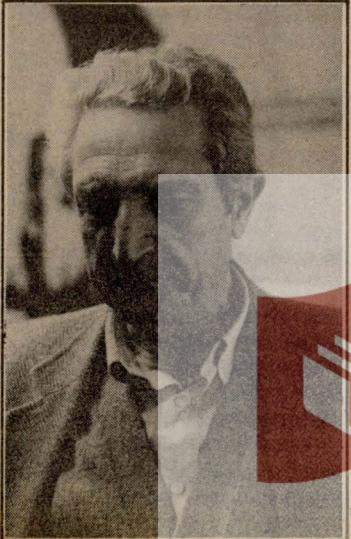
te Brasil Popular como ferramenta da mudança deste país, com um programa unificado e uma consciência unificada na prática, não só na campanha mas visando uma mudança efetiva na sociedade brasileira.”

Hélio Bicudo (Secretário Negócios Jurídicos da PMSP) — “Agora começa a caminhada para a vitória. A Pça. da Sé foi o palco para o movimento das diretas, para a arrancada de Erundina, e levará o Lula à vitória. A FBP — está sendo um trabalho positivo, o PCdoB, o PSB e o PT se comprometeram a levar o Lula à Presidência e vão levar. As pesquisas não dizem nada diante de um comício como este, é bom lembrar que no ano passado Erundina estava em 4.º lugar nas pesquisas.”

Benedita da Silva (Deputada Federal, PT - SP) — “Acredito que as pesquisas não registram a ascensão do Lula porque são direcionadas. Este é apenas mais um comício da FBP e vamos para o 2.º turno, esta é a verdadeira pesquisa e ainda não retrata tudo o que teremos no dia 15 de novembro, porque já existe uma militância na rua e um trabalho de consolidação das forças progressistas e de esquerda do país. A FBP demonstra isso, as forças progressistas vão dar ao Brasil a cara que ele precisa.”

Jamil Haddad (Senador - PSB) A direita está jogando na polarização da campanha entre Collor e Brizola, nós vamos denunciar este fato. Um exemplo disso foi a Globo dar 17 minutos a mais para o Brizola atacar a própria Globo no palanque eletrônico. O trabalho das bases já é excepcional, agora com o Palanque Eletrônico e a atuação na TV provaremos que a candidatura do Lula é a única capaz de colocar o povo na rua. E isso me dá a certeza de que estaremos no 2.º turno. A única fren-

Kleber Dias



Plínio A. Sampaio

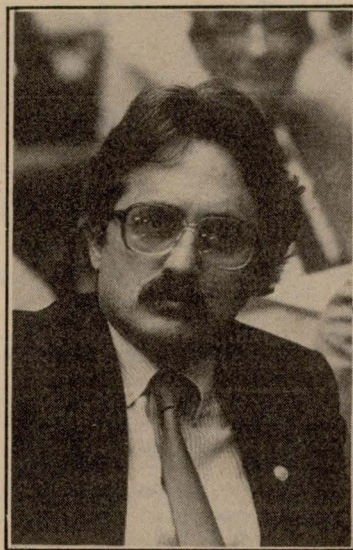
te que não tem compromisso com o passado é a FBP.”

Plínio A. Sampaio (deputado federal, PT — SP) — “Este é o ritmo final da vitória, é o embalo final, qual o candidato que tem isso aqui? Todos os que falaram comigo disseram que o nosso foi de longe o melhor. É o começo da virada.”

L. E. Grenhalgt (vice-prefeito de SP) — “Sempre defendi dentro do PT o trabalho em frente.

Sou pela união das esquerdas. Foi assim no movimento da anistia. A esquerda junta, ganha e multiplica suas forças

André Dusek/Agil



Aldo Arantes

para a transformação política do país. No 2.º turno vamos buscar o PCB e os tucanos.”

Manoel Rangel (presidente da UBES) — “A UBES participa da campanha presidencial com um programa de cinco pontos: suspensão do pagamento da dívida, reforma agrária, fim do militarismo, ensino público e gratuito e preservação da Amazônia. Com esses pontos nós vamos esclarecendo a juventude, que em geral vai votando no que é novo, em propostas novas que possam abrir caminho para uma transformação mais profunda. Particularmente acredito que o único candidato que defende estes cinco pontos é o candidato da FBP.”

Jair Meneguelli (presidente da CUT) — “Esse é o maior comício depois das diretas, mesmo não tendo os mesmos recursos, sem ônibus e metrô gratuitos. Mesmo assim a classe trabalhadora compareceu. Não vi nenhum outro partido fazer um comício deste tamanho, trazer o povo para a praça, mostrando a garra desta frente. Eu dou muito mais valor à qualidade das pessoas que vem ver o comício que a quantidade. Dou calor às pessoas que vêm ver o candidato falar e não ver os artistas.

Florestan Fernandes — (deputado federal do PT-SP) —

“Tenho a impressão de que a campanha vai crescer daqui para frente, com a propaganda na televisão conjugada com comícios, assim como por meio das diversas atividades que estamos desenvolvendo entre distintos setores da sociedade. O arranque vai começar agora e tornar-se-á crescente. Eu nem esperava que nós conseguiríamos reunir aqui na Praça da Sé 70 mil pessoas como está ocorrendo. Este é um forte indicador de que a mobilização das massas populares e da classe operária em especial está produzindo os efeitos que se poderia esperar. Acredito que vamos ganhar e formar um governo que defenda uma democracia que possa ser operária e popular”.

Luiz Gushiken (presidente nacional do PT) — “Este comício demonstra que a frente conseguiu otimizar a mobilização de massas como instrumento importante nesta campanha. Para nós é fundamental que as massas estejam ativas. Isto significa a primeira arrancada para alavancar com mais força em outros Estados do país. A ida do Lula para o segundo turno é uma coisa quase inevitável. Lula é um homem com passado de luta e projeto de futuro capaz de mudar o país.”

Vital Nolasco (vereador do PCdoB em São Paulo) — “O comício é um salto de qualidade na campanha porque a maioria das pessoas que estão aqui é gente do povo. Este ato é uma demonstração de força e contradiz o que as pesquisas estão dizendo. Outro aspecto importante é que a partir deste comício a campanha cresce porque as pessoas saem daqui animadas e vão levar a campanha nas fábricas e nos bairros”.

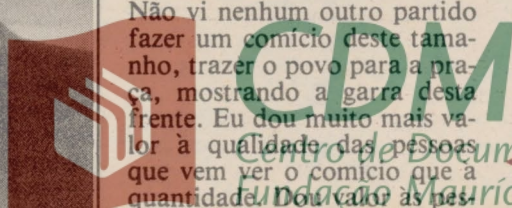
Kleber Dias



Augusto Boal

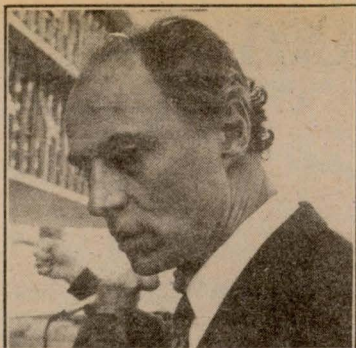
Nivaldo Santana (Corrente Sindical Classista) — Este comício representa a virada na campanha e um passo seguro para a vitória. O povo na rua vai mostrar quem é o seu verdadeiro candidato e, assim, vai derrotando a manipulação dos pesquisadores do jogo sujo das classes dominantes”.

Irede Cardoso (vereadora-PT-SP) — “Temos certeza de que a Frente Brasil Popular é o



CDM
Fundação Maurício Grabois

espaço das mulheres conscientes, organizadas e mobilizadas. Lula e os partidos da Frente Brasil Popular conhecem bem a problemática da mulher e são sensíveis a ela. Este comício mostra que Lula será eleito. Nenhum outro candidato fez um comício assim. Temos gana, garra, não perdemos o entusiasmo diante das dificuldades. Estamos vivendo um momento histórico. A mensagem da Frente Brasil Popular é a única verdade política do Brasil. O resto é farsa. Quando o povo adquire



Eduardo Suplicy

consciência política ele se torna imbatível."

"Esta gente não tem medo"

Trechos do discurso de José Paulo Bisol, senador candidato a vice-presidente da Frente Brasil Popular.

"Lula, se você estender a mão vai colher o coração pulsante e verdadeiro do povo brasileiro. Vai sentir a fé de um povo que vai te levar à Presidência da República. Este povo não tem medo. Você pode erguer o punho fechado e impor justiça social.

"Hoje nós começamos a virar a página da história deste país. Realizamos uma jornada revolucionária.

Veja, Lula, o pássaro branco da bandeira do PSB, símbolo da esperança que atravessa a história do povo brasileiro. Da bandeira do PCdoB tome a foice, pega-a em tua mão e vai colher o trigo para matar a fome neste país. E, ainda que a noite seja úmida, ergue-se para o céu a estrela do futuro desta nação, a estrela dos nossos filhos, redenção, fim da miséria, símbolo da coragem, do socialismo brasileiro.

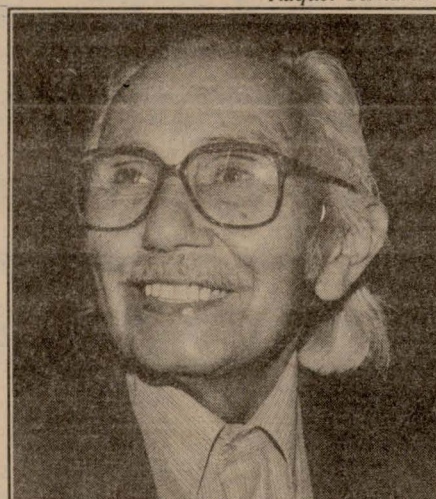
E, agora, vocês que estão aqui, nesta noite úmida mas gloriosa, olhem bem para minha cara. Várias vezes me perguntam: 'Ô Bisol, você é juiz de direito, desembargador, professor universitário, senador da República, o que faz do lado de um torneio mecânico?'

"Eu respondo: o maior orgulho da

"Aqui está a união do povo"

Discurso de João Amazonas, presidente nacional do PCdoB

"O que vemos aqui é a união do povo brasileiro — operários, camponeses, donas de casa, intelectuais progressistas, estudantes, jovens e mulheres. Esta união é o único meio de afastar da direção do Estado a corja que explora a nossa gente. O povo só poderá construir uma sociedade progressista se se unir. Podemos ter divergências mas representamos o povo. Acima dos interesses partidistas estão os interesses do Brasil. Estou emocionado com esta manifestação porque luto há 50 anos para ver concretizada a união que vejo diante dos meus olhos. No ano passado, quando a reação dizia que a campanha dos partidos do povo estava em baixa, nesta mesma praça eu disse: vamos dar um susto nas classes dominante. E repito agora: vamos causar o maior susto aos exploradores do povo, vamos eleger esse operário, a maior liderança política de nossa terra. Lula está en-



cabecendo a união do povo na Frente Brasil Popular, ele é o marco que diferencia os dois campos em que se divide o Brasil — o campo dos exploradores e o campo popular. Vamos à vitória, pela unidade, pelo progresso e pelo povo brasileiro.

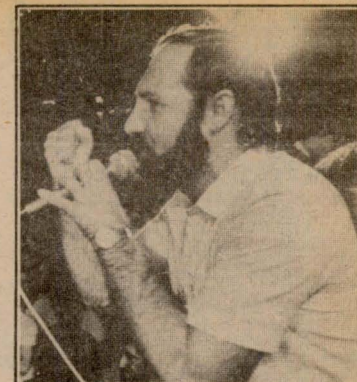
Fóton

Leopoldo Paulino (secretário geral do PSB-SP) — "Este comício e nossa participação no programa eleitoral gratuito marcam a arrancada que todo mundo é obrigado a reconhecer. A militância agora pega fogo".

João Hermann (deputado federal, PSB-SP) — "Não tenho a menor dúvida de que de hoje a 15 de novembro o povo se aproxima da conquista do poder. Este é o maior momento de proximidade do povo dessa conquista. E nós da Frente Brasil Popular exerce-

remos o poder com apoio popular".

Roberto Amaral (secretário geral, PSB) — "Este grande comício era um momento esperado porque resulta de uma acumulação de forças no curso da campanha. É o momento de conquista da militância que vai fundar a qualidade da campanha e nos coloca num novo patamar a partir do qual será irreversível o avanço da campanha e do movimento popular. Agora, ao invés de a mídia dirigir a campanha, ela será obrigada a refletir o sentimento popular. Para chegarmos a essa etapa foi muito importante a participação da militância do PCdoB. Há dois aspectos fundamentais nesta campanha. Um é que pela primeira vez as forças populares deixaram de ser cauda de um processo comandado pelas classes dominantes. Pela primeira vez na vida republicana a classe operária tem um projeto próprio, fadado à vitória.



Jair Meneguelli

O outro aspecto é que, também pela primeira vez na história do país, formou-se uma coligação de esquerda.

Carlito Maia (publicitário) — "Acho que dia 15 de novembro de 1989, quando a República dos herdeiros da monarquia comemora 100 anos, o Lula vai proclamá-la República Popular Brasileira — RPB. Vim para o comício meio doente e já estou bom. O povo é o mais santo remédio."

"Vivo uma emoção especial"

Trechos do discurso de Luiz Inácio Lula da Silva

"Depois de centenas de comícios neste país estou vivendo uma emoção especial.

"A classe dominante é implacável, não nos perdoa e faz uma guerra ideológica violenta contra nós. As elites têm medo de que o Lula chegue à Presidência da República e isto tem razão de ser. Por isto, podemos esperar que esta guerra vai aumentar, porque a Frente Brasil Popular não trata o povo como cabo eleitoral nem como simples soldados de seus interesses. Ela vai chegar ao poder em 15 de novembro independentemente da vontade da classe dominante.

"E chegando ao poder nós vamos suspender o pagamento da dívida externa, pois não vamos mais encher a barriga de banqueiros lá fora e sim a barriga do povo. Vamos fazer a reforma agrária e conquistar melhores condições salariais, de habitação, educação e saúde. Ninguém vai mais ganhar dinheiro com especulação, mas sim com trabalho. Vamos estufar as cadeias de corruptos criados pelo regime militar e pela Nova República. Devemos, neste sentido, nos orgulhar da ação realizada na Câmara Municipal de São Paulo, que tem resultado na prisão de corruptos.

"Podemos ver que Collor não é, na verdade, nenhum caçador de marajás, pois os marajás estão trabalhando para ele em Brasília. Collor, Afif, Maluf, Brizola, Ulysses e Freire são candidatos que preferem a televisão e, na verdade, estão afastados do povo. Todos eles ajudaram Sarney a privatizar.

"Não adianta, agora, Maluf dizer que vai fazer justiça social porque minhas costas conhecem bem os efeitos das cassetadas do Maluf. Não adianta Ulysses dizer que não tem nada a ver com a Nova República, porque ele foi um dos seus criadores.

"A Frente Brasil Popular é algo de novo que começa a acontecer no país,



Fóton

o povo eleva sua consciência e vai fazer o que fez o povo na novela "Reino de Avilan" — uma revolução. Em 15 de novembro haverá uma revolução no reino da Nova República. Mas para chegar lá temos uma tarefa muito grande.

"Não adianta querer desqualificar a classe trabalhadora e a esquerda dizendo que seu candidato não pode ganhar porque não tem diploma universitário. Estamos aprendendo a levantar a cabeça e dizer 'não senhor'. Ô grã-fino, quem faz a roupa, o sapato, o carro, o asfalto, a casa que você usa? Nós! Se somos capazes disto por que não somos capazes de administrar a riqueza que produzimos?

"Bisol foi a coisa mais gratificante que poderia acontecer para a campanha da Frente Brasil Popular. Sua opção de vida foi se colocar ao lado dos trabalhadores. Temos feito os maiores comícios desta campanha. A Frente Brasil Popular é a única que tem tido coragem para fazer isto. E ninguém vai nos segurar nos próximos dias de campanha. A vitória de hoje é agora de cada um de nós."

A cobertura do comício foi realizada por José Reinaldo Carvalho, Umberto Martins e Solange Guimarães

Marajás fazem a festa em Alagoas

O mais recente escândalo de nepotismo que agita Alagoas envolve os maiores marajás do Estado — os desembargadores do Tribunal de Justiça — e conta com a omissão conveniente dos órgãos de comunicação do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. É o escândalo do “concurso em família”.

Trata-se de mais um concurso que deveria ser público mas foi preparado para “aprovar” e nomear parentes dos desembargadores.

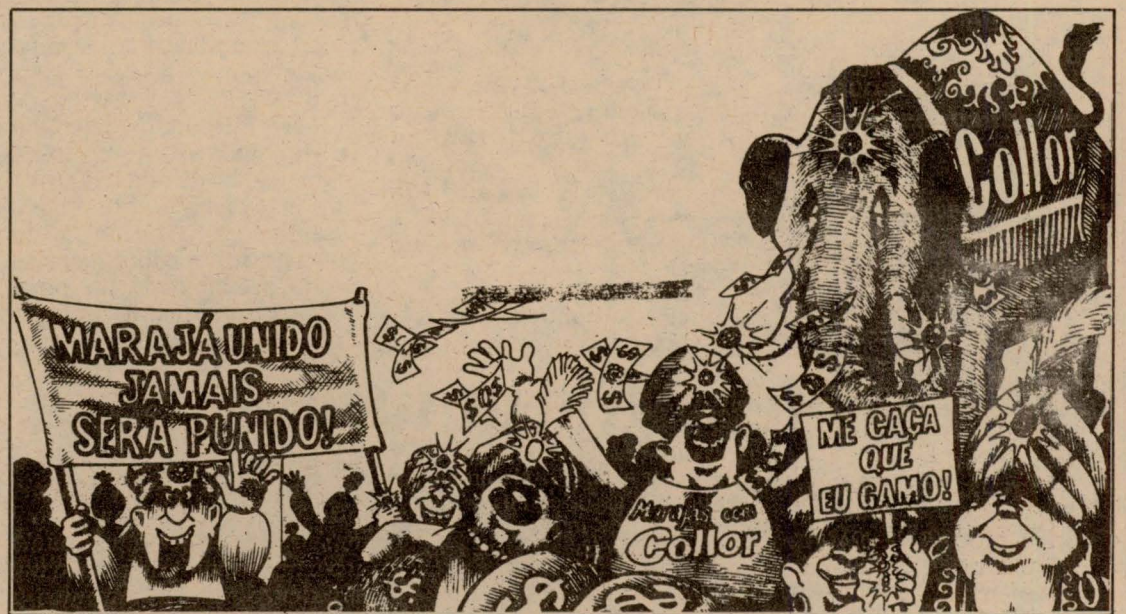
O Tribunal agiu com rapidez poucas vezes vista: o edital só chegou ao conhecimento dos diretamente interessados e entre a realização do concurso e a nomeação dos primeiros parentes aprovados, não transcorreu nem um mês. O nepotismo é ostensivo no Tribunal: os cargos em comissão, indicados pessoalmente pelos desembargadores, são todos ocupados por parentes; não há um só desembargador que não tenha esposa, filhos, genros ou outros familiares na sua assessoria direta e sem obrigação de comparecer ao trabalho. Os salários desses “assessores” chegam a NCz\$ 6 mil.

Agora os desembargadores

resolveram abrir novas vagas no Tribunal e realizaram um “concurso” para efetivar parentes que ainda não tinham sido atendidos. Os melhores cargos (coordenador técnico, salário mensal de NCz\$ 2.500) já foram preenchidos pelos primeiros “aprovados”: os 20 nomeados são parentes diretos dos desembargadores. Há até os casos curiosos de três parentes de desembargadores que foram “aprovados” em dois concursos e nomeados para dois cargos diferentes.

Há ainda uma relação de quase 70 aprovados (todos, sem exceção, parentes dos desembargadores ou pessoas indicadas por eles) na lista de espera para ocuparem cargos de oficial judiciário e auxiliar de plenário.

Da imoralidade não escapou nenhum desembargador do Tribunal. Todos os onze têm familiares na relação dos “aprovados” e nomeados. O recordista é o desembargador Orlando Cavalcante Manso, que incluiu três filhos e um sobrinho entre os de melhores salários. Manso, por sinal, foi nomeado desembargador pelo então governador



Fernando Collor, no ano passado.

O festival de nepotismo foi denunciado em sucessivas reportagens pelo Jornal de Alagoas, que a partir das listas publicadas no “Diário Oficial do Estado”, investigou e relacionou, um por um, os aprovados e respectivos graus de parentesco com os desembargadores. Várias pessoas que fizeram o concurso e foram repro-

vadas, ou não tiveram classificação, pediram revisão de provas. O pedido foi recusado pelo presidente do Tribunal, José Marçal. Elas, certamente, não tinham a credencial necessária, o parentesco com algum desembargador ou amigo do Collor.

A revelação do escândalo repercutiu bastante e causou indignação geral entre os ala-

goanos. Mas os veículos da Organização Arnon de Mello — jornal, rádios e tevê da família Collor de Mello — mantiveram em todo o episódio um silêncio cúmplice e a censura férrea sobre seus repórteres, proibidos de investigar ou fazer qualquer tipo de matéria sobre o assunto. Ordens do comitê de campanha.

(Da sucursal de Alagoas)

Vereador comunista investiga falcatruas de Jânio Quadros

Rogério Siqueira*

O vereador Aldo Rebelo, líder do PCdoB na Câmara Municipal de São Paulo, vem realizando uma devassa sobre a sinistra trajetória do ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros.

Ele preside a Comissão Especial de Inquérito (CEI) que apura denúncias de irregularidades ocorridas na gestão do ex-prefeito. A CEI, instalada em 4 de maio deste ano, tem prazo de seis meses para ser concluída. Até o momento várias denúncias já foram comprovadas.

A primeira denúncia investigada por Aldo Rebelo foi a de perseguição aos servidores no setor de educação, a partir de denúncias feitas pelo presidente da Associação dos Funcionários do Ensino Público Municipal, professor Cláudio Fonseca. Depuseram na CEI professores e diretores da rede municipal, testemunhando a perseguição movida por Jânio a profissionais que não pactuavam com seus desmandos. O ex-prefeito chegou ao cúmulo de suspender a concessão de benefícios como férias, licença não remunerada e promoções a pessoas ligadas a partidos de esquerda.

Posteriormente a CEI passou a investigar denúncias de corrupção ocorrida na CMTC, chegando a descobrir que na gestão de Jânio Quadros a Prefeitura pediu gratuitamen-

te à empresa Thamco Indústria e Comércio equipamentos e ferramentas para a fabricação de 26 ônibus de dois andares, os “doses duplas” e emprestou a essa mesma empresa cerca de 30 funcionários especializados durante três meses.

Mas as falcatruas não acabam aí, pois a CMTC encomendou à Thamco dez ônibus e no final recebeu apenas seis. O material referente aos outros quatro ônibus não foi devolvido à Prefeitura, ficando com a empresa fabricante a título de “doação”.

No decorrer das investigações, a CEI apurou que o ex-prefeito Jânio Quadros teve ao longo de sua vida pública o seu nome envolvido em dezenas de casos de corrupção. Entre eles estão os casos das “caixinhas” das quais Jânio se beneficiava. Uma delas era promovida por donos de motéis da cidade de

São Paulo que contribuíam em troca do relaxamento por parte da Prefeitura na fiscalização desses estabelecimentos.

Outra “caixinha” que beneficiava o ex-prefeito foi organizada no estacionamento do Anhembi, onde circulavam até 150 mil veículos em dias de feiras e convenções. Nesses dias os diretores do Anhembi imprimiam bilhetes em dose dupla, ou seja, parte oficial, parte falsa, mas apenas 60% do total arrecadado era computado, indo o restante para o bolso do ex-prefeito e seus amigos. O restante dos bilhetes falsos ia para o fogo no dia seguinte.

Com todos esses atos imorais de Jânio Quadros não é difícil concluir por que na década de 40 ele possuía apenas dois pequenos imóveis na periferia da cidade, possui hoje cerca de 80 imóveis no Brasil e na Europa, sem nunca ter tra-

balhado durante todos esses anos.

As provas de corrupção e enriquecimento ilícito apuradas pela CEI presidida por Aldo Rebelo já foram em sua maioria entregues à Justiça. Foi feita à Justiça Federal solicitação para averiguar as contas bancárias do ex-prefeito na Suíça, Estados Unidos, França

e Inglaterra e proibir que ele viaje ao exterior.

O vereador Aldo Rebelo está intimando o ex-prefeito a prestar esclarecimento no plenário da Câmara Municipal de São Paulo.

*colaborador da Classe em São Paulo

Povo de São Paulo protesta contra aumento de ônibus

No último dia 14 a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, autorizou novo reajuste das passagens de ônibus do município, que passaram a custar NCz\$ 0,75. Após mais este aumento, as tarifas acumulam elevação de 524,89%, desde o início do ano, superior aos próprios índices de inflação que atingiram 359,01% entre a posse da prefeita e a decretação do último reajuste.

Várias entidades do movimento popular promoveram protestos contra a medida, que equivale a um descompromisso em relação ao programa defendido durante a campanha eleitoral. O Movimento Unificado pela Melhoria dos Transportes Coletivos organizou no dia 14 manifestação diante da Prefeitura, para exigir fidelidade ao compromisso de dar por transporte melhor e menos oneroso para a massa trabalhadora.

O vereador Vital Nolasco,

do PCdoB, pronunciou-se contra o aumento em sessão realizada na Câmara Municipal no dia 12, véspera da decisão. Depois de contestar alegações imprecisas apresentadas pelos proprietários das empresas de ônibus para justificar o pedido de aumento como as afirmações de que 10% dos usuários não pagam passagem e de que a frota total de coletivos é colocada a serviço da população durante 14 horas diárias, o vereador comunista denunciou o abusivo aumento da lucratividade dos empresários verificado de janeiro até agora — quase 200% em poucos meses da atual administração.

No último dia 19, a secretária municipal dos Transportes, Tereza Lajolo, foi demitida pela prefeita Luiza Erundina por não estar conseguindo dar soluções emergenciais para o problema de transporte coletivo, um dos mais graves da cidade de São Paulo.



O vereador Aldo Rebelo presidindo a Comissão de Inquérito.

As sucessões na história

1930—1945 — revolução e ditadura

José Carlos Ruy

A Revolução de 1930 abriu uma etapa nova na história política do Brasil. Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, ela marcou o início do declínio do poder dos latifundiários e o início da ascensão da burguesia ao poder. A situação herdada pelo novo regime era caótica. O principal produto de exportação do Brasil era o café, responsável por 71% de todas as vendas externas do país. Após a crise de 1929, os preços internacionais desse produto caíram vertiginosamente perdendo mais da metade de seu valor depois de outubro daquele ano, comprometendo a obtenção de divisas necessárias para o pagamento da dívida externa do país — em 1931, toda a receita com exportações não era suficiente para o pagamento do serviço da dívida.

Contra esse debacle, Getúlio Vargas apresentou — já na campanha da Aliança Liberal — um programa econômico que procurava conciliar os interesses da oligarquia cafeeira com dos latifundiários e da burguesia brasileira, cuja produção se destinava ao mercado interno. Falava em reduzir as importações, aumentar a produção nacional de alimentos e recursos naturais e desenvolver a indústria.

Depois que assumiu a Presidência, o programa de Vargas traduziu-se nos esforços para criação de uma infra-estrutura econômica favorável ao desenvolvimento industrial do país, criando as condições para a rápida expansão do capitalismo. Ao mesmo tempo, apoiava os produtores de café, cujo preço era defendido pelo governo federal através de gigantescas queimas de excedentes — entre 1931 e 1944, o governo federal mandou queimar 78 milhões de toneladas de café.

Depois de 1930 os grandes fazendeiros compartilharam o poder com novos setores

Depois de 1930, os grandes fazendeiros, aliados ao grande capital mercantil ligado ao comércio exterior, tiveram que dividir o poder com novos atores políticos, a burguesia industrial que se fortalecia e setores das classes médias (principalmente funcionários públicos e militares). A classe operária, que dera um grande passo em sua organização política em 1922, ao fundar o Partido Comunista, passa também a merecer atenção das elites no jogo político, embora continue à margem dos processos de decisão e definição do poder.

As contradições que agora

aparecerão com força no cenário político brasileiro ligam-se ao rumo que o desenvolvimento nacional deve tomar. Alguns, ligados ao setor agroexportador, atacavam os esforços para industrializar o país, enquanto outros (que agora estavam no governo) queriam basear no desenvolvimento industrial o progresso do país.

Com a vitória de outubro de 1930, esfacelou-se a aliança entre as correntes liberais democráticas das oposições regionais e os tenentes. Dois campos distinguiram-se entre os vencedores: um, defendia apenas reformas de natureza política; outro, queria uma renovação mais radical, pleiteando reformas sociais e a industrialização.

Nos anos subsequentes a 1930, nenhum setor da sociedade brasileira teve força suficiente para impor, sozinho, seus interesses ao aparelho de Estado. A classe operária, que via atendida muitas reivindicações dos anos anteriores, estava suficientemente narcotizada por essa vitória de Pirro, ao mesmo tempo em que a vanguarda da classe, organizada no Partido Comunista, era duramente perseguida pela polícia. Atrasada ideológica e organizacionalmente, a classe operária passou a ver em Vargas o salvador messiânico que encarna o estado benevolente, expresso no apelido “pai dos pobres”. Por outro lado, a própria legislação trabalhista tratou de impedir a organização autônoma da classe.

Os militares ficaram com o papel de tutores do poder político e na direita

A burguesia, por sua vez, estava suficientemente assustada pelo movimento das massas e pelo radicalismo tenentista: lançou-se nos braços protetores das Forças Armadas. Estas, por sua vez, enfrentavam em suas próprias fileiras a agitação revolucionária. Por suas próprias fraquezas internas, fruto dos interesses contraditórios que agrupava, a aliança que se alçou ao poder em outubro de 1930 não teve forças nem vontade para quebrar o latifúndio, mantendo a base de seu poder econômico e o político, a estrutura da propriedade da terra. Embora com seu poder e prestígio sensivelmente diminuídos, os grupos agroexportadores continuaram a pesar de forma decisiva na economia, capitaneados pela oligarquia paulista.

Num quadro como esse, os militares detiveram o papel de tutores do poder político. A ameaça de quebra na hierarquia empurrava os chefes militares para a direita; a ótica das reformas preconizadas por ele-



Vargas com os generais, tutores do poder político

mentos do Exército não ultrapassa os limites do sistema vigente, que é visto como imperfeito, com deformidades a serem corrigidas, mas de forma lenta e gradual, sem riscos para os fundamentos do sistema.

Essas contradições explodirão, primeiro, na guerra civil paulista de 1932 e, depois, na Assembléia Constituinte de 1934. Ela incorporou uma série de conquistas populares, mas manteve também muitos privilégios da elite e dos militares. Principalmente restringiu severamente os poderes do presidente da República e do governo federal, restaurando a autonomia que os Estados tinham na República Velha.

Esse conjunto de contradições — interesses operários versus privilégios das elites, autonomia dos Estados (e das oligarquias estaduais) versus fortalecimento do poder central, reformas puramente políticas versus reformas sociais e econômicas, defesa da vocação agrícola do Brasil versus industrialização, marcaram todos os anos entre 1930 e 1937, transparecendo nas disputas pelo governo federal. Presidente do governo provisório, Vargas (aliado aos militares, cujo chefe era o general Góis Monteiro) pressionou a Constituinte, conseguindo a reeleição de Vargas para um novo período presidencial. As restrições do presidente à nova Carta eram evidentes. Ao receber um grupo de parlamentares após a promulgação da Constituinte, em 1934, Vargas disse-lhes: “Vocês vão obrigá-me a escrever em papel pautado.” A conspiração contra o regime constitucional começou desde então. Vargas e Góis Monteiro passaram a elaborar um projeto de fortalecimento do poder central, iniciando um processo de endurecimento político que levou, três anos mais tarde, ao fim do regime constitucional. O quadro político era de radicalização; nas ruas, comunistas e integralistas enfrentavam-se. Em 1935, os comunistas e os

setores democráticos mais progressistas criaram a Aliança Nacional Libertadora, unindo partidos de esquerda, sindicatos, tenentes e políticos independentes, em torno de um programa nacionalista e antilatifundiário. Ela foi fechada poucos meses depois, com base numa Lei de Segurança Nacional que o governo e os militares extraíram, à custa de chantagens e ameaças, de um Congresso Nacional acovardado ante o crescimento da luta popular. Em novembro de 1935, a ANL — na ilegalidade — tentou uma insurreição. Foi derrotada e o presidente tentou obter novos poderes do Congresso Nacional. Um representante da oligarquia paulista, Armando de Salles Oliveira, justificou — depois do levante do ANL — o fortalecimento do executivo: “O Congresso brasileiro — disse — demonstrou que não tem medo da responsabilidade de dar ao Executivo meios de defender a nação, em crises que a Constituição não previra.”

As elites, apavoradas, exigiram reforço do Poder

Executivo e ditadura

Ironicamente, mais tarde, o atentado à democracia autorizado pelo Congresso Nacional foi usado contra esse próprio parlamentar, ligado ao jornal “O Estado de São Paulo”. Em 1937, foi divulgado um Plano Cohen, uma fantasia forjada por um militar integralista prevendo a iminência de uma insurreição comunista no Brasil. As elites políticas, apavoradas, votaram poderes extraordinários ao presidente que, em 1º de novembro, suspendeu a Constituição, substituiu os governadores estaduais por interventores, incorporou as milícias estaduais ao Exército e outorgou uma nova Constituição de inspiração fascista, a polaca. O golpe foi articulado pela cúpula das Forças Armadas e os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Du-

Agência O Globo

tra passaram a ser o sustentáculo do novo regime, a ditadura do Estado Novo.

A ditadura do Estado Novo consolidou a cisão entre os dois campos que surgiram da vitória em 1930. A década de 1940 iniciou-se no Brasil com as pressões populares pela entrada na guerra, ao lado dos aliados. Operários, estudantes, intelectuais, fizeram uma pressão crescente, que tornou-se aguda com o afundamento de navios brasileiros pelos alemães. Em 1942, finalmente, o Brasil entrou formalmente na guerra, com conseqüências profundas para o regime de Vargas. A vitória dos aliados corroeu o prestígio do fascismo. Por outro lado, a reorganização do Exército com apoio dos norte-americanos — e a convivência entre oficiais brasileiros e norte-americanos na Itália — desenvolveu, entre os oficiais brasileiros, uma aguda noção de anticomunismo, ligado a um nacionalismo de direita, formal, que incorporou a noção geopolítica de fronteiras ideológicas, levando esses oficiais a tomarem posições pró-americanas, preconizando um alinhamento automático com os EUA em questões de política externa e a aceitação incontestada de sua liderança. Entre as elites, houve uma evolução semelhante. Vargas e alguns políticos de seu grupo evoluíram para posições nacionalistas e mais progressistas. Aliando-se aos comunistas, no final do Estado Novo, Vargas procurou ampliar sua base popular — e chegou mesmo a fundar um partido político com esse objetivo, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com base nos sindicalistas ligados ao governo. Entre os opositoristas, fortalecia-se a idéia de uma redemocratização política ao final da guerra, cujos limites não deviam ir além de mudanças institucionais, evitando os problemas sociais e econômicos que afligiam o povo. Esses políticos dividiram-se entre os que, ligados nos interventores estaduais nomeados por Vargas e às oligarquias latifundiárias regionais, ligaram-se a outro partido fundado por inspiração do presidente, o PSD (Partido Social Democrático). O outro setor da elite, principalmente ligado aos setores agroexportador, ao grande capital mercantil e às classes médias urbanas, aceitou a ideologia geopolítica trazida pelos oficiais da Itália, e uniram-se na UDN (União Democrática Nacional), um partido que identificava as propostas nacionalistas com a “ameaça” comunista. O desfecho foi a deposição de Vargas em 1945 por uma conspiração que unia oficiais do Exército e líderes políticos da UDN.

Professor Jorge de Souza

As pesquisas eleitorais não são confiáveis

Entrevista a Moacyr Oliveira Filho e Calucho Carvalho*

O professor Jorge de Souza, do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília, 47 anos, é um estudioso dos problemas estatísticos do país. Livre-docente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de nove livros acadêmicos sobre a aplicação da estatística nas medições psico-sociais, Jorge de Souza está se dedicando, agora, à análise e ao estudo das pesquisas eleitorais no Brasil, tema de seu próximo livro. Acompanhando atentamente a execução e a divulgação das pesquisas eleitorais, o professor Jorge de Souza revela nesta entrevista exclusiva à Classe Operária sua opinião sobre as graves distorções teóricas que encontrou nas pesquisas eleitorais. Além disso, o professor discute sobre a falência do sistema estatístico nacional, discorda da forma como as pesquisas eleitorais são publicadas, propõe a intervenção do Congresso e do TSE para regulamentar e disciplinar a realização dessas pesquisas, sugere a realização de uma pesquisa eleitoral oficial, patrocinada pelo TSE e acompanhada de perto por uma comissão de especialistas e apresenta a proposta de constituição de uma CPI da Estatística para investigar as deformações existentes no sistema oficial de estatística.

Classe — O sr. tem afirmado que as pesquisas eleitorais, da forma em que são realizadas no Brasil, não são confiáveis. Como o senhor justifica essa afirmação?

Jorge de Souza — Quando falo isso, estou me referindo às características estatísticas de uma pesquisa. Existem várias dimensões numa pesquisa que precisam ser consideradas. Uma dimensão facilmente perceptível é a do erro, do desvio. Uma outra característica é a do grau de confiança ou grau de certeza estatística. Esses dois parâmetros básicos — o erro e o grau de confiabilidade — são fixados previamente pelo pesquisador e por ele controlados. Então, se eu quero maior confiabilidade na pesquisa e se quero estimar um erro menor, o tamanho da amostra a ser pesquisada tem que aumentar. O que acontece com as pesquisas eleitorais no Brasil é que elas abordam diversos dados, como a preferência do eleitor, a sua categoria socioeconômica, as características demográficas, a faixa etária, o sexo, o nível de renda, enfim, diversos componentes estatísticos. Quando se mistura tudo isso, se encontra cerca de 5 mil categorias diferentes. Então, teoricamente é claro que não se pode trabalhar com uma amostra de apenas 3.500 a 5.000 pessoas como fazem os institutos de pesquisa no Brasil. Você está usando uma amostra de 3.500 pessoas para mais de 5 mil cruzamentos. Quer dizer, menos de uma pessoa por categoria pesquisada. E aí está a primeira e grande falha teórica das pesquisas eleitorais do Brasil, diminuindo muito o grau de confiança das pesquisas.

Classe — Quais são as outras deficiências das pesquisas eleitorais no Brasil que contribuem para não as tornar confiáveis?

Jorge de Souza — O outro problema é a dimensão política das pesquisas. Esses institutos, além de errarem redondamente nessa questão do nível de confiança da

pesquisa, fixam níveis de erro muito elevados. Há um determinado instituto de São Paulo que trabalha com uma margem de erro de 3%. Então acontece o seguinte: você tem dois candidatos como Lula e Afif, de perfis ideológicos totalmente diferentes. Com uma margem de erro de 3%, esses dois candidatos ficam tecnicamente empatados, quando na realidade eles têm percentuais diferentes. Como existe uma tradição cultural do brasileiro de votar naquele que está na frente, esse erro estatístico induz o eleitor a mudar de posição. Ora, se esse erro fosse reduzido para 1%, quem sabe a pesquisa não captaria a diferença que existe entre eles. Ou seja, a dinâmica eleitoral sofre uma influência muito grande desses parâmetros e isso contribui para tirar a confiabilidade das pesquisas.

Classe — E por que os institutos não diminuem a margem de erro?

Jorge de Souza — A questão é a se-

guinte: para diminuir a margem de erro é preciso aumentar a amostra. Se eu trabalhar com uma margem de erro de 3% vou entrevistar 3.500 pessoas. Se eu colocar um erro de 1% vou ter que entrevistar, digamos, 11 mil pessoas. E aí o custo da pesquisa é muito mais alto.

Classe — E qual seria a amostra confiável para uma pesquisa eleitoral?

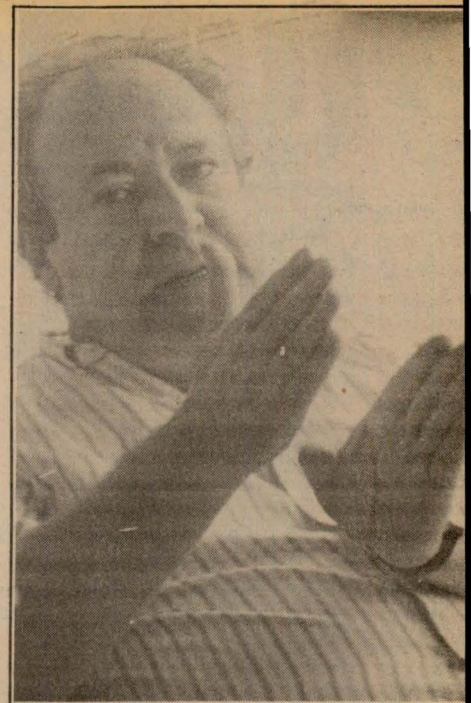
Jorge de Souza — Para se estimar a tendência do eleitorado com um nível de confiança de 95%, com todos os cruzamentos feitos nas pesquisas eleitorais, e um erro de 1%, a amostra deveria ser de, no mínimo, 41 mil eleitores.

Classe — O que poderia ser feito para obrigar os institutos de pesquisa a trabalharem dentro desses critérios de maior confiabilidade?

Jorge de Souza — Aí é um problema político. Eu acho que a lei deveria regulamentar as pesquisas eleitorais. O TSE baixa normas sobre quase tudo, até mesmo sobre o tamanho das matérias pagas dos candidatos nos jornais, mas não controla uma coisa da maior relevância que são as pesquisas eleitorais. Além disso deveria haver um controle maior sobre os institutos de pesquisa. Existe uma possibilidade, uma hipótese de se reunir um grupo de pessoas que resolva comprar um desses institutos. Eu pago tanto a vocês para dizerem que meu candidato está na frente. Não estou dizendo que isso acontece. Mas é uma possibilidade, principalmente numa eleição presidencial que envolve tantos interesses.

Classe — E como evitar que isso aconteça?

Jorge de Souza — Do ponto de vista técnico, a única alternativa é exigir de alguma forma que os institutos de pesquisa estabeleçam níveis de confiabilidade adequados e níveis de erro convenientes ao esclarecimento do eleitorado. Estou levantando uma questão que chama a atenção para o fato desses parâmetros terem imbutido uma dimensão política que é relevante. Porque é através deles



que eu informo bem ou não o eleito. Então, na minha opinião, a legislação deveria impor normas técnicas que visem a um maior esclarecimento do eleitorado, aumentando o grau de confiabilidade das pesquisas. Definindo normas técnicas, estatísticas, mais precisas.

Classe — E como é que esse controle poderia ser feito?

Jorge de Souza — Outra hipótese seria a da realização de auditorias efetivas de caráter estatístico, nos institutos de pesquisa. Quem garante que os institutos não possam fazer toda a pesquisa de reitinho, seguindo as normas técnicas, mas no programa de totalização não tenha imbutido uma instrução técnica dessas, de modo a levar a resultados adulterados?

Classe — E quais seriam os critérios básicos, na sua opinião, de uma legislação regulando as pesquisas eleitorais no Brasil?

Jorge de Souza — Na minha opinião, seria necessária uma lei que, em primeiro lugar, criasse uma comissão de controle junto à Justiça da atividade dos institutos de pesquisa, com representantes da sociedade, parlamentares, juízes eleitorais e representantes técnicos, cientistas políticos e estatísticos. Ou seja, pessoas com qualificações acadêmicas em nível de doutorado. Além disso, essa comissão poderia ter a responsabilidade de estabelecer as normas técnicas dessas pesquisas e a lei determinar que o não cumprimento dessas normas é crime eleitoral. Porque senão não adianta nada. A fraude não está apenas em errar ou acertar o resultado. A fraude está na utilização de normas técnicas que não sejam precisas e adequadas e que possam levar à indução da opinião pública. Se um instituto disse que determinado candidato vai ganhar com 45% dos votos e ele eleito com 25% dos votos, a pesquisa cometeu um erro político. Então é preciso que a lei exija desses institutos que, em primeiro lugar, façam suas previsões e as registrem em cartório. E depois da apuração se compare o que eles previram e o que aconteceu.

Classe — E hoje não existe nenhuma forma de controle sobre esses Institutos?

Jorge de Souza — Não, nenhuma. Tem estudante de jornalismo, engenheiro, picaretas notórios, todos trabalhando nisso.

Classe — E essa questão da auditoria...

Jorge de Souza — Seria através de regras técnicas. Não pode ser um político. É preciso muito conhecimento técnico e estatístico para se detectar com precisão essas falhas e distorções.



Classe — E no resto do sistema estatístico brasileiro, a situação também é a mesma? As estatísticas oficiais são confiáveis?

Jorge de Souza — Aí a situação é de uma gravidade muito maior. Nós temos um sistema estatístico no país implementado pelo IBGE que comete erros técnicos tão ou mais graves que esses cometidos pelas pesquisas eleitorais. Como o sistema estatístico nacional visa retratar a sociedade nas suas diversas dimensões, para que a sociedade possa fazer uma avaliação de si mesma e a partir daí fazer suas reivindicações, se esse retrato não é real, a situação é muito grave porque você vai trabalhar em cima de dados que revelam um país irreal. Não é possível deixar nas mãos de um tecnocrata do IBGE a decisão de se contar ou não os negros e os mulatos do país. A sociedade tem o direito de exigir o conhecimento desse dado. As dimensões que vão ser retratadas têm que ser produto de uma reivindicação da sociedade. Quer dizer, de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e não de uma decisão do presidente do IBGE.

Classe — E isso também não existe? Não existe nenhuma regulamentação do sistema estatístico nacional?

Jorge de Souza — Não existe. Deveria haver um plano nacional de estatística, aprovado por lei, que dissesse quais dimensões da sociedade têm que ser retratadas, para que a própria sociedade se informasse. Há um outro exemplo que também é muito grave, que passa pela dimensão da pobreza e da distribuição de renda. Nós temos uma república federativa em que os Estados são unidades políticas e um sistema de contas nacionais que só atua em nível nacional. Qual é a renda do Piauí? Ninguém sabe, porque isso não é medido. Isso para não falar na mesma inconfiabilidade que têm os métodos que são utilizados para levantar esses dados.

Classe — Um outro componente desse problema é a falta de acesso do conjunto da população a alguns dados estatísticos oficiais. Como isso poderia ser corrigido?

Jorge de Souza — O órgão estatístico, ao retratar a sociedade, está ao mesmo tempo retratando a ação governamental, a praxis política do Poder Executivo. Esse órgão que está avaliando a ação governamental sofre pressões políticas e administrativas do poder que está sendo auditado ou fiscalizado, ele não pode cumprir bem o seu papel. Nessas condições, o órgão estatístico é como se fosse um tribunal. O estatístico passa a ser um juiz. Ele tem que ter autonomia e independência. Não se pode imaginar um diretor de um órgão de pesquisas como o IBGE sujeito aos humores do ministro do Planejamento. A independência é a solução para isso. Não basta simplesmente controlar a metodologia, é preciso ter um instrumento de fiscalização, de auditoria e de comparações que defenda a sociedade da ação dos monopólios e oligopólios.

Classe — E nos países da Europa ou nos Estados Unidos existe alguma legislação regulando a ação dos institutos de pesquisa, notadamente na questão eleitoral?

Jorge de Souza — Na França existe uma comissão de controle que foi criada em 1976/77 exatamente para defender a sociedade dessas distorções. Acontece que nos países mais desenvolvidos, onde as regras democráticas são mais transparentes, dentro de uma estrutura capitalista, esses institutos não se atrevem a pensar em erro, ou em usar pesquisas inadequadas por insuficiência técnica, por exemplo, porque eles vão cair num

nível de credibilidade que não é conveniente.

Classe — O sr. não acha que o mesmo pode começar a acontecer no Brasil? Ou seja, os institutos em nome da sua credibilidade passam a se preocupar mais em acertar?

Jorge de Souza — Eu acredito que nessa eleição de agora, se é que está havendo alguma manipulação, com a proximidade do pleito, essas posições que estão registradas agora vão mudar porque eles vão ter que fazer a coisa com uma certa competência. Mas, enquanto isso, pode haver um verdadeiro festival de manipulações e induções do eleitorado.

Classe — Este ano se tentou no Congresso limitar a divulgação das pesquisas até uma data limite antes da eleição. Qual é o efeito que a divulgação de uma pesquisa manipulada ou pouco confiável tem sobre a opinião pública?

Jorge de Souza — Em primeiro lugar, essa questão padece de estudos mais aprofundados. As universidades deveriam se preocupar com questões dessa natureza, da sociologia do voto, da psicologia do comportamento do eleitor. Mas elas não fazem isso porque não têm dinheiro para pesquisas. Então, a resposta a isso é feita de especulações que resultam do conhecimento da psicologia social, do comportamento de massa. Nessa ótica, a resposta à sua pergunta é

positiva. Há uma influência das pesquisas no comportamento do eleitor porque a massa não tem um comportamento que resulta de uma doutrina, de uma ideologia. A grande maioria atua sem esse balizamento, sem essas dimensões. Para esta massa, votar e acertar no vencedor é como se fosse uma compensação da desgraça e da miséria. É um consolo. Não ganhou na Loto, mas ganhou a eleição. É uma vitória de Pirro. O pessoal não pensa no futuro, no que está por trás do candidato que vai ser eleito. Não existe esse tipo de questionamento. Então, na minha opinião e na de outros especialistas, é que há uma influência muito grande das pesquisas no comportamento do eleitor. O problema está em saber se a sociedade quer se defender dessa possibilidade. Alega-se que a proibição da divulgação indiscriminada de pesquisas fere o princípio da liberdade de informação. Mas a liberdade de informação também tem que estar sujeita a um interesse social. Tem que passar pelo que é o conteúdo da informação. Eu pessoalmente sou a favor de um período de recesso para a divulgação das pesquisas, inclusive por eufemismos do tipo "o elevador do candidato tal parou no 23º andar". É uma maneira, inclusive, de fazer com que a sociedade, através das suas forças mais vivas, possa chegar a um resultado eleitoral sem estar influenciada por uma pesquisa, ou por

uma mídia que pode favorecer um candidato em detrimento do outro.

Classe — Outra distorção é a forma de divulgação dos resultados. Nessa fase das pesquisas, o número de indecisos ainda é grande, mas isso é pouco ou não é divulgado. Não seria o caso de se obrigar, também à divulgação integral dos resultados?

Jorge de Souza — Eu acho que a publicação dos resultados tem que ser regulamentada e, mais do que isso, tem que padronizar a forma de perguntar. Eu não posso confundir o eleitor com essa história de estimulado e não estimulado, além de outras questões. Por exemplo, como os institutos de pesquisa tratam o analfabeto? Quem garante que o pesquisador não saia com instruções determinadas que levem a uma tendenciosidade da avaliação? A divulgação das pesquisas eleitorais deve estar sujeita a normas que garantam uma isenção completa. Então, se o nível de indecisos está em primeiro lugar, isso tem que ser dito claramente. Tem que ser destacado e explicado. Ou seja, quem são esses indecisos. Nós não podemos conhecer nada sobre eles. Hoje, já existem técnicas capazes de prever o comportamento desses indecisos.

Classe — E quais são essas técnicas?

Jorge de Souza — A mais elementar de todas é traçar o perfil socio-econômico do indeciso e prever o comportamento dele conhecendo um perfil equivalente de alguém que estivesse definido. Outras formas são as psicométricas. Porque o indeciso é uma pessoa que tem opções políticas. Por exemplo, se você pega um cidadão que tem um comportamento mais de direita e pergunta a ele quem ele prefere entre um par de candidatos, vai mostrando a ele pares de candidatos e ele vai dizendo quem prefere. Existem técnicas psicométricas que transformam essas preferências numa ordem e, a partir daí, você pode prever o comportamento do indeciso.

Classe — Seria o caso de transformar os institutos de pesquisa numa concessão do Estado? Isso contribuiria para evitar essas manipulações?

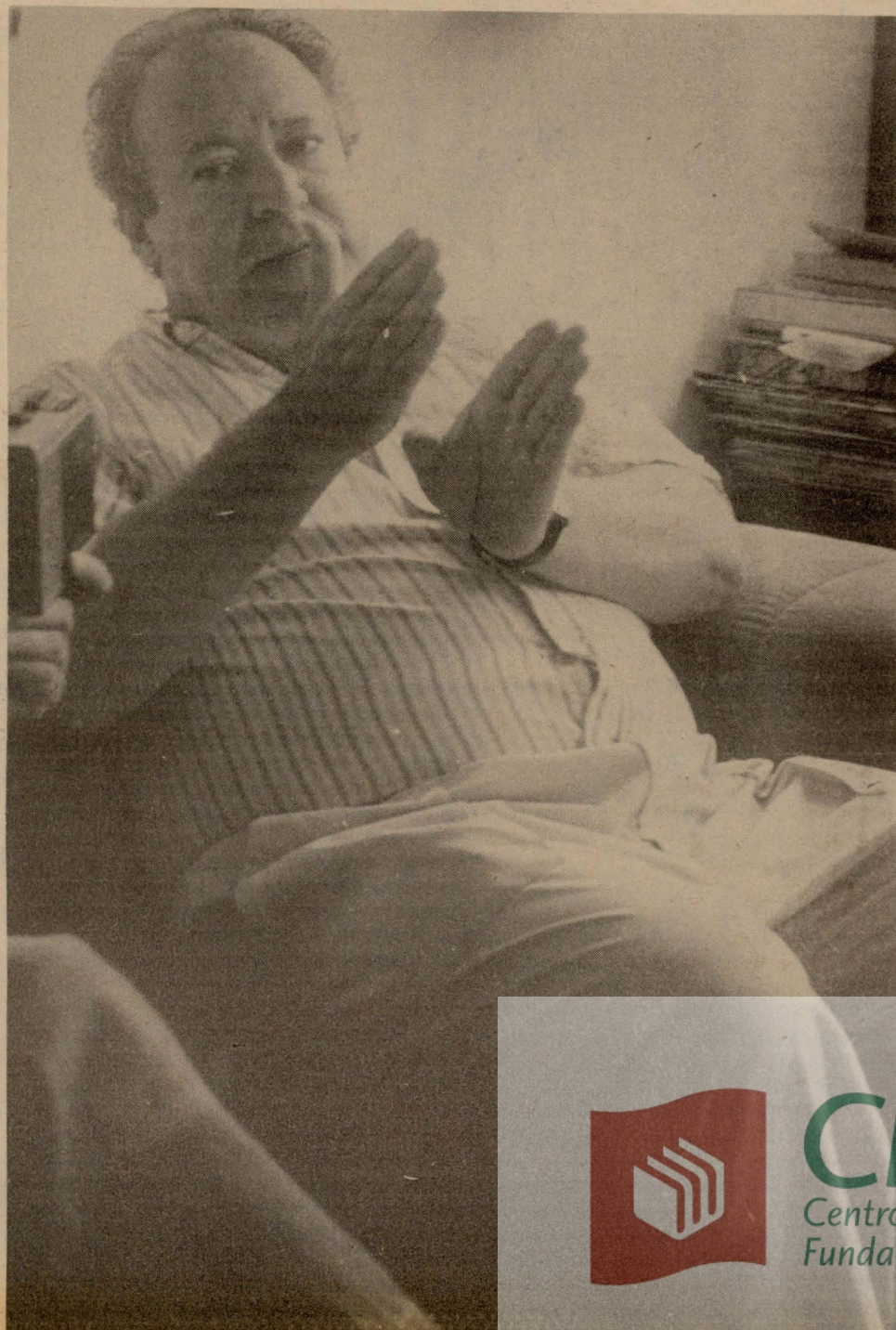
Jorge de Souza — Acho que não resolveria o problema. Afinal, os canais de rádio e televisão são concessões do Estado e a manipulação é total. Então, não é por aí. A minha proposta é de a Justiça Eleitoral, através do IBGE, patrocinar uma pesquisa eleitoral oficial dentro de todos os padrões técnicos aconselháveis e fixados por uma comissão que controlaria a aplicação dessa pesquisa. Isso seria uma coisa importante porque serviria para desmascarar a existência das manipulações.

Classe — O senhor está escrevendo um livro metodológico sobre as pesquisas eleitorais no Brasil.

Jorge de Souza — Eu estou escrevendo um livro metodológico sobre as pesquisas eleitorais. Mas a tentação de escrever um texto que tivesse um aspecto jornalístico é grande. Porque é difícil falar ao público sobre essas questões técnicas. Exige uma ginástica muito grande.

Classe — Finalmente, gostaríamos de saber o que pode ser feito a curto prazo para corrigir as distorções no sistema estatístico nacional apontadas pelo senhor, enquanto não se aprova uma lei regulando o assunto.

Jorge de Souza — Uma iniciativa imediata que poderia ser tomada pelo Congresso Nacional seria a instalação de uma CPI da Estatística para se fazer um diagnóstico desse problema. Afinal, decisões importantes estão sendo tomadas com base em estatísticas deformadas e isso tem sérias implicações.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A que serve a “Europa Unida” ?

A criação de um mercado único abrangendo a maior parte da Europa Ocidental, prevista para 1992 é um dos temas que mais tem suscitado polêmica nos meios econômicos. Ao abrir o debate sobre o assunto nas páginas da Classe Operária o economista Agenor da Silva *comenta os interesses que há por trás do projeto, e mostra que ele continua envolvido em grandes contradições.

A economia dos países da Europa Ocidental vem passando por razoáveis transformações na preparação do ano de 1992 quando as barreiras alfandegárias serão totalmente abolidas com a criação de um grande mercado único nos marcos do projeto Europa 92. Paralelo ao projeto Europa 92 desenvolve-se o processo de unificação dos mercados norte americano, canadense e parte do mexicano. Além disso, o Japão encabeça a formação de um mercado único asiático. Estes processos têm servido de base para a idéia que o mundo caminha para a universalização da economia e o “fim das fronteiras” entre as nações; e de que também a América Latina deve acompanhar esta tendência do mundo contemporâneo.

Perspectiva de graves disputas entre blocos imperialistas

Em artigo de 1915, intitulado “A palavra de ordem Estados Unidos da Europa”, Lênin afirmou que “o capital se fez internacional e monopolista. O mundo foi dividido entre um punhado de grandes potências, ou seja, de potências que prosperam com o grande saque e a opressão das nações.” Lênin já indicava nesta época que a palavra de ordem de união dos países europeus nos marcos dos Estados Unidos da Europa tinha um caráter reacionário do ponto de vista econômico, já que se tratava da tentativa de união dos monopólios envolvidos em profundas contradições que desembocaram na Primeira Guerra Mundial. “Sob o capitalismo é impossível o crescimento econômico paralelo de cada empresa e de cada Estado. Sob o capitalismo não há outro recurso para restabelecer de tempos em tempos o equilíbrio frágil além das crises na indústria e as guerras na política”, acentuava o revolucionário russo no mesmo artigo.

Ainda que levando em conta as particularidades do momento, as indicações de Lênin continuam válidas. Sobre a chamada Europa Unida, é preciso entender que esta união de mercados é reflexo do avanço da concentração e centralização do capital — que leva, portanto, a uma maior monopolização da economia. O que

há de novo é a formação e desenvolvimento de monopólios internacionais sob a égide do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Assim, a “Europa 92” é uma evolução acentuada desta forma de monopólio internacional que é o Mercado Comum Europeu. Se no capitalismo o determinante é o lucro, a chamada “união europeia” nada mais é do que a união dos monopólios europeus com o intuito de ampliar seus lucros, reforçarem suas posições imperialistas em concorrência com o grande capital norte-americano, japonês e também soviético.

É ilustrativo notar que nas

reuniões que são realizadas pelos organismos estatais europeus (submissos a seus monopólios — vale lembrar), não se discute como melhorar o nível de vida dos povos europeus, como enfrentar o problema de 17,4% da força de trabalho estar desempregada na Espanha, 16,5% na Itália, 9,9% na França, 9,3% na Bélgica, 7,9% na Alemanha e 6,3% no Reino Unido. Não se trata também de planos e acordos para aumentar a produção,

Ninguém discute como reduzir índices de desemprego

e elevar o nível técnico, científico e cultural da Europa, harmonizar a produção de acordo com as necessidades dos povos; e nem se trabalha por relações econômicas mais justas com os países dependentes. Não. O que está em pauta é o lucro, a exploração dos trabalhadores e dos povos, a con-

corrência entre os monopólios e países imperialistas. A Europa 92 é um projeto de fortalecimento do grande capital financeiro europeu.

Mas se a formação da Europa Unida significa um reforço de seus monopólios, não está livre de profundas contradições não só com os outros blocos imperialistas, mas também dentro da própria Europa. Se for mesmo implantado um sistema monetário único europeu, será um duro golpe no atual sistema baseado no dólar norte-americano.

Contradições internas entre os próprios países europeus

No campo das contradições internas, há que se levar em conta que o nível de desenvolvimento destes países é bastante desigual. A Alemanha é atualmente o país mais próspero do ponto de vista de suas posições imperialistas. Sua economia apresenta um maior

dinamismo possuindo hoje o segundo maior saldo comercial do mundo (de 75 bilhões de dólares anuais) e grandes reservas cambiais. Sua moeda, juntamente com a japonesa, vai ganhando posições no mercado financeiro internacional até há pouco quase que hegemônico pelo dólar norte-americano. Assim, deverá ser o país mais favorecido com a união do mercado europeu. Já a Inglaterra, em decadência econômico-financeira, vem oferecendo resistência a vários aspectos do projeto e opôs-se fortemente à idéia de criação de um banco central único da Europa. É que a velha potência colonial há alguns anos vem mantendo baixas taxas de crescimento industrial, e a partir do final do ano passado já apresenta indicadores de decréscimo na produção. Ao lado disso, seu déficit comercial entra na casa dos 40 bilhões de dólares anuais, e a libra esterlina vai perdendo seus últimos resquícios de moeda internacional.

Verdadeira união, só com revolução e novo regime

A França também apresenta debilidades; seus monopólios estão com pouca competitividade nos mercados internacionais e suas exportações dependem em boa medida das relações comerciais baseadas nos “acordos” com suas ex-colônias. Portugal apresenta uma prosperidade passageira em função do projeto Europa Unida. Capitais têm para lá migrado para obter base de apoio na participação no mercado único europeu. Ensejam um desenvolvimento ilusório por algum tempo, mas terminarão controlando toda a economia do país. A Itália, apesar de seus desarranjos estruturais como a elevada dívida interna, a alta taxa de desemprego, o déficit comercial de quase 12 bilhões de dólares, mostra um relativo reforço nas suas posições imperialistas.

São estas questões que estão em discussão na preparação da grande Europa. União de países nos marcos do capitalismo — ensinava Lênin — não é união de povo e sim união de monopólios em defesa de seus interesses. A verdadeira união dos povos não só da Europa mas de todo o mundo será verdadeiramente alcançada quando a revolução proletária triunfar em boa parte do mundo e a colaboração entre os trabalhadores patrocinada por nós e o regime de estender às nações



A múlti alemã AEG-Telefunken faliu em 82. A monopolização da economia é uma das características da fase atual do capitalismo

*Economista e colaborador da Classe



VIDA OPERÁRIA

Puxa-Saco

Mixar, o papo não mixou. Mas foi só o Fuinha sair de perto da puncioneira e dar dois ou três passos em direção da roda para o Trovão, que não desgrudava os olhos dele, espremer os músculos da testa, virar a curva dos olhos para baixo e enviezar imediatamente o assunto, que de reposição salarial passou para futebol, e a tantas vezes repetida zombarção dos palmeirenses.

— Pessoal, repara a cara de noivinha deslumbrada do Inácio! E sabem por que? É que o Porcão conseguiu acabar com a virgindade de vitórias no Campeonato Nacional. Fez dois golzinhos no Goiás, em casa. E olha que ainda precisou o juiz inventar um pênalti no final, senão a coisa complicava... Empregou com tanta ênfase o vozeirão nutrido por seus 110 quilos e pelo peito colossal, e moldou as grossas rugas da face numa expressão tão irônica que não houve como evitar que todos explodissem numa gargalhada estrondosa.

— Pô, Trovão, que papo mais besta... — foi só o que conseguiu responder de pronto Inácio, surpreso e desenxabido com o rumo que a conversa tomara. Mas em seguida voltou a escancarar num sorriso a bela dentadura de negro, e rebateu: — Mais tarde o assunto prossegue, viu, gordo, e então quero ver se você repete esta valentia toda! Nisso tocou a sirena avisando o fim do horário do almoço, e cada qual se dirigiu a sua máquina, com um brilho de ironia nos olhos.

Inácio sabia que o motivo maior de Trovão ter feito a piada tinha sido precisamente a aproximação do Fuinha, puxa-saco antigo da seção. Os operários variavam muito em consciência, mas quase nenhum deixava de odiar o jeito escorregadio do homem de nariz comprido feito um rato, nem sua atitude pegajosa com os chefes, nem suas bisbilhotices infalíveis cada vez que uma rodinha se juntava para discutir problemas da fábrica. Já Inácio, que era incontestavelmente o líder das lutas na empresa, pelejava mais para entender que para odiar as atitudes do sujeito.

Fez questão de aproveitar cada segundo de alívio no trabalho aquela tarde para espiar com detalhe o modo de proceder do Fuinha. Em meio à barulheira extravagante que vinha do setor de preparação de peças reparou que ele não saía de perto da máquina como outros, de tempo em tempo desejosos de arejar as idéias passeando pela fábrica e esquecendo um pouco a rotina embrutecedora do trabalho mil vezes repetido. Não. Fuinha mantinha-se colado à puncioneira mesmo depois de pôr fim a cada tarefa.

Em compensação, jamais demonstrava qualquer iniciativa. Antes de dar início à perfuração de um novo lote de chapas era preciso que o preparador se avizinhasse da máquina, procedesse às medições devidas e chegasse ao cúmulo de ajustar à parte posterior do equipamento o limitador que serviria para fazer cada furo com a precisão devida. Seu serviço era apenas o de movimentar a alavanca que disparava com estrondo o porta-punça e o projetava de encontro ao aço.

Inácio reparou ainda que o Fuinha tinha dois dedos enfaixados por bandagens, que escondiam certamente ferimentos causados pela falta de atenção ao lidar com os cavacos que se desprendiam do metal ferido. Mas sentiu ainda mais pena quando souo o sinal de fim do expediente e viu que o chefe se despedia dele com uma expressão de desdém inconfundível.

Trombou com o Trovão no caminho para o vestiário e sentiu uma vontade muito forte de partilhar com ele a conclusão a que chegara.

— Puxa-saco, gordo, é um peão que não tem orgulho do próprio trabalho, e que precisa ficar sabujando chefe porque morre de medo de perder o servicinho...

Trovão espantou-se com as palavras que lhe eram dirigidas assim de sopetão, sem qualquer aviso prévio, e só teve tempo de indagar:

— Quem, o Fuinha?

Inácio decidiu num lampejo que não ia fazer propriamente um comentário rigoroso, mas que não podia perder aquela oportunidade de vingança.

— É, Trovão, o Fuinha. Mas vê se dá um desconto, que a gente sabe que o coitado é corintiano...

(Júlio Viana e Geraldo Hallton)

No rumo da maturidade

O movimento secundarista, que em outros tempos foi considerado "irmão mais novo" das lutas universitárias, realiza um congresso com as marcas da unidade, do debate maduro dos temas em pauta e da politização.

"Foi o congresso mais politizado da UBES nos últimos anos, e abre caminhos concretos para a retomada da participação ativa dos secundaristas na vida nacional." Com estas frases, poucas porém incisivas, o estudante goiano Manoel Rangel, presidente reeleito da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), resumiu para a **Classe Operária**, no último dia 10, sua avaliação sobre o 28º congresso da entidade, que chegava ao fim após quatro dias de debates.

As palavras otimistas pareciam baseadas em fatos concretos. A UBES acabava de realizar não apenas o maior congresso de sua história — participaram 2.300 estudantes, sendo 1.879 delegados, que representavam o número recorde de 1.200 escolas de todo o país — mas igualmente um evento marcado por discussão política intensa porém madura, por um clima de unidade ressaltado nas avaliações de quase todas as forças políticas presentes e pela tomada de decisões que revelam forte preocupação com a necessidade de dar conteúdo político à onda de mobilizações que agita os colégios secundaristas há cerca de um mês e meio.

Presença massiva de lideranças surgidas nas últimas lutas

Este surto de novas lutas, aliás, foi considerado por todos como causa fundamental da presença ampla ao congresso. Num sinal de que pode ter fôlego longo, ele deu origem, em vários Estados, ao surgimento de dezenas de novos grêmios estudantis, ou de embriões destas entidades. Muitos dos presentes a Santo André eram precisamente estudantes que despertaram para as lutas neste processo.

E se a massividade foi um dos pontos fortes do congresso, a presença constante dos delegados e observadores aos debates não deixou de chamar a atenção. Os grupos de trabalho encarregados de discutir temas específicos antes da plenária final tiveram amplo comparecimento e cumpriram integralmente sua pauta, o que raramente ocorre nos conclaves estudantis. Como resultado do conjunto de fatores positivos, a própria imprensa diária, que costumeiramente omite ou deturpa informações sobre os encontros da UBES ou da UNE, desta vez foi forçada a noticiar e mesmo a dar tratamento em geral positivo ao congresso.

O mais importante, porém, é que há sinais de que o êxito no desenrolar dos trabalhos parece refletir-se nas resoluções aprovadas. No ponto de pauta relativo às lutas educacionais, por exemplo, o item de destaque foi a aprovação de uma pauta de reivindicações em defesa do ensino público e gratuito, que contempla pontos relativos tanto às escolas públicas quanto às particulares e que pre-

tende unir num mesmo movimento alunos de ambas as redes.

A UBES decidiu, para isto, que irá lutar pelo controle popular das verbas que a nova Constituição destinou às atividades de ensino — 18% do orçamento da União e 25% dos orçamentos dos Estados e Municípios. "Existem indícios — diz Manoel Rangel — de que parte significativa destes recursos é desperdiçada através da adoção de políticas educacionais incorretas, ou até mesmo da manutenção de uma máquina burocrática exagerada e inútil." Ainda em relação às escolas públicas, o movimento secundarista vai exigir a realização de eleições diretas para diretor de escola, a constituição de conselhos soberanos com participação de professores, pais e alunos, e a melhora das condições de salário e trabalho dos docentes.

Apoio à proposta de mudanças profundas na sociedade

Já na rede privada, as bandeiras começam com o fim da "liberdade vigiada" para que as escolas fixem o valor de suas mensalidades e com o atrelamento dos reajustes à variação dos salários. Mas não se esgotam nestes itens elementares. A UBES quer também liberdade de organização de estudantes, professores e funcionários nos colégios e a criação de mecanismos que permitam um controle rigoroso da qualidade de ensino por estes setores. Para iniciar a campanha pela obtenção das reivindicações da rede pública e privada, ficou marcado um dia nacional de luta, unificada, em 28 de setembro próximo.

Outro ponto que reflete a preocupação de levar as lutas a um novo patamar foi o relativo à situação nacional. Os delegados e observadores presentes a Santo André discutiram exaustivamente a sucessão presidencial. E a resolução aprovada prevê que a UBES promoverá intensa campanha de debates e esclarecimentos entre os secundaristas, conclamando-os a votarem em candidatos que estejam comprometidos com uma plataforma de mudanças profundas

na sociedade e que ostentem um passado e presente de participação nas lutas populares. A plataforma inclui a suspensão do pagamento da dívida externa, "rumo ao não-pagamento", a realização de uma reforma agrária antilatifundiária, o fim do militarismo com ampla democratização da vida nacional, a preservação da Amazônia e a inversão da política atual de ensino, com prioridade doravante voltada ao crescimento e melhora da qualidade da rede pública.

Ao debater a sucessão presidencial os delegados decidiram rejeitar por esmagadora maioria de votos proposta defendida pela tendência "Convergência Socialista", que propunha apoio explícito à candidatura de Lula, e que portanto acabava trocando o esforço de convencimento e politização dos estudantes por uma decisão partidarizante, burocrática e na prática inútil ou mesmo contra-producente.

A UJS, com 60% dos delegados, elege 14 diretores da UBES

Finalmente, o Congresso mostrou capacidade de rever antigas concepções a respeito da própria organização da UBES. O próprio critério de participação nos futuros congressos foi totalmente alterado. A partir do próximo ano, os delegados serão eleitos não mais em cada escola, mas em congressos regionais realizados anteriormente ao congresso da UBES. Para Rangel, a medida visa a um só tempo estimular a criação de entidades estaduais, permitir uma maior presença das bases nos congressos por Estado e criar condições para que o congresso nacional dos secundaristas aprofunde ainda mais o nível de seus debates. Também decidiu-se ampliar o período de mandato das futuras diretorias para dois anos, conferindo-lhes maior estabilidade.

A última decisão do encontro de Santo André foi a eleição de uma diretoria proporcional para a UBES. A União da Juventude Socialista, hoje inquestionavelmente a principal força do movimento, polarizava 61% dos delegados, e está representada com 13 diretores mais o presidente Manoel Rangel. O PT, o PCB e a Convergência Socialista também participam, com três diretores cada um.

(A.M.)

Arquivo



Ampla participação, e decisões sobre ensino e sucessão

O protesto dos Yanomami

Uma comitiva de 300 líderes indígenas ocupa Brasília por uma semana, denuncia o genocídio praticado por grandes empresários com a conivência dos militares e exige uma nova política de ocupação da Amazônia.

Mário Simões *

Nos dias 11, 12, 13 e 14 de setembro cerca de 300 lideranças indígenas, representando 67 nações, estiveram em Brasília denunciando a situação de genocídio a que vem sendo submetido o povo Yanomami. Eles entregaram aos presidentes da Câmara, Paes de Andrade, do Senado, Nelson Carneiro, e da República, José Sarney, documento reivindicando a imediata retirada dos 40 mil garimpeiros que ocupam suas terras e que têm sido instrumento de uma brutal política de extermínio que já vitimou centenas de índios. Pedem ao mesmo tempo a imediata demarcação do território Yanomami, medida indispensável para frear a matança de que são alvo, e fazem outras exigências.

O drama vivido pelo povo Yanomami tem sua origem há quase 15 anos. Em 1974 foram publicados os resultados das pesquisas do Projeto Radambrasil, que diagnosticou o potencial mineral do solo amazônico. Além do ouro, diamantes e cassiterita, as pesquisas apontaram a existência de grandes quantidades de urânio nas terras Yanomami.

Em 82, uma tentativa de demarcação, logo frustrada

Já em 75 ocorreu a primeira invasão de 500 garimpeiros na Serra dos Surucucus, o coração do território Yanomami. De lá para cá inúmeras foram as tentativas patrocinadas por sucessivos governos para ocupar as terras indígenas. A Funai sempre foi instrumento dessas políticas antiíndio. Em 81 já havia cerca de 2 mil garimpeiros nas terras Yanomami, sempre com a conivência dos governadores biônicos de Roraima.

Em março de 82 o governo interditou 7 milhões e 700 mil hectares, beneficiando os Yanomami. A medida, entretanto, não interrompeu o surto de invasões, e o passo seguinte da demarcação não foi dado. Neste período ocorreram diversas tentativas de agressão aos direitos dos Yanomami. Três delas se destacam: o coronel Andrezza, ocupando o Ministério do Interior, baixou a Portaria nº 006, autorizando empresas estatais a explorarem minerais em terras indígenas; o general Figueiredo assinou o decreto 88.985, que estendeu o direito de mineração a grupos privados; e em 14 de fevereiro de 85, no apagar das luzes da ditadura, foi montada uma verdadeira operação de guerra para consolidar a invasão das terras Yanomami. Cinco aviões e 27 caminhões que se dirigiam para o território indígena foram apreendidos. Um dos dirigentes da invasão, o empresário José Altino Machado prometeu, na prisão, que iria repetir o feito.

Todas as iniciativas tomadas contra os Yanomami no tempo da ditadura encontram a firme e decidida resistência dos povos indígenas e de diversos setores da sociedade. Foi, entretanto, com a chamada "Nova República" que o processo de ocupação das terras indígenas acentuou-se.

Um marco da intensificação da agressão ao povo Yanomami é a indicação de Romero Jucá Filho para a presidência da Funai. Esse indivíduo é, sem dúvida, um dos maiores inimigos que os povos indígenas têm no país. Não foi à toa que depois de deixar a Funai foi indicado pela Saden (Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional) para o cargo biônico de governador de Roraima. A criação da Saden foi a forma que os militares e o



Dança em torno da "estátua da Justiça" no Palácio do Planalto: pelo fim do genocídio.

governo Sarney encontraram para burlar a determinação constitucional de extinguir o Conselho de Segurança Nacional. Não é gratuito o patrocínio que os militares dão a Romero Jucá. A agressão ao povo Yanomami está fundamentada no chamado projeto Calha Norte, de inspiração militarista, dirigido pela Saden.

Maior nação indígena da América que conserva tradições

Os Yanomami são a maior nação indígena das Américas a manter suas tradições ainda pouco alteradas. São quase 10 mil índios que ocupam uma área de pouco mais de 9 milhões de hectares localizados nos Estados de Roraima e Amazonas, na fronteira do Brasil com a Venezuela, onde vivem outros 12 mil Yanomami. Hoje eles vivem uma situação muito delicada.

Com os militares mexendo os cordões do governo Sarney, em setembro de 88 teve início um dos maiores golpes contra os Yanomami: foi publicada a Portaria Interministerial nº 160, declarando os limites das terras dos Yanomami e determinando sua demarcação. A Portaria 19 estabelece áreas indígenas descontínuas, incluindo duas florestas nacionais e

um parque nacional. A 18 de novembro, dois meses depois, foi publicada a Portaria Interministerial nº 250 que revogou a anterior e determinou que o parque e as florestas nacionais deixariam de ser áreas indígenas. De uma penada, reduziu-se o território Yanomami em 70% e permitiu-se mais invasões.

Arquitetada nos porões da Saden, a política militarista do Projeto Calha Norte visa à ocupação econômica e militar das regiões fronteiriças da Amazônia brasileira. Negando aos índios o conceito de nação, os militares têm medo que eles possam, no futuro, reivindicar a criação de "Estados independentes". Por isso, a orientação no sentido de definir áreas descontínuas como territórios indígenas.

Por trás das medidas, o temor paranóico de um "Estado índio"

Os garimpeiros, na verdade, são instrumentos da política militarista de ocupação da Amazônia e de sua entrega a grandes grupos econômicos. Eles não são menos vítimas do que os índios, pois estão nas mãos dos donos dos garimpos (proprietários dos chamados barrancos) e das pistas de pouso, dos comerciantes de ouro e

dos proprietários de táxis aéreos. José Altino Machado, um dos maiores "defensores" dos garimpeiros era, em 87, dono de uma esquadrilha de 60 aviões.

A invasão das terras Yanomami tem ocasionado a morte de muitos índios. Doenças, desnutrição e poluição são algumas das mazelas povoadas pela política indígena do governo Sarney.

Uma luta diretamente ligada ao fim do militarismo

A manifestação em Brasília tinha como principal motivação denunciar a situação vivida pelos índios no país e exigir, a partir do exemplo dos Yanomami, uma solução imediata para o problema. Houve uma reunião com representantes dos candidatos à Presidência. Todos foram convidados, mas somente representantes da Frente Brasil Popular, do PDT, do PCB e do PDC compareceram.

Os Yanomami querem que os garimpeiros saiam de suas terras, mas exigem que lhes seja dada uma alternativa de vida digna. Da mesma forma, reivindicam que suas terras sejam demarcadas imediatamente. A revogação da Portaria Interministerial 250 é uma consequência inevitável da decisão de respeito aos preceitos constitucionais que exigem a demarcação das terras "que (os índios) tradicionalmente ocupam" (artigo 231).

Para encerrar, eles exigem a responsabilização penal de todos os que têm agido para estimular, promover e respaldar o genocídio, ou se omitido na adoção de providências para evitá-lo.

A luta pelos direitos dos Yanomami está diretamente vinculada à luta pela democratização do Estado brasileiro, e ao afastamento dos militares da condução dos destinos do país.

* Correspondente da Classe

PCdoB condena massacre

Abaixo, a nota divulgada pelo Diretório Regional do PCdoB

O capitalismo, cada vez mais selvagem, destrói a vida, as matas, os rios, os índios, na busca fácil do lucro, da ganância pelo caminho mais curto, causando destruição, morte e diminuição da qualidade de vida na terra.

O governo do sr. José Sarney, a serviço de grupos poderosos, favorecendo o capital internacional, a grande burguesia brasileira, os grandes donos de terra, tem implementado uma política contrária aos interesses da nação; levan-

do os trabalhadores e o povo em geral a uma situação de vida sub-humana.

A política governamental na Amazônia tem sido, ao longo dos anos, desastrosa e incompetente, haja vista a política indigenista, comandada pela Funai, órgão que nunca representou os interesses dos índios brasileiros. São tantos os descalabros, entre eles o Calha Norte, que ao ser levado a efeito tem trazido muito mais problemas para os povos indígenas sobreviverem do que re-

solvido qualquer coisa.

O governo do sr. Romero Jucá tem sido a ponte da política de Sarney em Roraima, representando interesses de grupos, causa pânico e revolta na população roraimense. Por ter sido presidente da Funai e conhecer bem de perto os problemas das mineradoras e madeireiras da Amazônia, veio para o Estado com a política do: "tudo para os grupos de garimpo, morte aos índios de Roraima". E tem sido essa a realidade dos Yanomami, mor-

rendo por doenças, assassinatos, poluição dos rios e destruição das matas.

As terras dos índios, as matas, as riquezas do solo e subsolo só a eles pertencem. A Constituição brasileira está sendo desrespeitada quando se permite uma barbárie, esse genocídio contra as populações indígenas de Roraima. Mas vários segmentos da população têm se colocado contra a morte do povo Yanomami e denunciam o descaso com que

é tratada uma questão dessa natureza.

O diretório regional do Partido Comunista do Brasil — PCdoB — coloca-se contra esse genocídio e dá total apoio à luta do povo indígena e do povo em geral em defesa da vida e de seus direitos. O PCdoB também mantém uma documentação e memória Yanomami. Pela demarcação contínua das terras Yanomami!

A executiva regional do PCdoB de Roraima.

Retrato de um genocídio

Arquivo

A terrível experiência de um homem que viveu quatro meses a aventura do garimpo, em Roraima, e denunciou em seu diário o massacre contra os Yanomami.

Em maio último a Diocese de Roraima publicou, em seu Boletim n.º 15, um relato aterrador do genocídio praticado contra a nação Yanomami. Trata-se do diário de Adalberto Santos, um aventureiro que se embrenhou na selva entre setembro de 88 e janeiro deste ano em busca da riqueza fácil — mas que revoltou-se contra o morticínio que seus companheiros acabam praticando contra os índios, e resolveu dar seu depoimento vivo sobre este crime.

Adalberto é português, nascido em Coimbra em 1958 e radicado no Brasil desde 62. Chegou a Boa Vista em 86, e dois anos depois lançou-se na aventura da garimpagem. Percorreu as regiões do Paapiú, Alto Catrimani e Pico da Neblina, abrindo caminho pela mata, fretando até avião e helicóptero. Escreveu o diário em códigos, concebidos de forma que ninguém soubesse de que se tratava. Depois de publicado o material, passou a ser perseguido e ameaçado, e viveu algum tempo escondido. A Classe publica abaixo alguns dos trechos mais pungentes de seu trabalho.

05/09/88 — Atraídos pela idéia de extrair ouro com facilidade, Antonio Gambé, Raimundo Careca, Baixinho e eu seguiremos amanhã para a zona de garimpo de Roraima. Nunca garimpei antes em minha vida, mas meus companheiros ou sócios, como passei a tratar os garimpeiros que encontrar aqui para a frente, estão nessa profissão há anos.

Saíram para matar quantos índios quisessem resistir

06/09/88 — Saímos de Boa Vista num monomotor fretado e posamos na pista do Paapiú às 11h45. Ficamos pouco tempo, apenas o suficiente para trocar de avião com destino à pista do Oliveira, no rio Uatatas, mas foi o suficiente para nos entusiasmos com a quantidade de homens no local. Acreditamos naquele momento que todos haviam bamburrado (1). Pouco depois, ao chegarmos na pista do Oliveira, a ilusão se foi. O que víamos eram homens velhos e



Pista de Paapiú: ampliada com recursos do "Calha Norte" e tomada pelos garimpeiros

maltratados, muito diferente da idéia que fizemos anteriormente.

07/09/88 — Após o banho, enquanto jantávamos, chegou o sócio Baiano-Come-Onça avisando que os índios haviam atacado na noite passada o grotão (2) ao lado. Ficamos espantados e todos começaram a carregar suas armas. Nada aconteceu e ficamos sabendo que os índios não haviam atacado nada.

08/09/88 — Como resultado dos boatos de ontem, os sócios Baiano-Come-Onça, Patachoca, Ceará-da-Jumenta e Maranhão-da-Cláudia-Raia encheram suas cartucheiras e, apesar dos protestos da maioria, saíram com destino à maloca, com objetivo de matar quantos índios oferecessem resistência. À tardinha, quando chegamos do trabalho, eles já haviam retornado, e entre risos de satisfação contaram que haviam invadido a maloca, amarrado os índios que lá estavam e estuprado as índias.

Roubaram índias e violentaram. Uma, trouxeram até a pista

13/09/88 — Quando chegamos ao acampamento encontramos tudo abandonado e revirado. Verificamos que os índios haviam levado coisas que interessavam para eles, como roupas, rancho e uma caixa de cartuchos com chumbo 3T. Apanhamos o que tinha sobrado, algumas latas de conserva e sardinha, um pouco de farinha e nos embrenhamos na mata.

01/10/88 — Na hora do almoço o sócio Parazinho nos contou o que tinha sabido do conflito na grotá do Cláudia-Raia, de onde fugimos: quatro índios morreram, um garimpeiro ficou ferido, os outros fugiram.

02/10/88 — Dia calmo, de descanso. O ponto alto foi a chegada de quatro mulheres que vieram para cozinhar. Animados com a presença delas, os sócios improvisaram um forró ao som de toca-fitas, que durou até zero hora.

Policial ganhou 2 quilos de ouro para calar a boca

20/10/88 — O sócio Antonio Gambá foi a Boa Vista ver rancho e equipamento para nós. Hoje esteve aqui o sócio Barba Azul, acompanhado de aproximadamente 30 homens. No caminho para cá eles passaram na maloca que fica a duas horas da pista e criaram uma situação de pane. Roubaram algumas índias e as violentaram. Quando perceberam que estavam sendo seguidos resolveram abandoná-las, mas um dos peões trouxe uma delas até a pista.

22/10/88 — Encontrei dois irmãos crentes, pertencentes à Assembléia de Deus, que estão também garimpando. À noite fui assistir a um culto religioso pregado por três outros irmãos. Pediram para que eu pregasse também, e assim falei de Deus para um grupo de mais de trinta garimpeiros.

05/11/88 — Amanheceu chovendo e como não era possível trabalhar ficamos reunidos no barraco. À tarde chegaram alguns homens da turma do sócio Mineiro e a conversa passou a ser sobre os índios da região. O sócio Goiano da Xuxa começou a contar sobre os conflitos entre índios e garimpeiros ocorridos nas fofocas (3) do Manoel Luiz, Fogo Bravo e Tarzan. Segundo o sócio Goiano morreram pra mais de 150 índios e tudo foi abafado, muito embora estivesse na região uma patrulha da PM. Na grotá do Tarzan, Goiano con-

ta que morreram não só índios adultos, mas mulheres e crianças também. Foi um verdadeiro massacre.

Goiano contou também que o tenente ou sargento Mota recebeu dos líderes do massacre aproximadamente 2 kg de ouro pelo fornecimento das armas, munição e para calar a boca.

Três garimpeiros caem na cachoeira de 170 metros

08/11/88 — Resolvemos ir para o Pico da Neblina, depois de ouvirmos informações de que existe muito ouro por lá e tem pouca gente trabalhando. Nosso objetivo é explorar uma grotá e nos assenhorarmos dela. Somos doze.

16/11/88 — O sócio Boquina-de-Jacaré foi picado pela manhã por uma surucucu bico-de-jaca. Fizemos todo tipo de remédio caseiro à base de ervas que conhecíamos, mas não conseguimos cortar o efeito do veneno e ele veio a falecer às 16h30. Sepultamos o amigo no próprio cascalho, onde ele passou boa parte de sua vida em busca do precioso metal.

21/11/88 — Ontem, logo cedo, quando atravessávamos o rio Demini, encontramos os cadáveres de índios: três mulheres, dois rapazes e uma moça de 14 ou 15 anos. Verificamos que as três índias haviam sido violentadas antes de morrer. Pelas marcas vistas no local percebemos que estávamos perto de uma turma numerosa de garimpeiros e de uma maloca. Saímos rápido do local e após duas horas de caminhada fomos surpreendidos por um grupo numeroso de índios em trajes de guerra e armados com espingarda, flexa e tacape. Quatro de nossos companheiros morreram na hora, eu e mais cinco fugimos, carre-

gando o sócio Bafo-de-Onça que ficou ferido.

O Natal, comemorado com muita bala e alegria

27/11/88 — Mais um dia de tristeza e sofrimento. Estávamos atravessando a cachoeira da Espera, de cerca de 170 metros de altura, quando perdemos mais três companheiros. Caminhávamos parte por dentro d'água, parte nos apoiando em uma vara, nos escorando nas pedras ou pulando de uma para outra. Eu e os dois sócios que escaparam atravessamos na frente. Logo após vinha o sócio Calabar Pedro III, que ao saltar de uma pedra para outra desequilibrou-se. Quando tentava retomar o equilíbrio saltou o sócio Lanterna-de-Kombi, que chocou-se com ele. Caiu cada um para um lado da pedra. O sócio Jabuti-Deitado, que estava de pé logo atrás, tentou dar a mão e socorrer os amigos, mas a força da água era muita e arrastou os três. Ficamos olhando a terrível cena sem condições de fazer nada.

25/12/88 — O sócio Marabá e eu amanhecemos na mata, longe do acampamento. Saímos dia 22 pela manhã para caçar alguma coisa para o Natal. Trouxemos mutum e veado para a ceia. Como o dia foi parado, aproveitei para consertar alguns toca-fitas dos amigos. Por volta de 18 horas começamos a celebrar o Natal, com uma salva de tiros de espingarda e escopeta. Foi uma festa típica garimpeira, com muita bala e muita alegria, e segundo os sócios só faltou a presença feminina.

06/01/89 — Hoje foi um dia diferente. Terminado o barranco ontem, hoje despescamos a caixa, lavamos os motores e trocamos o óleo. À tarde, enquanto os outros sócios começavam outro barranco, eu e o sócio Didi nos preparávamos para tomar o avião rumo a Boa Vista. Na cidade sei que terei conforto, mas sentirei falta desta floresta exuberante, saudável e maravilhosa, que se deixa morrer para me dar na batéia o ouro de nossos sonhos. Meu picuá me fará recordar as árvores que derrubei, as pestes que matei, o azougue que gastei, as pedras que joguei, a água suja que bebi, o devastamento que provoqueei e as marcas de minha passagem pelo coração da mata. Dizem que estou matando a natureza. Mato para não morrer. Mas sei que com minhas conquistas estou cavando minha própria sepultura.

(1) **Bamburrado** — Memória que extrai muito ouro.

(2) **Grotá** — Caverna produzida pelas enchentes na ribanceira de um rio.

(3) **Fofoca** — Área onde ocorre a extração fácil de ouro.

Congresso massivo e de luta dos educadores baianos

Miguel Lucena *

Um congresso classista, cuja marca maior foi a combatividade e disposição de luta, combinando a discussão dos problemas específicos da categoria com as questões políticas fundamentais do país, é o que se pode dizer do I Congresso Unificado dos Trabalhadores em Educação da Bahia, realizado entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro, no Colégio Iceia, em Salvador.

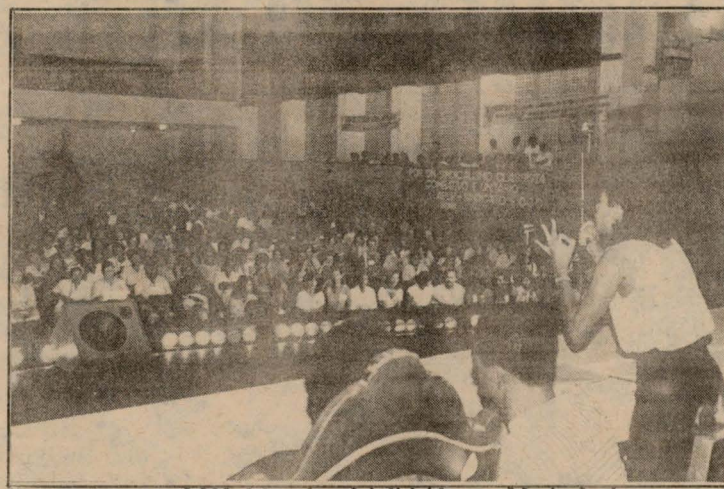
Participaram do Congresso 3.200 trabalhadores, liderados pelo Sindicato-APLB. A entidade, presidida pela professora Maria José Rocha Lima (Zezê), membro do secretariado nacional da Corrente Sindical Classista e vice-presidente da CNTE na região Nordeste II, reúne desde os professores e especialistas em educação até serventes e pessoal de apoio administrativo das escolas.

Unidade

Os educadores de 150 municípios baianos se reuniram em clima de unidade e de intensa discussão política, aprovando resoluções importantes e de

grande significado como o não-pagamento da dívida externa, a reforma agrária anti-latifundiária, a democratização do Estado, a extinção dos ministérios militares e a escolha, nas eleições deste ano, de um candidato comprometido com essas bandeiras e a defesa da escola pública, gratuita e de boa qualidade, unitária e que tenha o trabalho como princípio educativo. Ao final do Congresso, foi realizada uma prévia eleitoral e não deu outra: os trabalhadores em educação (1.020 compareceram às urnas) preferiram o candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, que obteve 475 votos (49 por cento), seguido de longe por Leonel Brizola, do PDT (102 votos).

Maria José Rocha Lima observou que o Congresso "teve a marca da discussão política, que se reflete em resoluções como a criação de um projeto educacional que discuta inflação, dívidas externa e interna e economia política". Tal projeto, inclusive, já está sendo implantado e será dirigido pelo jornalista Raimundo Pereira, constando de uma série de seminários que começarão em



O encontro, com 3.200 delegados, foi dirigido por Maria José

outubro na Bahia, e culminará com um treinamento de monitores em economia política. Estes terão como missão reproduzir os conhecimentos, em linguagem acessível, aos trabalhadores em educação e a toda a população. O projeto é pioneiro e tem como lema "Os trabalhadores discutem o Brasil".

Indagada sobre a escola unitária, Zezé destacou que ela objetiva garantir o mesmo tipo de ensino independentemente da procedência social e regio-

nal dos alunos, bem como de suas características raciais, sexuais, convicções políticas e religiosas. "Nessa escola", assinala, "deve haver um inter-relacionamento entre os níveis de ensino, de modo a permitir uma articulação vertical e horizontal entre eles, com acesso democrático e mecanismos de produção. Deve garantir, além disso, educação de zero a seis anos e o ensino de 1º e 2º graus como educação fundamental."

A escola unitária tem o trabalho como princípio educativo e uma formação politécnica, que visa dar ao aluno uma base sólida, científica, permitindo uma atitude crítica diante da realidade, "para intervir, inclusive, na reorganização da sociedade". Segundo Maria José, a luta pela politécnica é de resistência ao ensino imposto pelas classes dominantes, "que reduz o homem a um elemento adestrado, incapaz de criar e desenvolver a consciência e o aprendizado da participação. A formação politécnica permite que todos os cidadãos tenham o conhecimento das

bases das ciências contemporâneas, levando-os a conhecer os processos de produção da tecnologia e as suas diversas técnicas, aplicando-as criticamente."

Política sindical

O congresso da quarta maior entidade de educação do Brasil, após discussões intensas sobre sindicalismo, aprovou a bandeira da reunificação do movimento sindical, assim como a unidade orgânica entre a CUT e a CSC.

O sindicato-APLB, também por decisão unânime dos 3.200 delegados, permanece integrado, política e materialmente, à Corrente Sindical Classista, encarregando-se de promover um amplo debate sobre a reunificação do movimento. Os trabalhadores em educação aprovaram, ainda, a realização de uma marcha sobre a Bahia, envolvendo toda a população, em defesa da escola pública.

Em plenário, 600 trabalhadores participaram de uma discussão bastante elogiada que girou em torno do tema o socialismo e o PCdoB, tendo como palestrantes os dirigentes comunistas baianos Elias Ramos e Carlos Valadares. Enquanto isso, o Departamento da Mulher Trabalhadora do Sindicato-APLB esgotou a venda da Revista Presença da Mulher, reforçando a concepção da Corrente Emancipacionista entre os educadores baianos.

*jornalista, colaborador da Classe Operária.

A administração da Paraíba parou: 90 mil em greve contra o arrocho e a fome

O governador Tarcísio Buriti (PRN) colhe, na reta final de seu governo, os frutos do que plantou. Governando de costas para o movimento popular, implantou uma política de terra arrasada na Paraíba e impôs ao arrocho salarial impiedoso ao funcionalismo público, ao estilo de seu guru alagoano, o ex-governador Fernando Collor de Mello.

A administração pública na Paraíba entrou em parafuso. Noventa mil servidores públicos, com salários atrasados e percebendo mensalmente remunerações que não chegam à metade do Piso Nacional de Salários, estão em greve. Reivindicam condições dignas de vida e a atualização de seus pagamentos. Representam 90% do funcionalismo.

Tudo parado

A paralisação, iniciada no dia 8 de agosto, atinge os setores essenciais, como educação e saúde, e se alastra por setores secundários da administração. Até os trabalhos da Assembleia Estadual Constituinte foram suspensos. O Poder Judiciário está de portas cerradas. No interior do Estado, nem mesmo as pressões e ameaças dos chefes das repartições, geralmente indicados por políticos governistas, impediram a greve. O sentimento de revolta dos funcionários venceu a coação dos apaniguados.

A maioria dos servidores recebe NCz\$ 64,00 de salário. Jornalistas, professores, médi-

cos e engenheiros que servem à administração estadual — só para citar os mais graduados — passam fome na Paraíba. O descontentamento é de tal magnitude que redação, gráfica e oficinas do jornal oficial A União, com 97 anos de existência e quase nenhuma greve em sua história, deixaram de funcionar durante vários dias.

As escolas estão fechadas. Além de não atender às reivindicações dos profissionais da área de educação, o governo não repassou devidamente os recursos estipulados pela nova Constituição para o setor. Nas escolas faltam giz, carteiras e segurança. Na área de saúde, os postos médicos estão carentes de tudo. Somente os órgãos de comunicação é que se encontram em situação privilegiada, recebendo verbas polpudas e já denominados de sanguessugas do Palácio da Redenção.

No decorrer da greve, várias manifestações massivas tomaram conta das ruas de João Pessoa, a exemplo da via sacra do servidor, simbolizando a tortura e a crucificação dos funcionários que recebem salários de fome.

O governo responde com manobras tentando dividir o funcionalismo. Sua última proposta aos trabalhadores prevê um reajuste geral de 143%, o que, para algumas categorias, de imediato não seria de todo mau, mas significa apenas um salário de NCz\$ 249,00 para auxiliar de enfer-

magem por exemplo — isto é, um salário mínimo.

Os funcionários não aceitaram e mantiveram a greve, que se expande. Até a PM ameaça com quebra de disciplina, o que é muito compreensível: os salários na corporação, para a grande maioria, está hoje em NCz\$ 160,00.

O governador ainda condiciona a apresentação de uma proposta de aumento salarial à aprovação, pela Assembleia Legislativa, de um pedido de empréstimo ao BNDES no valor de NCz\$ 200 milhões, que seria destinado à realização de obras no Estado. A maioria dos deputados, todavia, só aprova se a sua destinação for exclusivamente para o setor de pessoal. O banco não aceita esse condicionamento, por ferir as normas da instituição.

O impasse está criado. Na briga entre Executivo e Legislativo, vê-se claramente a queda de braços entre os dois caciques que dominam a política na Paraíba. Tarcísio Buriti, do PRN, e o prefeito Wilson Braga, do PDT. O governador é minoria na Assembleia, enquanto Braga, chefe de uma poderosa oligarquia política do sertão paraibano e cabo eleitoral de Leonel Brizola, manobra nos bastidores do Legislativo buscando a inviabilização do empréstimo. Ambos são farinha do mesmo saco e não têm compromissos com os trabalhadores. (Miguel Lucena).

Vitória das mulheres e da CSC

As mulheres em particular e o movimento sindical classista em geral, ganharam recentemente dois grandes reforços. Tomaram posse na presidência de duas importantes entidades sindicais do Estado de São Paulo, as sindicalistas da CSC Gilda de Souza e Madalena Peixoto, respectivamente eleitas para o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo e para a Associação dos Professores da PUC de São Paulo — Apropuc.

Ambas as sindicalistas foram eleitas em processos de escolha que culminaram com a formação de chapas únicas e unitárias. Isso significa que a unidade foi construída dentro do campo classista, com todas as forças e correntes interessadas em fazer avançar o sindicalismo de luta e combativo.

O Sindicato dos Farmacêuticos é uma das mais antigas entidades de profissionais liberais criadas no Estado, representada os trabalhadores e autônomos, que exercem a profissão regulamentada de far-

macêuticos, com milhares de trabalhadores na base. Já a Apropuc, foi uma das primeiras associações de docentes criadas no país, após as lutas pela redemocratização do Brasil em 77. Possui grande tradição de combatividade entre os professores da rede particular de São Paulo, pois representa os docentes de uma das maiores universidades do Estado (a PUC de São Paulo que é a maior instituição de ensino da base do Sinpro/SP).

Tanto Madalena como Gilda, integrantes da Corrente Sindical Classista do Estado de São Paulo, foram eleitas com base em propostas democráticas e de luta, com compromissos com suas categorias. Essas lutas e compromissos não significam somente o atendimento das reivindicações específicas dos trabalhadores farmacêuticos e da educação, mas fundamentalmente a elevação da consciência política desse conjunto de assalariados na busca de uma sociedade mais justa e avançada, democrática e socialista.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Assalariados do cacau com Lula

Desde a fundação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Brasil, em 1937, no município de Itajuípe, a região cacauzeira do Sul da Bahia tem sido denunciada como a terra dos coronéis, onde os trabalhadores submissos vivem à mercê da chibatada. No último dia 12, os assalariados do cacau escreveram uma nova página na história da luta de classes. Por ocasião da primeira rodada de negociação da campanha salarial, foi realizada a maior manifestação de trabalhadores rurais na região. Cerca de 3.500 assalariados ocuparam as ruas de Itabuna para pressionar os latifundiários a iniciarem as negociações.

Tendo como principais reivindicações aumento de 74,9% acima do salário mínimo, padronização da caixa de cacau, cesta básica, jornada de 40 horas semanais e assistência médica gratuita, os assalariados realizaram passeata, concentração, e com a recusa da FAER (Federação da Agricultura do Estado da Bahia) e do CNPC (Conselho Nacional dos Produtores de Cacau), de comparecerem à mesa de negociação, houve uma grande ocupação da sede do CNPC, forçando os patrões a recuarem dando início às negociações que terão no dia 23 de setembro a segunda rodada.

A manifestação que contou com a presença de Renildo de

Souza, coordenador da CSC — Corrente Sindical Classista —, e Jair Meneguelli, presidente da CUT — Central Única dos Trabalhadores —, com o apoio, ainda, de 28 sindicatos urbanos e dos vereadores do PCdoB, Davidson Magalhães, de Itabuna e Denise Carvalho, de Canavieiras, não se caracterizou pelo economicismo muito presente no movimento sindical. O ato acabou se transformando em uma demonstração massiva de apoio à candidatura de Lula-Bisol: às palavras de ordem específicas e econômicas se somou o grito: “Brasil urgente, Lula presidente.”

Unidade

A vitoriosa campanha salarial de 89 é o resultado da unificação de 38 sindicatos, do apoio da Contag — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, e Fetag-BA — Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia —, e da destacada participação da CSC e da CUT. “Derrotamos as concepções divisionistas de setores minoritários da CUT, que tentaram em diversas ocasiões adiar para o ano de 90 a campanha salarial e demonstramos a força da união dos trabalhadores”, destacou Higino José, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus.

O entusiasmo e a combatividade foram a marca da manifestação. “Despertamos o gigante adormecido. A região depois desse dia não será a mesma”, comentou Manoel Severino, presidente do STR de Itabuna. “Agora precisamos dar saltos na organização sindical, tornar os sindicatos mais presentes no dia a dia do trabalhador”, ensinou Wilson Furtado, secretário geral da Fetag-Bahia.

A grande concentração do dia 12 teve um significado especial para o PCdoB. “Há 52 anos o sindicalismo lançou a sua semente no campo da região por iniciativa de militantes e simpatizantes comunistas. Estivemos na linha de frente no embate com o latifúndio na luta pela posse da terra, e hoje estamos dando a nossa contribuição militante para o resgate da história de luta dos trabalhadores rurais do cacau”, afirmou o vereador Davidson Magalhães, presidente do PCdoB em Itabuna. Para Davidson, os desdobramentos, saldos políticos e organizativos da campanha salarial de 89 dos trabalhadores rurais do cacau, “apontarão com certeza a um novo patamar de lutas e mobilizações para os 300 mil assalariados e a perspectiva de mudança efetiva da fisionomia conservadora da região”.

(Da Sucursal).

Comerciários unidos no Ceará

Coroando um processo de democratização, o Sindicato dos Comerciários de Fortaleza realizou no dia 31 de agosto a I Convenção Comerciária que elegeu a chapa única das forças avançadas que irá concorrer às eleições do sindicato, em 31/10/89 e 1º/11/89.

Participaram da convenção 611 delegados, todos sindicalizados. A sede do sindicato da categoria ficou tão lotada que vários comerciários deixaram de se inscrever.

Na convenção foram apresentadas 2 chapas; “Unidade e luta”, foi a articulação formada por companheiros da CUT e CSC, que obteve 64% dos votos, que somaram 355, con-

tra 36%, 204 votos, da chapa “Resistência”, formada por setores setários da CUT.

Esta foi a maior convenção para escolha de uma chapa, que o movimento sindical no Ceará já realizou.

A chapa eleita formará a futura diretoria com toda certeza, já que até o momento não foi apresentada nenhuma outra chapa. Ela é composta por várias forças que atuam no movimento sindical do Estado e funcionará como colegiado, onde todos os membros terão igual direito a voz e voto.

A figura do presidente do sindicato foi abolida e, segundo o secretário geral, Antonio Costa, o sindicato nunca pas-

sou por um processo de discussão e participação tanto da diretoria como da base, desde sua fundação em 1941. A atual diretoria, eleita em 1986, derrotou um pelego que comandou o sindicato por 16 anos e cumpriu a tarefa de democratizá-lo. A primeira medida foi transformar a diretoria num colegiado. A mobilização da categoria para as lutas específicas e gerais foi o segundo passo. Passeatas, manifestações, plenárias e muitas assembleias foram realizadas nessa gestão. Costa também destaca a criação do Jornal “Luta Comerciária” como um fato importante.

Neto, eleito para a executiva da diretoria, é uma destacada liderança da categoria, ligada à CSC. É também membro da diretoria atual que está acabando o mandato. Para ele a gestão atual foi marcada por grandes embates com o patronato. O I Encontro dos Comerciários de Fortaleza, realizado nos dias 5 e 6 de agosto, e a convenção comerciária são o coroamento de um longo trabalho da diretoria, frutos da unidade de vários setores para derrotar as classes dominantes.

(Cleberaldo Rodrigues, da sucursal)

Questão de ordem



O julgamento de Magri

Nivaldo Santana*

É a cada dia mais forte e evidente a tendência de que o chamado sindicalismo de resultados sofra uma fragorosa derrota na eleição para o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, que será realizada dias 4 e 5 de outubro. Nas próprias manobras de Rogério Magri revelam-se os indícios desta realidade. Ao não sair candidato, afastando-se formalmente da disputa, ele fez uma velada confissão de que reconhece a preferência dos eletricitários pela chapa 2, que reúne sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Corrente Sindical Classista (CSC).

Magri julga que, com este gesto, vai conseguir amenizar o impacto da provável derrota. Mas não se pode deixar de notar que ele possui segundas intenções, como a de embalar, aos olhos dos trabalhadores, a verdade sobre as opções em disputa. Mais do que ninguém, é ele quem encarna o símbolo da situação e do continuísmo no sindicato. E uma vez que a categoria exige mudança, o sindicalismo de resultados considerou prudente apresentar-se (sem a presença de Magri, lembremos) através de duas chapas, a 1 e a 3, que, embora sendo farinha do mesmo saco, procuram aparentar independência e até renovação em relação à atual diretoria.

Com efeito, a chapa 1, embora declarando-se “com muito orgulho” como situação, cuidou inclusive de copiar, uma a uma, as propostas de luta da chapa 2. É um discurso falso, uma vez que os integrantes da tal chapa caracterizaram-se na prática, durante o período em que estiveram à frente do sindicato, pelo desprezo aos reais interesses dos eletricitários. O propósito, de qualquer forma, é confundir, e isto torna óbvio o desespero do senhor Magri e Cia.

Os eletricitários não se deixarão enganar. O que está em jogo é a gestão do sindicalismo de resultados e existe apenas uma oposição verdadeira na atual disputa. Está representada na chapa 2. Encontra-se em tela de juízo o resultado insofismável da gestão de Rogério Magri, atestada, entre outras coisas, pela queda de 33% do salário real da categoria durante os últimos três anos.

Salta aos olhos a importância da batalha dos dias 4 e

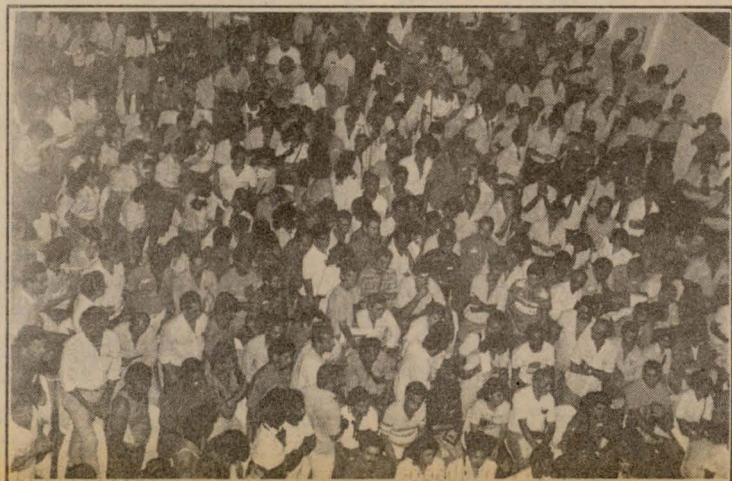
5 de outubro. Além da importância estratégica do sindicato em disputa, a derrota de Magri no que é hoje um dos mais importantes esteios do sindicalismo de resultados é a derrota de um sindicalismo podre, alimentado ideológica, política e financeiramente pelos círculos mais reacionários do imperialismo norte-americano; de uma corrente que tem como objetivos fundamentais a preservação da exploração capitalista e dos interesses de rapina dos Estados Unidos no Brasil.

Para cumprir tais desígnios o sindicalismo de resultados, e notadamente Rogério Magri, procura inviabilizar a organização de base dos trabalhadores, impedir a discussão democrática nos fóruns do movimento sindical, ao mesmo tempo em que pratica uma política exacerbadamente corporativista e economicista. No combate ao sindicalismo progressista, Magri recorre sistematicamente à violência, ao gangsterismo aberto — sendo disto uma boa ilustração a pancada ocorrida no último congresso da CGT que o elegeu presidente da falida central.

O apoio declarado de Magri ao principal candidato da direita, no momento, Fernando Collor de Mello, é igualmente uma evidência de que ele não é senão um homem a serviço das classes dominantes, dos poderosos, embora se diga ao lado dos trabalhadores.

A vitória da oposição no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo contribuirá para a criação de um novo quadro sindical, mais nitidamente progressista e de esquerda. Auxiliará também no combate a um outro pelego de peso, Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, como Magri um representante do sindicalismo de resultados. Por isto, é um dever dos sindicalistas progressistas em todo o país, particularmente da CUT e CSC, procurar contribuir com recursos materiais e humanos nesta reta final de campanha, de forma que a possibilidade de vitória da oposição não seja inviabilizada por fraude ou violência, garantindo-se a realização de um leito democrático e limpo.

* dirigente da CSC e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Sabesp e Cetesb



A convenção que elegeu a chapa Única teve 611 delegados

As razões da integração dos comunistas na CUT

Aguinaldo Zordenoni / Fóton

Em dois artigos escritos para a Classe Operária, Ronald Freitas, membro da direção nacional do PCdoB responsável pelo setor sindical, expõe as razões que determinaram a decisão dos comunistas de buscar uma unidade orgânica entre sindicalistas do Partido e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na próxima edição publicaremos a conclusão de sua análise.

A VI reunião plenária do Diretório Nacional do PCdoB discutiu e apreciou a situação do movimento sindical, e posicionou-se quanto à política a seguir nessa frente. A avaliação da situação política, das forças que atuam no movimento e das mudanças que ocorrem nessa frente são os elementos básicos da flexão tática realizada, no sentido de debater os mecanismos e formas de integração dos comunistas, que atuam na frente sindical, na CUT.

Central Unitária

A luta pela construção de uma Central Sindical Unitária tem estado no centro da luta e ação sindical da última década. Após muitas idas e vindas o quadro se apresenta razoavelmente cristalizado existindo mais de uma central que reivindica a representação do conjunto do movimento.

A crise profunda que o país vive tem características particularmente perversas para os trabalhadores assalariados e em particular para os que ganham baixos e médios salários, mais de 90% desses trabalhadores. Inflação, carestia de vida, moradia insuficiente, transporte precário etc... são o calvário cotidiano dos trabalhadores que buscam saídas para essa situação e procuram instrumentos organizativos que unam e potencializem suas forças para dar cabo a essa situação e superar essa crise. Isso faz com que o desejo de uma central sindical forte, representativa e de luta, seja uma das aspirações mais sentidas e almejadas pelos trabalhadores, particularmente os operários fabris.

As confederações e a USI quase não jogam papel nas lutas sindicais. No que respeita a articulações influentes no movimento, o quadro encontra-se basicamente assim:

— CUT: Surgida com base no sindicalismo operário do ABC paulista e das greves ali desenvolvidas em 1979/80, teve sua origem baseada mais na unidade ideológica de uma corrente sindical do que numa representação sindical real. Apoiando-se nas chamadas "oposições sindicais", e com respaldo material e político das centrais sindicais europeias do campo da socialdemocracia (Ciosl), da democracia-cristã (CMT), do revisionismo (FSM).

Diante da complexa situa-

ção política do país, do vazio provocado pela repressão ditatorial-militar, da traição do revisionismo contemporâneo, do ressurgimento do trotskismo como corrente política atuante, do papel da igreja, da nossa fragilidade no sindicalismo, criou-se uma situação onde a CUT, desenvolvendo uma política de participação nas lutas concretas e apoiada em uma militância intensa, cresceu, foi vitoriosa na disputa de vários sindicatos importantes, e se credenciou como a central de luta perante a maioria dos trabalhadores. É hoje uma central no fundamental consolidada, possuidora de uma infra-estrutura material de porte avantajado, com significativa representatividade sindical.

Transformações na CUT

Simultaneamente ocorrem transformações na CUT, consequência da evolução da situação política do país, e da necessidade que a central vai sentindo de um comportamento menos principista e mais político, sintonizado com a realidade. Tem procurado seguir uma política de alianças mais ampla, compondo-se com forças fora do seu campo. As mudanças são também resultados da falência da política exclusivista e de implantação de uma central partidária e ideológica, e do combate travado pelos setores mais esclarecidos contra as suas concepções e posições equivocadas e incorretas.

No seu último congresso em Belo Horizonte (1988), decidiu que para ter acesso aos fóruns da central, uma "oposição" necessitava contar com mais trabalho efetivo na categoria, aferido de acordo com os votos recebidos na última disputa eleitoral, e sob controle e reconhecimento por parte das instâncias superiores (artigo 21º e incisos dos novos estatutos). Essas modificações estatutárias limitam o papel das oposições sindicais na sua estrutura, e disciplinam suas ações. Procura, dessa maneira, dar parcialmente uma representatividade real aos seus fóruns. Ao mesmo tempo decidiu que os delegados ao congresso nacional são escolhidos nos congressos estaduais (artigo 27º e incisos dos novos estatutos). Esse mecanismo veda a participação direta das entidades sindicais de base na escolha dos delegados. Isso a médio prazo levará a uma ine-



Assembléia dos metalúrgicos no ABC: unidade garante a força na luta comum contra patrões e governo

vitável e indesejável partidarização da entidade.

— CGT: Após a plenária nacional de janeiro de 1988 em que a direção da CGT foi assaltada pelo banditismo sindical dos senhores Magri e Medeiros, essa central abandonou seu programa e seus estatutos aprovados no congresso de fundação e transformou-se num aparelho da direita no movimento sindical. Isso levou a uma ruptura, com a saída de suas fileiras do setor sindical avançado que aí atuava, que criou a Corrente Sindical Classista. No congresso que realizou em abril-maio últimos, em São Paulo, dividiu-se. O grupo liderado por Joaquim, diante das fraudes e agressões praticadas por Magri e Cia., retirou-se da reunião e questionou na justiça seus resultados. O que na realidade ocorreu é que a CGT como central deixou de existir. Sua direção foi assaltada por Magri, que transformou o que restou dessa central num biombo para a ação da direita. Servirá aos desígnios do empresariado e do governo para confundir os trabalhadores e procurar desviá-los de suas lutas.

Surgimento da CSC

— CSC: A estruturação da CSC é o resultado da aplicação da nossa política sindical ao longo dessa última década, e faz parte da luta do nosso Partido, pela construção de uma verdadeira Central Sindical Unitária em nosso país. Ela surge não como fruto de uma manobra política artificial mas sim como uma exigência do avanço das lutas e da consciência política do movimento sindical.

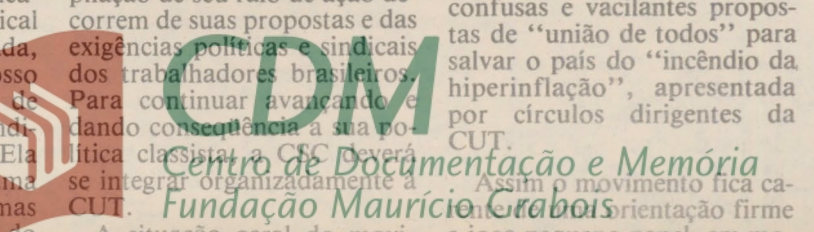
Tem por objetivo maior ser o pólo aglutinador e organizador de uma corrente revolucionária no movimento, e sua existência não se prende a fatores conjunturais, e sim decorre de exigência objetiva da situação de nosso país, e da luta sindical. Seu papel não se esgota em articular e organizar temporariamente os setores classistas do sindicalismo, mas se projeta na construção de uma consciência socialista entre os trabalhadores, e na busca de dirigir o conjunto do movimento para este fim.

O seu congresso de fundação em janeiro deste ano, com a presença de 2563 delegados e 703 entidades sindicais, foi um indicador das possibilidades e potencialidades de crescimento e ação da corrente. A ruptura definitiva com a CGT, a implementação da política de Frente Única Prioritária com a CUT, a sua participação destacada e imprescindível na greve geral, nas greves setoriais, o papel que paulatinamente vai tendo nas lutas sindicais, abriram novos espaços à sua atuação, impulsionaram seu crescimento, e são o atestado de sua coerência e de sua posição de luta e não de conciliação, na busca de saídas para os graves problemas dos assalariados e do povo. As possibilidades de crescimento e ampliação de seu raio de ação decorrem de suas propostas e das exigências políticas e sindicais dos trabalhadores brasileiros. Para continuar avançando e dando consequência a sua política classista, a CSC deverá se integrar organizadamente à CUT.

A situação geral do movimento sindical atual se caracteriza por um expressivo avanço das lutas e crescimento or-

ganizativo por parte das massas de trabalhadores assalariados. No ano de 1989, a quantidade de grevistas, incluindo a greve geral de 14 e 15 de março, atinge o número significativo de mais de 30 milhões de trabalhadores. A luta contra o arrocho salarial, por uma política salarial que, além de repor as perdas, garanta ganhos reais, por leis complementares que regulamentem os dispositivos constitucionais acerca dos direitos sociais dos trabalhadores, contra as ameaças à democracia e à liberdade, simbolizada no atentado ao monumento às vítimas da repressão em Volta Redonda, mostrou um movimento operário e sindical mobilizado e em luta, se bem que de forma ainda insuficiente e moderada.

No movimento sindical, predomina uma orientação basicamente reformista com forte influência das idéias socialdemocratas, de colaboração de classes e busca de saídas conjuntas com a burguesia para crise. Isso se manifesta principalmente através das claramente assumidas posições de direita sindical dos senhores Magri e Medeiros (CGT) com o propalado "sindicalismo de resultados", que busca reforçar o capitalismo e arrancar-lhe a algumas migalhas. Manifesta-se também através das confusas e vacilantes propostas de "união de todos" para salvar o país do "incêndio da hiperinflação", apresentada por círculos dirigentes da CUT. Assim o movimento fica carente de uma orientação firme e joga pequeno papel em mobilizar a sociedade para unir forças no sentido de superar essa situação através da luta.



CSC cresce e se consolida nos Estados

A Corrente Sindical Classista (CSC) realizou nas últimas semanas três importantes congressos estaduais, no Rio Grande do Sul, Paraíba e Paraná. São acontecimentos que atestam o contínuo crescimento e a consolidação da CSC em todo país.

O Primeiro Congresso Estadual da Corrente Sindical Classista folheou a página da politização do sindicalismo no Rio Grande do Sul. A abertura do encontro ocorreu no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, no dia 15 às 20 horas, com a presença de cerca de 250 pessoas. Além das lideranças sindicais, lá estiveram representantes de partidos políticos, do movimento comunitário e da Justiça do Trabalho.

A continuidade do congresso da CSC aconteceu na cidade litorânea de Cidreira, onde estiveram representadas 70 entidades sindicais através de 200 delegados — categorias como metalúrgicos, comerciantes, construção civil, rodoviários, portuários, saúde, trabalhadores rurais, alimentação e professores, entre outras. O congresso aprovou por unanimidade a proposta de unificação orgânica da CSC com a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Maturidade

O presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul e membro do secretariado nacional da CSC, José Shulte, iniciou a solenidade de abertura do congresso falando da importância de um movimento sindical maduro, capaz de discutir a realidade brasileira e trabalhar firmemente pela unidade dos trabalhadores. O presidente da CUT-RS, Gilmar Pedruzzi, afirmou que o sindicalismo tem avançado, sendo que as divergências existentes entre a central e a corrente “não podem significar que elas estão em lados opostos”.

O secretário-geral da CSC, Sérgio Barroso, declarou que o momento é oportuno para que o movimento operário-sindical brasileiro “não se circunscreva à luta econômica, mas contribua para elevar a consciência dos trabalhadores e para acabar com a exploração da burguesia”.

Os representantes do PT, PCdoB e PSB saudaram o encontro falando sobre a unidade que deve ser solidificada pelo movimento popular. Já o juiz do Trabalho Ricardo Fraga discorreu sobre a lei de greve e chamou a atenção dos sindicalistas para as eleições de 15 de novembro, ocasião em que,



Todos os 200 delegados ao encontro no RS aprovaram a unidade orgânica entre CSC e CUT

na sua opinião, os trabalhadores deverão estar ao lado “de candidatos que tenham um programa avançado e não daqueles que querem entregar o país ao imperialismo”.

A advogada especializada em direito previdenciário, Marilinda Marques Fernandes, arrancou aplausos ao dizer que os sindicatos devem estar organizados para enfrentar a investida “neoliberal” que deseja privatizar empresas estatais e serviços públicos. “O Sarney quer que a previdência privada avance e que a velhice, a aposentadoria e os doentes sejam coroadas com uma lata de lixo”, argumentou. Os juizes do Trabalho José Felipe Letur e Luis Vargas abordaram o tema “Instrumento jurídico de substituição processual” com os sindicalistas.

Ele Shulte concluiu: “O congresso foi valiosíssimo, por que mostrou a unidade real do movimento progressista. A CSC está provando que amadurece na luta”. Ele ressaltou, ainda, a necessidade de alertar os trabalhadores para votar contra a direita e a farsa Collor de Mello.

No encontro foi eleito o novo secretariado da corrente no Estado, composto por José Schulte, George Labourdette, Mauro Sales Machado, Pedro Pozenato, Valdirlei Castagna, Ana Padilha, Abgail Pereira e José Freitas. Foram também eleitas as oito regionais do interior do Estado.

Paraíba

Na Paraíba a Corrente Sindical Classista realizou dia 10 de setembro o seu Encontro Estadual, do qual participaram 100 sindicalistas. A reunião foi realizada na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fettag). A CUT enviou um representante, o sindicalista Wilson Aragão. O presidente do PCdoB no Estado, Simão Almeida, e dois vereadores co-

munistas (Renô Macaúbas e Ivam Freire), também estiveram presentes.

Ao término do encontro, foi elaborada a “Carta de João Pessoa”, com as principais resoluções da reunião. A CSC resalta a necessidade de eleger um candidato à Presidência comprometido com os interesses dos trabalhadores, reafirma a defesa de um sindicalismo classista e de luta, “comprometido com a construção de um sociedade socialista, pondo fim ao sistema de exploração vigente que marginaliza milhões em proveito de uma minoria”, defende a reforma agrária antilatifundiária e o não pagamento da dívida externa.

O encontro orientou os militantes da CSC para uma participação ativa na campanha salarial dos canaveiros nordestinos e, por fim, aprovou a unificação orgânica de CSC e CUT. Foi eleita uma nova direção da corrente no Estado, formada, entre outros, por Cristiano Zenaide (da Federação dos Trabalhadores em Serviços Públicos da Paraíba), Valtécio Brandão (vice-presidente da Fasubra) e Miguel Lucena (diretor do Sindicato dos Jornalistas e da Fenaj).

Paraná

Com uma mesa representativa do amplo leque das forças populares e progressistas do Paraná, teve início no dia 25 de agosto o I Congresso Estadual da Corrente Sindical Classista, que se estendeu por mais dois dias contando com a presença de 146 sindicalistas, representando 37 entidades.

A necessidade do aprofundamento da unidade dos setores classistas do movimento sindical e dos setores populares e progressistas da sociedade brasileira foi a tônica principal dos discursos na abertura

do encontro. Elza Campos afirmou que esta unidade passa pelos setores avançados do sindicalismo brasileiro e pelo estreitamento da aliança CSC-CUT. Henrique Pizolato, presidente da CUT, concluiu seu pronunciamento dizendo ser a CSC a aliança prioritária de sua entidade.

Nos dois dias de debates que se seguiram, importantes resoluções foram tiradas no campo político e sindical. Definindo a sucessão presidencial como a principal batalha a ser travada

no momento, as congressistas apontaram a necessidade dos sindicalistas e ativistas da CSC se engajarem neste processo percorrendo as fábricas, locais de trabalho, bairros, fazendas, usinas, etc. Concluíram ainda pela necessidade de desmascarar os políticos das classes dominantes, em especial Collor de Mello, e definiram o programa da Frente Brasil Popular como o que contempla as posições políticas aprovadas no congresso.

No campo sindical, o congresso se posicionou pela necessidade de desenvolver veemente denúncia e combate ao sindicalismo de resultados, repudiando a ação divisionista da CGT.

Ao final do encontro, foi eleita a nova coordenação estadual da CSC, conduzindo à secretaria geral o presidente do Sindicato dos Fumageiros, Agnaldo Pereira; e Elza Campos, do secretariado nacional, que até então coordenava os trabalhos da CSC no Estado, foi para a secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora. Ao encerrar o encontro, Agnaldo Pereira afirmou ter sido o congresso um dos acontecimentos mais importantes que ocorreram no Paraná, pois traçou rumos seguros para a luta dos trabalhadores por seus interesses mais imediatos e mesmo históricos. (das sucursais)

Congresso gaúcho foi um exemplo de unidade e luta

Sérgio Barroso*

O sindicalismo unitário e classista do Rio Grande se consolida a passos largos. O I Congresso da CSC, vitorioso sob todos os aspectos, encerra uma fase de luta aberta contra o gangsterismo sindical de Magri e Medeiros. Representa ainda as possibilidades concretas de ampliação das forças do movimento operário combativo e politizado.

Nos três dias percorridos pelo evento, o avanço da consciência política dos trabalhadores foi ali retratado. No debate sobre conjuntura a questão da dívida externa recebeu o tratamento merecido: não deve ser pago, e somente um novo governo, de base popular, poderá levar a luta às últimas consequências. Da mesma forma encararam os trabalhadores a batalha da sucessão presidencial, onde o relatório aprovado pelo congresso condenou os farsantes da direita e apontou o rumo da esquerda como condição pri-

meira para responder as exigências das massas populares.

No I Congresso da CSC gaúcha participaram sindicalistas do PCdoB, PSDB, PDT, PSB e independentes. Destacou-se um elevado sentimento de unidade para o combate à exploração burguesa e imperialista. O socialismo era referenciado constantemente como o verdadeiro futuro para os trabalhadores.

Mas o principal ponto de debate, a resolução do Conselho Nacional da CSC, (“abrir discussão para integração orgânica na CUT”), motivo de perguntas, questionamentos, num tradicional “zum-zum-zum” de corredores, recebeu espetacular acolhimento na plenária final: 200 votos, nenhum voto contra, nenhuma abstenção! Foi uma decisão consciente, refletida. Uma posição que coloca o sindicalismo avançado da luta pela unidade.

*secretário geral da CSC



CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Um companheiro da Frente Brasil Popular nos escreveu criticando as alianças realizadas pelos comunistas com setores liberais durante a luta contra a ditadura. Ele pensa que esta tática seria "reboquista" e semelhante às orientações "mencheviques" na revolução russa. E considera que estes acordos afetavam a "independência de classe" do proletariado. Visando esclarecer a posição dos marxistas-leninistas sobre o assunto, publicamos aqui a resposta à carta.

Rogério Lustosa*

O problema das alianças tem enorme interesse. Lênin sempre salientou que o proletariado precisa ter, sempre, aliados de massas, mesmo que sejam vacilantes, temporários, inconseqüentes. Sem união não é possível falar em revolução.

Penso que é precipitado considerar reboquista qualquer frente com os liberais da burguesia. As alianças dependem da correlação de forças e do nível de consciência dos trabalhadores em cada situação.

Foram os bolcheviques, e não os mencheviques, que legaram aos trabalhadores de todo o mundo preciosas lições teóricas e práticas no terreno das alianças, visando acumular forças e conquistar posições favoráveis ao proletariado na guerra de classes.

Lênin assinala, no "Esquerdismo", que "os socialdemocratas revolucionários russos aproveitaram repetidas vezes antes da queda do czarismo os serviços dos liberais burgueses". E que "toda a história do bolchevismo, antes e depois da Revolução de Outubro, está cheia de manobras, de conciliação e de compromissos com outros partidos, incluindo os partidos burgueses".

Doença infantil

Criticando o infantilismo de Sylvia Pankhurst e dos comunistas na Inglaterra, Lênin era muito claro: "É verdade que os Henderson, os Clynes, os MacDonald e os Snowden são irremediavelmente reacionários." Mas, acrescentava, "se não somos um grupo revolucionário apenas mas um partido da classe revolucionária, se queremos arrastar as massas (sem o que corremos o risco de não passar de simples charlatões) devemos, em primeiro lugar, ajudar Henderson ou Snowden a vencer Lloyd George e Churchill (mais exatamente: obrigar os primeiros a vencer os segundos, pois eles têm medo da sua própria vitória),

segundo, ajudar a maioria da classe operária a convencer-se por experiência própria da nossa razão, isto é, do fato que os Henderson e os Snowden não prestam para nada..."

Henderson e Snowden eram líderes liberais do Partido Trabalhista Independente, adversários de Churchill, do Partido Conservador. Lênin demonstra que as diferenças entre estes setores burgueses adquirem enorme importância nas formulações táticas. Uma atitude esquemática, de mera afirmação da luta entre classes antagônicas não permitiria que os revolucionários se aproximassem da massa trabalhadora e ajudassem a elevação de sua consciência e organização.

A independência, companheiro, não se confunde com "não aliança", ou com marchar sozinho. Pode-se fazer aliança com as mais distintas forças — inclusive com os liberais — sem perder a independência. Assim como acontece que uma corrente, exatamente por se isolar, não tenha condições de interferir nos acontecimentos e, objetivamente, seja arrastada pela vida real.

Independência exige, sobretudo, no curso real da luta de massas, defender os interesses maiores da classe operária e batalhar para imprimir uma direção combativa ao movimento, sem se confundir com aliados ocasionais e sem perder o rumo geral da revolução.

O Partido Comunista do Brasil teve uma experiência elucidativa em 1930. Por considerar, sectariamente, que qualquer mudança nos marcos burgueses seria contra o povo, o Partido ficou de fora do movimento popular de 1930, entregando, sem luta, sua direção à burguesia. Muito "puros", os comunistas não tomaram posição no que consideravam "briga de branco". Puros mas fora da realidade — e das massas!

Getúlio imprimiu às mudanças democráticas de então o selo burguês. Os sindicatos foram legalizados, sob a condi-

ção de se atrelarem ao Ministério do Trabalho. Foi instituído o voto secreto e universal, mas o Partido Comunista não obteve a legalidade. Vargas passou como progressista e, por muitos anos, foi considerado pelos trabalhadores como um salvador. A nossa "independência" foi ilusória.

Manobra frustrada

Se os progressistas ficassem neutros na disputa entre Maluf e Tancredo, depois da derrota da emenda das diretas, em 1984, se não considerassem as diferenças entre fascistas e liberais, como ficariam as liberdades democráticas em nosso país? O povo ganharia alguma coisa se abandonasse o campo e permitisse que a burguesia promovesse a sucessão como pretendia?

O plano da burguesia liberal, naquele momento, era alcançar um "candidato de consenso", entre a ditadura e a oposição. A flexão adotada pelas forças mais avançadas de unir as oposições contra o candidato da direita frustrou esta manobra e permitiu ao povo voltar às ruas para derrotar a ditadura. Tática de luta, apoiada no real e não em desejos.

Se tivéssemos força, apoio popular à altura, a solução radical seria impedir, com as massas sublevadas, a sucessão via Colégio Eleitoral. Mas você sabe que o movimento das diretas não acumulou todo o impulso desejável, não teve capacidade de levar as grandes multidões para as praças no dia 25 de abril, na votação da emenda Dante de Oliveira. E mesmo as correntes que pregavam ficar de fora da disputa no Colégio, não pensaram em propor um levante.

Qual era então, de fato, a proposta? Ficar de fora e limitar-se a protestar e denunciar. E deixar a liderança do movimento nas mãos de Tancredo — exatamente o contrário do que se pretendia. Neste acontecimento, a "independência" de quem ficou de fora não resultou, na prática, em ficar à mercê da correnteza, sem influenciar as coisas?

A campanha das diretas — que objetivamente foi realizada em aliança com os liberais — e a campanha de Tancredo, você considera que serviram para "fortalecer a burguesia"? Mas a burguesia já estava no poder, com uma ditadura feroz. Foi derrotada e obrigada a aceitar um regime mais democrático. As forças revolucionárias e as organizações populares, que estavam proscritas, conquistaram as praças públicas e, logo a seguir, a legalidade. Estas alianças permitiram ao povo con-

quistar certa liberdade e avançar na sua organização.

Importância da liberdade

Você afirma que "sempre houve condições objetivas para a unidade popular". Mas nos 21 anos de ditadura militar, por exemplo, as organizações do povo viviam na clandestinidade. Os sindicatos foram assaltados pela reação. Muitos lutadores foram perseguidos e mortos. O próprio PT, só pode se organizar em 1979.

Era muito difícil, nestas condições, estabelecer a unidade popular. O povo precisa de liberdade para se informar, se organizar e para elevar a sua consciência. A classe operária e as grandes massas não adotam, espontaneamente, as concepções revolucionárias.

Você sabe que mesmo no interior de seu partido ainda existem companheiros que não se convenceram da importância da Frente Brasil Popular. Isto não depende de desejo. Precisa ser mastigado e digerido, às vezes num prolongado processo de experiência prática.

Uma boa parcela das massas populares encontra-se ainda sob influência dos chamados "políticos tradicionais", não é mesmo? Quer dizer, a proposta de unidade popular, mesmo hoje, tem que percorrer um bom caminho para realizar-se amplamente. A vitória da candidatura Lula — Bisol exige trabalho duro. E amplitude na política de alianças.

A "interferência das classes dominantes" no movimento popular é real, independe de nossa vontade. Não basta "repelir" abstratamente esta intromissão. É preciso encontrar as formas, no curso das lutas de massas, de retirar o povo deste domínio ideológico e político. Uma correta política de alianças permite aos revolucionários levarem suas mensagens. E o isolamento dificulta este trabalho.

Ao justificar sua proposta de aliança a Sylvia Pankhurst, Lênin dizia: "Agora é muitas vezes difícil aos comunistas ingleses mesmo chegarem às massas. Mas se me apresento como comunista e convido a votar por Henderson contra Lloyd George, certamente que me escutarão."

Se os brasileiros conquistarem um governo democrático e popular nas eleições, vai ser fundamental um salto ainda maior na mobilização e organização dos trabalhadores. São necessárias ainda muitas manobras e compromissos, e talvez alianças com gente considerada "indesejável", a fim de assegurar a democracia po-

lítica, iniciar as mudanças prometidas e fazer avançar a causa socialista.

Lênin tratou esta questão também com rigor: "Os neokristas interpretam de modo radicalmente errado o sentido da categoria revolução burguesa: nos seus raciocínios transparece constantemente a idéia de que a revolução burguesa é uma revolução que só pode dar aquilo que beneficia a burguesia. E, contudo, não há nada mais errado do que esta idéia. A revolução burguesa é uma revolução que não ultrapassa o quadro do regime econômico-social burguês".

A liberdade política burguesa não rompe os limites do sistema de dominação vigente. Mas sua conquista é essencial para aproximar a revolução socialista. E, em certas condições, é indispensável selar alianças com forças não-proletárias em busca da democracia. Devido ao caráter arbitrário do Estado brasileiro é que, muitas vezes, o povo foi obrigado a estabelecer compromissos com setores liberais.

Rejeitar provocações

Mas veja como serviram de fato de instrumento da direita, os provocadores (radicais?) que atiraram um grupo de patriotas na criminosa aventura no quartel de "La Tablada", na Argentina.

E observe como no Chile, inclusive organizações que empunharam armas para enfrentar as hordas fascistas de Pinochet, procuram formas concretas de derrotar a ditadura: participaram do plebiscito e, agora, apóiam um único candidato de oposição, um homem talvez com tradição democrática muito inferior ao liberal Tancredo Neves.

Com isto, companheiro, quero dizer que tática é, sobretudo, levar em conta, rigorosamente, a correlação de forças entre as classes e camadas de classes. Negar, por princípio, esta ou aquela aliança, afirmar que sempre se pode agir sem interferência das classes dominantes é, no mínimo, arriscado.

É Lênin novamente quem diz: "Toda a questão consiste em saber aplicar esta tática (de alianças e compromissos) para elevar e não para diminuir o nível geral de consciência, de espírito revolucionário e de capacidade de luta e de vitória do proletariado".

Espero ter contribuído para esclarecer o pensamento dos comunistas e reforçar os nossos laços de união com o povo de um mundo novo, que será construído pelo povo trabalhador.

Colombianos denunciam a "guerra suja"

Uma delegação unitária da esquerda colombiana visitou o Brasil, para denunciar a "guerra suja" que o governo com o apoio dos Estados Unidos desenvolve contra o povo, e a necessidade de ser promovido o diálogo entre o governo e as organizações guerrilheiras que integram a Coordenadoria Simón Bolívar.

Segundo Víctor Restepo, da direção nacional da Frente Popular da Colômbia, é fundamental "denunciar o desenvolvimento da guerra suja e da escalada de violência contra-revolucionária e narcoparamilitar. Mais de 1.500 militantes das organizações que integram a delegação unitária foram assassinados nos últimos quatro anos. Entre 1982 e 89, ocorreram 70 massacres coletivos, e calcula-se que morreram 92 mil colombianos, entre vítimas do narcotráfico, da delinquência e das perseguições políticas".

O dirigente opositor também alerta para "a intervenção direta dos Estados Unidos nos assuntos internos da Colômbia. Acreditamos que as extradições que o governo vem realizando violam a soberania nacional. Cabe aos colombianos resolver seus problemas."

Eleições presidenciais

O deputado federal Ovidio Marulanda, da União Patriótica, relata que a delegação já visitou o Peru, Uruguai, Argentina e Chile. Denunciou às forças políticas desses países e aos seus governos (com exceção do Chile) as arbitrariedades e crimes cometidos em nome do combate ao narcotráfico na Colômbia. E conclama: "Estamos solicitando a presença de observadores políticos para o processo eleitoral no nosso país, com a garantia de participação de todas as forças políticas — em março ocorrerão as eleições municipais e para o parlamento, e em maio as eleições presidenciais. Os assassinatos políticos ficam

impunes, o que é um crime. Estamos trabalhando em torno de um candidato único das esquerdas, progressista, com um programa que envolva a luta contra a guerra suja, e desarmamento dos grupos paramilitares, a depuração do aparelho do Estado e das forças militares, a defesa dos recursos naturais, e as plenas garantias políticas e garantias econômicas e sociais para as massas."

Víctor Restepo chama a atenção para o fato de que "os grandes *capos*, os barões das drogas não foram importunados com a chamada 'guerra da coca'. Embora tenha sido comprovada a participação de elementos do governo e das forças militares no narcotráfico e no assassinato de políticos, eles continuam impunes. Antes de tudo, essa 'guerra' demonstra o interesse dos Estados Unidos em desviar a opinião pública da luta revolucionária para a questão das drogas e para justificar a intervenção norte-americana no país. É uma face da luta dos grandes cartéis de drogas norte-americanos contra os cartéis da Colômbia, pelo domínio do mercado e da produção de droga. É importante também chamar a atenção para a presença de militares de Israel, África do Sul, Inglaterra, Estados Unidos, Suécia e Alemanha Federal no adestramento

de grupos paramilitares — dos traficantes — e do Exército, a pretexto de 'combater os guerrilheiros de esquerda'. Ficou, por exemplo, evidente a participação de um oficial de Israel no assassinato de Galán, candidato à presidência da Colômbia, em agosto."

Encontro internacional

A delegação colombiana está convidando as organizações democráticas e populares brasileiras para participarem de dois encontros em Bogotá. "O Encontro Colômbia Vive, com a presença de Gabriel García Márquez, Eduardo Guelano e outros intelectuais, artistas e esportistas latino-americanos. Esse encontro ocorrerá de 25 a 31 de outubro", conta Javier Darío Vélez, da organização A Lutar.

"O outro evento", conta Javier, "será o II Encontro Antiimperialista Latino-Americano e do Caribe pela solidariedade, a soberania, a autodeterminação e a vida de nossos povos, de 24 a 26 de novembro. Essa promoção é convocada pelos participantes de um encontro semelhante realizado em novembro de 88 em Quito, que reuniu delegações de 14 países. É um órgão internacional dos diferentes povos da América Latina, para que conheçam suas experiências e somem forças na luta antiimpe-

rialista. Esperamos a presença de delegações de 20 países, inclusive com observadores dos Estados Unidos, Canadá e de países da Europa."

Diante da atual situação de seu país, os membros da delegação solicitam dos brasileiros:

"1) Promover da parte de seu governo e das forças mais representativas do país toda a ação que permita pressionar o governo colombiano para que ponha em aplicação as medidas contidas nos decretos de abril de 1989, visando pôr fim à atividade impune dos grupos paramilitares para prosseguir na depuração das forças militares e de polícia; para respaldar e proteger a ação da Justiça e dos juizes;

para oferecer garantias aos partidos e organizações democráticas e de esquerda;

"2) Promover toda forma de assistência para que o governo colombiano empreenda o diálogo com as organizações guerrilheiras integrantes da Coordenadoria Simón Bolívar;

"3) Promover uma supervisão suprapartidária internacional e latino-americana para as eleições na Colômbia, com a presença de parlamentares, prefeitos, autoridades eleitorais e personalidades da cultura, religiosos, da universidade, para conferir as medidas de proteção, as garantias e prerrogativas para o conjunto das forças políticas, especialmente de esquerda, no debate eleitoral colombiano".

OLP: contra o sionismo, a favor da paz

A representação brasileira da Organização de Libertação da Palestina — OLP —, emitiu comunicado sobre o 7º aniversário do massacre de Sabra e Chatila, ocorrido em 17 de setembro de 1982 por ordem do exército sionista em acampamentos palestinos no Líbano. O comunicado afirma:

"Passados sete anos destes horrendos massacres e com 21 meses de gloriosa *intifada*", (a rebelião dos jovens palestinos que abala os domínios de Israel nos territórios ocupados) "gritamos bem alto e com orgulho: Aqui estamos, conscientes de nosso passado he-

róico, responsáveis quanto ao presente e seguros de nosso futuro próspero em nossa Palestina independente e soberana.

"Contudo, não desejamos transformar este holocausto vivo na arma de acusação eterna contra nossos inimigos. Ao contrário, fazemos de cada sofrimento o aprendizado da fraternidade, eximindo de culpa os nossos irmãos judeus e responsabilizamos o verdadeiro algoz: o sionismo e o Estado de Israel, ao mesmo tempo em que estendemos nossas mãos para que unidos promovamos a paz, uma paz justa, real e duradoura."

AABA promove palestra sobre Albânia socialista

A Associação de Amizade Brasil-Albânia promoveu, na noite de 13 de setembro, um debate sobre a realidade albanesa na Universidade Federal do Ceará, que reuniu cerca de 200 pessoas. Jornalistas, professores, estudantes, profissionais liberais e lideranças populares ouviram o depoimento do engenheiro Carlos Augusto Diógenes, dirigente regional do PCdoB recém-chegado de Tirana, sobre o socialismo na Albânia.

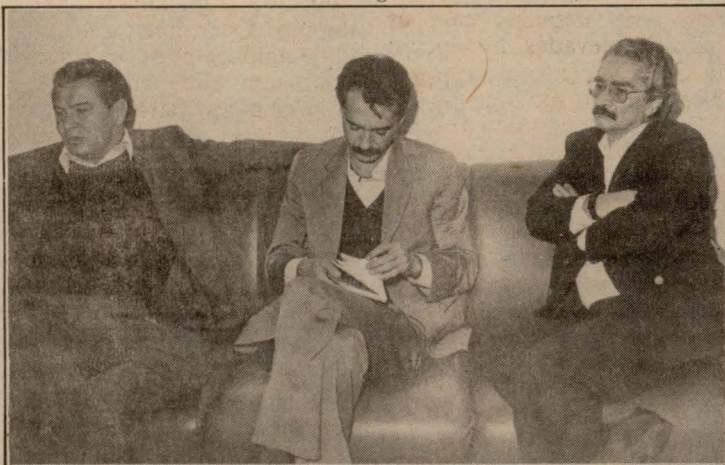
Carlos Augusto apresentou vários slides e fotografias, e ao encerrar sua fala foi bombardeado por perguntas da plateia. Do início ao fim da programação várias pessoas filiaram-se à AABA, acertando inclusive a criação de um núcleo da entidade no Ceará, com o objetivo de estreitar os laços entre os povos brasileiros e albanês e divulgar os êxitos do verdadeiro socialismo.

Mostra no ES

Pela segunda vez em 2 anos o Diretório Regional do PCdoB do Espírito Santo montou uma mostra para expor a arte albanesa. A II Mostra Cultural, da Albânia, realizada de 25 a 31 de agosto no Centro Cultural Carmélia Maria de Souza, em Vitória, teve artesanato, fotografias, publicações e shows musicais.

O cantor e compositor Tomzé apresentou, na abertura da mostra, seu show, que depois estendeu à Praça dos Namorados, local de grande concentração popular. No dia 30, o gráfico Vinícius Lelis fez uma palestra e exibiu slides com aspectos da Albânia atual no Cineclube Ludovico Persice. Foi a oportunidade para, através de matérias nos veículos de comunicação de Vitória e de outras cidades, os brasileiros terem um contato com a vida e a arte da Albânia socialista. (Luís Carlos Paes e Clóves Geraldo)

Aguiinaldo Zordenoni/Fóton



Restepo, Darío e Marulanda: contra a intervenção dos EUA



Manifestação contra os assassinatos políticos da "guerra suja" em Bogotá

Arquivo

COM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O general em seu labirinto

Desde que se mudou para o Pie de la Popa, o general não voltou mais de três vezes ao recinto murado, e apenas para posar para Antonio Meucci, um pintor italiano de passagem por Cartagena. Sentia-se tão fraco que tinha de posar sentado, no terraço interno da mansão do marquês, entre as flores silvestres e a festa dos passarinhos, e não conseguia ficar imóvel por mais de uma hora. Gostou do retrato, embora fosse evidente que o artista o tinha visto com demasiada compaixão.

O pintor granadino José Maria Espinosa o pintara no palácio do governo de Santa Fé, pouco antes do atentado de setembro, e o retrato lhe pareceu tão diferente da imagem que tinha de si mesmo que não pôde resistir ao impulso de desabafar com o general Santana, seu secretário da época.

— Sabem com quem parece esse retrato? — disse. — Com aquele velho Olaya, de La Mesa.

Quando Manuela Sáenz soube, ficou chocada, pois conhecia o tal velho.

— Acho que você está gostando muito pouco de si mesmo — disse ela. — Olaya tinha quase oitenta anos a última vez que o vimos, e não se agüentava em pé.

O mais antigo dos seus retratos era uma miniatura anônima pintada em Madri quando tinha dezesseis anos. Aos trinta e dois fizeram-lhe outro no Haiti, e os dois eram fiéis à sua idade e à sua índole caribe. Tinha uma linha de sangue africana, de parte de um tataravô paterno que fez um filho numa escrava, e isso era tão evidente em seus traços que os aristocratas de Lima o chamavam de El Zambo. Mas à medida que sua glória aumentava, os pintores o idealizaram, lavavam-lhe o sangue, o mitificavam, até que o implantaram na memória oficial com o perfil romano de suas estátuas. Mas o retrato de Espinosa não se parecia com ninguém a não ser com ele, aos quarenta e cinco anos, já carcomido pela moléstia que se empenhou em esconder, inclusive de si mesmo, até as vésperas da morte.

Numa noite chuvosa, ao despertar de um sono intranquilo na casa de Pie de la Popa, o general viu uma criatura evangélica sentada a um canto do quarto, com a túnica de cânhamo cru de uma congregação laica e o cabelo enfeitado com uma coroa de vaga-lumes. Durante a colônia, os viajantes europeus se surpreendiam ao ver os indígenas iluminando o caminho com um frasco cheio desses bichos. Mais tarde, foram moda republicana nas mulheres, que os usavam como grinaldas acesas no cabelo, como diademas de luz na testa, como broches fosforescentes no peito. A moça que entrou aquela noite no quarto os trazia costurados numa fita que lhe iluminava o rosto com um resplendor fantasmagórico. Era lânguida e misteriosa, o cabelo já começando a grisalhar aos vinte anos, e ele logo descobriu as centelhas da virtude que mais apreciava numa mulher: a inteligência por desbravar. Tinha chegado ao acampamento dos granadeiros oferecendo-se por qualquer coisa, e o oficial de turno a achou tão estranha que indagou de José Palacios se não interessaria ao general. Ele a convidou a deitar-se a seu lado, pois não se sentiu com forças para a levar nos braços até a rede. Ela tirou a fita da cabeça, guardou os vaga-lumes dentro de um gomo

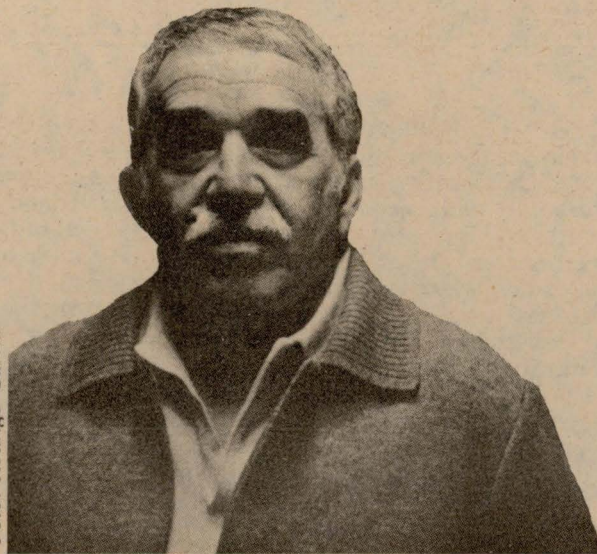


Foto: Rodrigo Garcia

Gabriel García Márquez

O escritor colombiano Gabriel García Márquez lançou neste ano — e agora é publicada no Brasil — sua biografia romancada de Simón Bolívar, “O general em seu labirinto”. A obra foi recebida com reservas pela intelectualidade oficial da Colômbia, que inclusive impediu que o livro fosse lançado na “Quinta de Bolívar”, em Bogotá. O pretexto para essa censura: o romance dá uma imagem de um general Bolívar “desnudo, pobre, maltratado, despido de poder e de glória”.

“O general em seu labirinto” faz um retrato de Bolívar a partir de seus últimos dias, quando já estava corroído pela doença e havia renunciado ao poder — nunca se soube se num estratagema político para retomar a Presidência da Colômbia, ou se por não encontrar mesmo outra alternativa para sua carreira política. Márquez contribui para que se resgate uma figura real, humana, contraditória de Simón Bolívar. Sem lhe negar os méritos na luta contra o domínio colonial e nos sonhos de uma América una, também não o endeusa, não o coloca no pedestal com o qual a historiografia dominante busca afastar os personagens da História de suas reais dimensões.

Publicamos nesta página um trecho do livro, traduzido por Moacir Werneck de Castro. “O general em seu labirinto” foi publicado no Brasil pela Editora Record.

de cana que trazia consigo, e deitou-se ao lado dele. Ao fim de uma conversa desativada, o general arriscou perguntar o que pensavam dele em Cartagena.

— Dizem que Sua Excelência está bem, mas que se faz de doente para ficarem com pena — disse ela.

Ele tirou a camisa de dormir e pediu à moça que o examinasse à luz do candeeiro. Então ela conheceu palmo a palmo o corpo mais estragado que se podia imaginar: o ventre esquelético,

as pernas e os braços em pele e osso, e todo ele envolvido numa pelanca glabra de palidez mortal, com uma cabeça que parecia de outro, tão curtida estava pela intempérie.

— Só o que me falta é morrer — disse.

A moça insistiu.

— As pessoas dizem que foi sempre assim, mas que agora lhe convém que todo mundo saiba.

Ele não se rendeu à evidência. Continuou dando provas terminantes de sua doença, enquanto ela sucumbia a intervalos num sono fácil e continuava a responder dormindo sem perder o fio do diálogo. Ele nem sequer a tocou durante toda a noite, contentando-se com sentir a reverberação de sua adolescência. De repente, logo ao lado da janela, o capitão Iturbide começou a cantar: “Se a tempestade continua e o furacão recrudescer, abraça-te a mim, e que o mar nos devore.” Era uma canção de outros tempos, de quando o estômago ainda suportava o terrível poder de evocação das goiabas maduras e a inclemência de uma mulher no escuro. O general e a moça a ouviram juntos, quase com devoção, mas ela adormeceu no meio da canção seguinte, e ele caiu pouco depois num marasmo sem sossego. O silêncio era tão puro depois da música que os cachorros se assanharam quando ela se levantou na ponta dos pés para não acordar o general. Ele a ouviu procurando às apalpadelas o trinco.

— Você vai embora virgem — disse.

Ela respondeu com um riso festivo:

— Ninguém é virgem depois de uma noite com Sua Excelência.

Foi embora, como todas. Pois das tantas mulheres que passaram por sua vida, muitas por breves horas, não houve uma só a quem insinuasse a idéia de ficar. Em suas urgências de amor era capaz de mudar o mundo para ir encontrá-las. Uma vez saciado, bastava-lhe a sensação de tê-las presentes na lembrança, de se entregar a elas de longe em cartas arrebatadas, de lhes mandar presentes avassaladores para se defender do esquecimento, mas sem comprometer nem um mínimo de sua vida num sentimento mais parecido com a vaidade do que com o amor.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

